

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE - NUESTRA

TEMOS A TERRA, E AGORA, SOMOS LIVRES?  
Um estudo sobre o processo organizativo  
no Projeto de Assentamento Nova Tangará – Uberlândia, MG

INAÊ SOARES DE VASCONCELLOS

SÃO CARLOS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE - NUESTRA

TEMOS A TERRA, E AGORA, SOMOS LIVRES?

Um estudo sobre o processo organizativo  
no Projeto de Assentamento Nova Tangará – Uberlândia, MG

INAÊ SOARES DE VASCONCELLOS

Tese de Doutorado apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do título  
de Doutora em Sociologia no Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal de São Carlos

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Inaê Soares de Vasconcellos, realizada em 10/08/2023.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)

Profa. Dra. Mária Bruna Pereira Ribeiro (UFU)

Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior (UFU)

Prof. Dr. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo (UNESP)

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Yara, e ao meu filho, Francisco.

Ela que partiu em 3 de outubro de 2020.

Ele que chegou em 3 de janeiro de 2020.

Compartilhávamos o sonho de estudar até onde desse,

ela queria ver minha defesa e não foi possível,

mas, por uma surpresa linda,

pôde estar presente para um

presente tão mais lindo, seu neto.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço ao Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Triângulo Mineiro por ter proporcionado as condições para que eu pudesse fazer o doutorado.

Esse trabalho contou com a colaboração fundamental, gentil, paciente e generosa de algumas pessoas no assentamento Nova Tangará, sem a qual não teria sido feito, mas destaco três pessoas que procurei muito e foram solícitas ao longo de todo o tempo da pesquisa. Anália, Rui e Hiram, muito obrigada!

Essa empreitada não teria sido possível sem o apoio e a compreensão de meu companheiro, Vítor, que esteve comigo em todos os momentos e dividiu comigo as responsabilidades pelo nosso menino e as emoções nas horas mais difíceis. Agradeço à vida por ter feito você presente.

Às amigas Alecilda Oliveira, Carolina Moreira, Daniella Alves, Thayná Moura, e aos amigos Allysson Silva e Luiz Paulo Melo, por tudo, todo apoio emocional, intelectual, acadêmico, social, de cuidado, logístico, e são tantos os presentes que a presença de vocês nesses anos me proporcionou. Muito grata por vocês estarem sempre por perto.

Agradeço também à Professora Titular Rosemeire Aparecida Scopinho pela orientação e pela delicadeza com que lidou com nossa relação até o final.

## RESUMO

O processo pelo qual as pessoas no assentamento rural Nova Tangará constroem (e lidam com) suas condições de organização social e política e sua inclusão socioprodutiva é o principal tema do trabalho. Com o suporte teórico e histórico relativo à questão da terra e das ruralidades no Brasil oriundo das obras de Ignácio Rangel, José de Souza Martins, Klaas Woortmann, José Graziano da Silva, Sérgio Sauer, Leonilde Medeiros, Bernardo Mançano Fernandes, e em consonância epistemológica com Pierre Bourdieu em suas noções de estratégia, *hábitus* e classe, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: com a propriedade da terra, os sujeitos agora são autônomos? Qual é o conteúdo dessa autonomia? A hipótese é que a maior parte dos membros daquele assentamento busca sustentar os maiores índices possíveis de autonomia na perspectiva de proprietário. A ideia de *comunidade de assentamento*, nesse sentido, seria um inconveniente subjetivo para a maior parte dos assentados; seria melhor ter o reconhecimento social de *agricultor/a familiar*. Realizou-se um aprofundamento teórico, contido no primeiro capítulo, identificando que a renda da terra, discutida por Ignácio Rangel, José de Souza Martins e José Graziano da Silva, é uma categoria fundamental para compreender os processos de individualização dos sujeitos em seus lotes, de dificuldades de organização comunitária e de precariedade social e produtiva observadas no assentamento. Sobre os aspectos metodológicos, os procedimentos foram entrevistas, aplicação de questionários e revisão de bibliografia sobre o assentamento em tela. No segundo capítulo, discutem-se as características do Movimento que organizou a ocupação e o acampamento entre 1999 e 2003, assim como as relações entre o referido grupo, depois de constituído o assentamento, a partir de 2004, e os/as assentados/as, observando a tensão entre propriedade e autonomia inerente a essa relação. No terceiro capítulo busca-se identificar e elaborar analiticamente as características fundamentais da autonomia/liberdade e da sua relação com a propriedade do lote para os/as assentados/as. No quarto e último capítulo, são trazidas as descobertas mais importantes do trabalho e as perspectivas da construção da comunidade, assim como os desafios desse processo.

## **ABSTRACT**

The process by which people in the Nova Tangará rural settlement build (and deal with) their conditions of social and political organization and their socio-productive inclusion is the main theme of the work. With theoretical and historical support relating to the issue of land and ruralities in Brazil coming from the works of Ignácio Rangel, José de Souza Martins, Klaas Woortmann, José Graziano da Silva, Sérgio Sauer, Leonilde Medeiros, Bernardo Mançano Fernandes, and in epistemological consonance with Pierre Bourdieu in his notions of strategy, *habitus* and class, the following research question was elaborated: with land ownership, are subjects now autonomous? What is the content of this autonomy? The hypothesis is that most members of that settlement seek to maintain the highest possible levels of autonomy from the perspective of ownership. The idea of a settlement community, in this sense, would be a subjective inconvenience for most settlers; It would be better to have social recognition as a family farmer. A theoretical deepening was carried out, contained in the first chapter, identifying that land income, discussed by Ignácio Rangel, José de Souza Martins and José Graziano da Silva, is a fundamental category to understand the processes of individualization of subjects in their lots, difficulties in community organization and social and productive precariousness observed in the settlement. Regarding methodological aspects, the procedures were interviews, application of questionnaires and review of bibliography on the settlement in question. In the second chapter, the characteristics of the Movement that organized the occupation and the camp between 1999 and 2003 are discussed, as well as the relationships between that group, after the settlement was established, from 2004, and the settlers, observing the tension between property and autonomy inherent to this relationship. The third chapter seeks to identify and analytically elaborate the fundamental characteristics of autonomy/freedom and its relationship with the ownership of the lot for the settlers. In the fourth and final chapter, the most important discoveries of the work and the perspectives of community building are presented, as well as the challenges of this process.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de famílias assentadas nos últimos 5 governos.....	54
Gráfico 2 - Variação percentual do preço da terra por estado entre os anos de 2002 e 2013.....	65
Gráfico 3 - Triângulo Mineiro – Número de manifestações e de pessoas por município, 1988-2016.....	70



## **LISTA DE FIGURAS**

Foto 1 - Escola Família Rural 25 de Julho, desativada no PA Nova Tangará.....	86
Foto 2 - Cerimônia de Entrega do Trator, em 23 de setembro de 2021.....	134
Foto 3 - Cerimônia de Entrega do Trator, em 23 de setembro de 2021. Deputada Estadual Andreia de Jesus.....	135
Foto 4 - Fachada da COOPERTANG, no PA Nova Tangará.....	141
Foto 5 – O público da Assembleia da COOPERTANG, na sede da cooperativa.....	142
Foto 6 - A loja agropecuária.....	
Mapas produzidos por terceiros ou a partir da Ferramenta Google Earth	
1 - Localização do P.A. Nova Tangará em relação ao município de Uberlândia.....	16
2 - Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia.....	71
3 – Projeto de Assentamento Nova Tangará – Divisão dos Lotes.....	73
4 - Assentamento com marcações da sede da AMFT e da sede da ATTL.....	111

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 – Roteiro das entrevistas

Anexo 2 – Questionários

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

AMFT – Associação de Moradores da Fazenda Tangará

ATTL – Associação Terra, Trabalho e Liberdade

AUTT – Associação União dos Trabalhadores da Fazenda Tangará

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial

CCU – Contrato de Concessão de Uso

COERCO - Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERTANG – Cooperativa de Produtores Rurais do P.A. Nova Tangará

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EAC – Empresa Agrícola Comunitária

ECOECO – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

ERC – Empresa Rural Comunitária

FEA-USP – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IFMT – Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso

IFTM – Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Triângulo Mineiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia

MASTER - Movimento de Agricultores e Trabalhadores Sem-Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ORNA – Ocupação Rural Não Agrícola  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PANT – Projeto de Assentamento Nova Tangará  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PcdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCT – Programa Cédula da Terra  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PT – Partido dos Trabalhadores  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UNIARA – Universidade de Araraquara  
TDA – Título de Dívida Agrária  
TD – Título de Domínio  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## CHAVE DE LEITURA

<i>Itálico</i>	Falas dos interlocutores – expressões citadas diretamente
[...]	Parte do texto ou fala suprimida por não ter relação com o contexto da citação.
“aspas duplas”	Expressões não literais, citações e títulos de obras
Negrito	Grifos meus nas falas dos interlocutores

## PESQUISA DE CAMPO

Pesquisa de Campo	Períodos
Pesquisa exploratória	Março e abril de 2021
1º Campo – Entrevistas com Carlos, Maria, Edmilson	Junho de 2021
2º Campo – Entrevista com José e Nara	Agosto de 2021
3º Campo – Cerimônia da entrega do trator	Setembro de 2021
4º Campo - Entrevista com Rita (on line)	Novembro de 2021
5º Campo – Rodada de conversas com interlocutores anteriores	Mai a setembro de 2022
6º Campo – Aplicação dos questionários	1 e 8 de março de 2023

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
A) Problema e Hipótese.....	17
B) Procedimentos metodológicos.....	18
C) O campo da pesquisa.....	24
D) Estrutura da tese.....	26
1. QUESTÃO AGRÁRIA E O DILEMA ENTRE PROPRIEDADE E AUTONOMIA.....	29
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSENTAMENTO NOVA TANGARÁ.....	73
2.1. O caso do Projeto de Assentamento São Domingos – Tupaciguara.....	87
2.2. Da Empresa Agrícola Comunitária à Empresa Rural Comunitária.....	92
2.3. Movimentos sociais de luta no campo.....	96
2.4. O Assentamento Nova Tangará e os movimentos sociais.....	102
2.5. A vida política do assentamento ilustrada nas trajetórias das associações.....	107
2.6. Considerações finais do capítulo.....	108
3. PROPRIEDADE E AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO.....	113
3.1. Cada lote uma sentença.....	117
3.2. As decisões isoladas e os impactos comuns.....	125
3.3. As contradições da reforma agrária “por demanda”.....	129
3.4. Considerações finais do capítulo.....	142
4. A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE E SEUS DESAFIOS.....	144
4.1. Inclusão produtiva e outras formas de projetar autonomia.....	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
7. ANEXOS.....	166



## INTRODUÇÃO

Em uma reflexão sobre o rural brasileiro, suas transformações e permanências, busco me aprofundar na convivência e no estudo em uma comunidade de assentamento de reforma agrária para questionar: com a propriedade da terra, os sujeitos agora são autônomos? Qual o sentido tomado pelo grupo na construção dessa liberdade? Neste trabalho serão abordadas as condições objetivas (do modo de vida e de produção) e subjetivas (do entendimento sobre estas mesmas condições, sobre seus fatores de origem e sobre a resultante que essas condições têm em suas identidades) de vida de membros da comunidade de um assentamento de reforma agrária, inseridos no mundo rural que se constituiu a partir da configuração da Nova República.

O processo organizativo construído no assentamento para se obterem as conquistas coletivas – como posto de saúde no assentamento, construção da cooperativa, distribuição de água potável – e para promover a inclusão socioproductiva das famílias a partir de uma nova identidade – de assentados/as - é também objeto de grande interesse.

A questão da articulação entre propriedade e liberdade é de fato um grande tema das Ciências Sociais que aparece no debate público e acadêmico em muitos momentos, mas que do ponto de vista das condições e contradições da questão agrária brasileira e da reforma agrária realizada entre o fim do século XX e o início do XXI, ainda carece de exploração. Já se passaram mais de três décadas desde que se iniciaram as políticas de desapropriação de terras e assentamentos, compreendidas principalmente entre a segunda metade dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 2000 (FERNANDES, 2014; DELGADO, 2014), e existe uma reflexão volumosa e de alto nível teórico sobre o rural brasileiro e as relações, neste ambiente, entre propriedade e autonomia (RANGEL, 2005; MARTINS, 2010; WOORTMANN, 1990; GARCIA JR., 1989). Nesse sentido, julgo ser oportuna uma reflexão sobre o manejo dessa questão clássica em um assentamento de reforma agrária que já completa, neste 2023, vinte anos de sua implantação.

A sugestão de que o tema carece de exploração não ignora a vasta elaboração intelectual, acadêmica e teórica que se dedicou a discutir os limites e contradições da reforma agrária realizada nos governos Sarney, FHC e Lula. É, na verdade, iluminada

justamente por reflexões realizadas desde última década do século XX sobre as características, os avanços e as prováveis tipologias deste fenômeno. Alguns destes textos auxiliaram em grande medida no desenho e abordagem do problema e do objeto de estudo deste trabalho.

Dentre estes trabalhos, um conjunto de artigos que foi visitado por mim inúmeras vezes e auxiliou na busca por referências atualizadas e acessíveis do debate sobre a questão agrária e a reforma agrária no Brasil, inclusive tratando da questão da autonomia e propriedade, foi a Revista da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), em sua edição de outubro de 2014, em um dossiê intitulado “Questão Agrária e desigualdades no Brasil” (2015). Guilherme Delgado, Bernardo Mançano e Fidelis Júnior, neste volume da Revista, cada um em seu artigo, formam um quadro de contexto histórico, de debate teórico e de conjuntura da questão agrária e da reforma agrária, que ajudaram muito para que este trabalho que agora se apresenta com esta abordagem tivesse meios de se realizar.

Outra fonte muito importante para conhecimento e compreensão da abordagem sociológica sobre o rural brasileiro e a reforma agrária foi a revista Retratos de Assentamentos, do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Diversos números desta publicação foram consultados e fundamentais para este trabalho. Entre eles, o destaque é do Número 11, de 2008, e o Volume 19, Número 1, de 2016. Neste mesmo diapasão, de publicações definidoras dos rumos da análise e, enfim, da tese, está a Revista Estudos Sociedade e Agricultura, esta sim mais especificamente em seu Volume 30, Número 2, na Seção Temática “Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros”.

Pierre Bourdieu foi um autor fundamental, tanto para que pudesse chegar a perguntas interessantes, quando para que ao longo do trabalho possam-se inserir abordagens mais ponderadas nas reflexões que consideradas relevantes para a ciência, principalmente em suas obras acerca do mundo rural em suas transformações com o desenvolvimento capitalista. Algumas das estratégias metodológicas e tematizações do sociólogo francês são inspiração e orientação epistemológica, somando-as ao trabalho de brasileiros de grande destaque nesse campo de estudos, como Afrânio Garcia (1989; 1999). Com atenção a esses autores de referência, a empreitada



teórica e analítica desse estudo buscou contextualizar o problema agrário brasileiro a partir de um olhar sobre a estrutura, sem que isso permita que generalizações redutoras se imponham por sobre as nuances, ambiguidades e contradições da realidade vista e analisada no trabalho de campo.

A partir da leitura destas obras de Pierre Bourdieu, notou-se a questão da autonomia é tão importante para camponeses do Béarn, da Argélia, quanto do Brasil. Klaas Woortmann (1990), no texto “Com parente não se negueira”, já apresentava este argumento em uma revisão da literatura antropológica acerca do campesinato em diversas regiões do país. Um ponto comum entre estas obras é a exposição de uma associação forte entre o acesso (como proprietário, dono, titular) à terra e a percepção de autonomia e dignidade entre camponeses.

#### A) Problema e hipótese

Refletindo sobre os diversos textos-autores/as recrutados/as para compreender a dinâmica das relações entre urbano e rural, e que levaram a pensar nessa relação entre liberdade e autonomia, e sobre os relatos de algumas pessoas da comunidade do Assentamento Nova Tangará, em Uberlândia-MG, nas primeiras conversas que tivemos, concluí que seria proveitoso encaminhar os esforços e a discussão para a identificação de a) como as pessoas no assentamento de reforma agrária convivem e mobilizam este par de autonomia e propriedade em suas estratégias de produção e reprodução familiares e coletivas, b) como a coletividade e a identidade de assentados/as impacta na organização ou reorganização de estratégias e de *habitus*, disposições a agir em um sentido ou outro, principalmente com relação à organização coletiva, seja para conquistar melhorias ou para produzir e escoar a produção.

A hipótese que levantei, a partir destas abordagens e problematizações, é de que a maior parte dos membros daquela comunidade busca sustentar os maiores índices possíveis de autonomia na perspectiva de indivíduo proprietário de um lote de terra. A partir desta primeira assertiva, desdobro uma outra, de que a participação em associações e na cooperativa são reduzidas em função do anseio por manter a autonomia no ambiente que ainda está sob seu controle, que é o lote. A ideia de comunidade de assentamento, nesse sentido, seria um inconveniente subjetivo para a maior parte dos assentados - seria melhor ser reconhecido como produtor rural,

agricultor familiar (formas individuais-familiares de “ser” no meio rural). Porém, objetivamente se percebe que, para garantir a viabilidade econômica de suas terras e de suas vidas no ambiente rural, é mais conveniente compor a organização coletiva.

É importante destacar na hipótese qual a perspectiva da autonomia que suponho que seja almejada neste grupo pesquisado porque há outras que poderiam ser predominantes, como a de autogestão comunitária, por exemplo. Esse tipo de visão sobre autonomia tem adesão relevante em algumas realidades de assentamentos de reforma agrária brasileiros, como nas associações e cooperativas que articulam o trabalho, a geração de renda e a inclusão produtiva nestes territórios, ainda que com muitas contradições e desafios também (BARONE et al., 2008; BUTTO, 2010; COSTA & PORRO, 2019; RIBEIRO, 2019).

Estas diferentes perspectivas de autonomia e propriedade, que se percebem no assentamento pesquisado, têm suas raízes em diversos níveis daquela experiência social. Desde o nível local, com as anedotas e a história do acampamento, do início do assentamento na fazenda Tangará; passando pelas particularidades da ordem moral camponesa no Brasil (WOORTMANN, 1990), que tem relação com o histórico de constituição do rural brasileiro (RANGEL, 2005; MARTINS, 2010); até o ponto da história ocidental recente e das ideias que circulam no seio do neoliberalismo. Estas raízes são linhas importantes que perpassam o caminho e a construção deste trabalho, e serão abordadas desde o primeiro ao último capítulo.

## B) Procedimentos metodológicos

O método definido para a averiguação dessa hipótese é tributário daqueles trabalhos utilizados para desenvolver projeto, problema e hipótese, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Valorizando a pesquisa e a reflexão empreendidas para desvendar relações, estruturas de pensamento e de ação que estão associadas ao modo como a vida social se organiza, oferece-se, tanto para o campo acadêmico-científico de estudos sobre o rural brasileiro e a reforma agrária, quanto para a própria comunidade em questão, pontos de esclarecimento e conhecimento que possam contribuir com o avanço de pesquisas, por um lado, e de conquistas de cidadania e emancipação no território, por outro.

O Projeto de Assentamento Nova Tangará foi escolhido para esta pesquisa por ser um dos maiores da região (em sua extensão e quantidade de famílias) e por ser considerado uma referência de estratégias de luta para várias outras conquistas de terras na região do Triângulo Mineiro (SILVEIRA, 2008). Está localizado no Km 33 da rodovia BR 497, no município de Uberlândia (conforme mapa a seguir) abrange um território de mais de 5.000 hectares e está distribuído, inicialmente, em 250 lotes de 15-17 hectares cada.

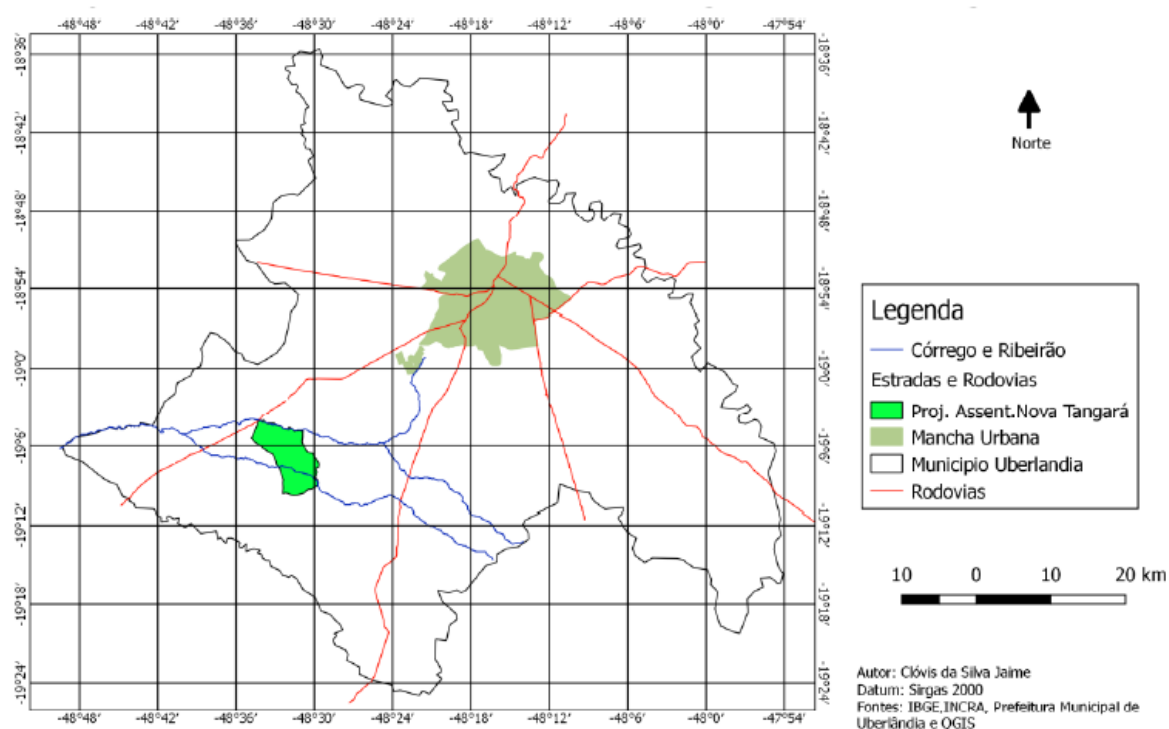


Figura 1: Mapa com localização do P.A. Nova Tangará em relação ao município de Uberlândia.

As estratégias e instrumentos de análise qualitativos de a) pesquisa bibliográfica, b) de estudo de caso, c) entrevistas; e quantitativos, com d) fontes secundárias de dados, sendo o Censo Agropecuário de 2017 a mais geral, que traz informações sobre o universo pesquisado, e outra específica a respeito do perfil socioeconômico e de saúde ambiental da comunidade do P.A. Nova Tangará (JAIME, 2021) e e) uma técnica de questionários aplicados para uma amostra não probabilística por conveniência (OLIVEIRA, 2001), com 31 pessoas da comunidade. O interesse por essa diversidade de abordagens do problema foi de evitar lugares comuns de análise e elaboração, buscando fontes teóricas e disciplinares diversas e fazendo esforços

pelo convívio mais direto e constante que foi possível vivenciar com a comunidade do assentamento Nova Tangará.

A partir destes eixos de estudo, busquei conhecer as origens, as condições de existência, dos modos de ser e agir, e enfim compreender o *habitus* que articula e estrutura as estratégias e os horizontes de expectativas das pessoas no assentamento Nova Tangará.

Como comentado nos últimos parágrafos, o problema de pesquisa - e a disponibilidade de informações acerca da comunidade - conduziu à construção de um caminho de conhecimento misto, que envolveu estratégias e procedimentos de pesquisa quantitativa e qualitativa. A relação entre autonomia e propriedade em uma situação de assentamento de reforma agrária envolve aspectos (variáveis) estruturais e objetivos, como renda antes e depois do processo de titulação, assistência técnica, condições de produção (capacidades individuais, características da terra, financiamento), formação (educação) básica e técnica; mas também circunstâncias e disposições subjetivas, como sensação de liberdade, a própria definição de liberdade que o sujeito tem como valor, satisfação com a vida após a titulação, as condições percebidas para a sucessão no lote, entre outras.

Por isso mesmo, optou-se pelo uso de entrevistas com lideranças da comunidade em diferentes momentos da pesquisa e de observações *in loco*, ao mesmo tempo que se percebeu a necessidade de ter contato com as informações e as ideias de um conjunto maior de membros daquela comunidade do assentamento Nova Tangará. Foi o que busquei realizar, depois de perceber as diferentes facetas do problema de pesquisa através da pesquisa bibliográfica.

O trabalho de campo iniciou com entrevistas semiestruturadas com cinco líderes comunitários/as, dentre os/as quais três contaram com um/a parceiro/a – conjugal ou profissional – para desenvolver a conversa ao longo de dois anos, com visitas recorrentes para aprofundamento em pontos de interesse para o objeto que veio a se constituir e perguntas dispersas no tempo, em função de dúvidas pontuais surgidas na análise das entrevistas ou na leitura de trabalhos jornalísticos e acadêmicos referentes ao processo histórico do assentamento. Essas pessoas assinaram termos de consentimento livre e esclarecido permitindo que suas respostas e seus nomes

fossem utilizados na pesquisa. Preferiu-se, contudo, colocar nomes fictícios para todos eles/elas no trabalho final, a fim de que sejam resguardadas suas identidades no âmbito mais amplo de pesquisas e referências que um texto acadêmico pode assumir.

A pesquisa qualitativa conta com diversas estratégias, instrumentos e recursos, e para realizá-la a contento há uma ampla gama de abordagens e perspectivas de trabalho. No meu caso, o trabalho de campo foi realizado tendo como referências práticas os trabalhos de campo apresentados em textos cujos autores influenciam na compreensão obtida nesta pesquisa sobre o mundo rural. Dito de outro modo a pesquisa empírica foi feita de modo a ser coerente com os caminhos teóricos escolhidos. O próprio objeto de estudo que veio a se constituir neste trabalho tem nas leituras apresentadas nesta introdução, e no tratamento de suas contribuições, uma fonte criadora.

Para Pierre Bourdieu et. al. (2015), uma dessas fontes, é necessário incorporar ao olhar de pesquisador um conjunto amplo de atitudes, rotinas, que envolvem a enunciação dos obstáculos epistemológicos no contexto da pesquisa, o reconhecimento da singularidade da experiência social em perspectiva, da transitoriedade da verdade teórica, do envolvimento do pesquisador com o objeto e da limitação do conhecimento científico que pode ser obtido sobre qualquer objeto por um pesquisador, tendo em vista a necessidade de enfoques, recortes. Como diz Thiry-Cherques (2006) e os próprios autores de *Ofício de Sociólogo* (Bourdieu et. al, 2015) propõem, é necessário munir-se de um “sistema de hábitos intelectuais” que consistem na vigilância epistemológica.

No caso em tela, observei que algumas pessoas recebiam a pesquisa com mais desenvoltura e vontade de falar que outras. Pelas histórias de vida exploradas em cada entrevista, pude perceber que aqueles que compunham ou compuseram em algum momento de suas trajetórias organizações como movimentos sociais, associações ou cooperativas, tinham mais disposição e interesse em falar e tinham mais interesse na cooperativa sediada no assentamento, a COOPERTANG (Cooperativa de Produtores Rurais do P. A. Nova Tangará). Esta vontade de falar, de contar, pode ter relação com alguns aspectos da organização coletiva, especialmente dos movimentos sociais, como a pedagogia para o protagonismo social e a

perspectiva de legado, de que existe algo que o sujeito ajuda a construir, e que é construído por outras pessoas em tempos e espaços diferentes (ARROYO, 2003).

Neste 2023, segui para a última etapa do trabalho de campo, em duas reuniões no assentamento, e apliquei questionários com representantes de famílias que se dirigiram às reuniões, interessados/as em seus temas específicos - a primeira, sobre uma agroindústria de leite que a Cooperativa tem interesse em estruturar, e a segunda, uma assembleia de cooperados/as. A amostra de 31 respostas foi, portanto, não probabilística, no sentido de que os resultados obtidos a partir de suas respostas não podem ser generalizados para todo o universo de pesquisa, que é a população do assentamento Nova Tangará; e por conveniência, já que foi selecionada pelo critério da presença das pessoas nas reuniões, e também foi estratificada por uma variável, que era o fato de ser ou não ser membro/a da COOPERTANG.

As perguntas do questionário, que se encontra no anexo 2, em um total de 58, tratavam sobre 1) perfil do grupo familiar; 2) as origens: se urbana ou camponesa, situação do grupo familiar quando/se viveu no campo em relação à propriedade, se a renda da família na sua infância era maior ou menor do que na atualidade, se alguém de seu atual grupo familiar se casou com alguém de outra família no assentamento; 3) perfil da produção e da geração de renda do grupo familiar; 4) água e saneamento; 5) graus de satisfação em relação à vida na terra, no lote do assentamento; 6) grau de autonomia sentido em relação à vida no assentamento e ao trabalho no lote, graus de satisfação e liberdade nas relações com instituições como EMATER, INCRA, bancos, governos, mercado; 7) percepções acerca da relevância/valor da organização coletiva; 8) seção exclusiva para cooperados/as: perguntas sobre renda antes e depois, proporção da produção que é entregue para a cooperativa, satisfação com a relação com a cooperativa.

A estratégia de aplicação dos questionários foi com leitura por mim, em voz alta, em frente a todos/as os/as presentes, e respostas simultâneas por todos/as os/as participantes. As pessoas que se dirigiam às reuniões iam até lá interessadas nos temas das reuniões e com disponibilidade de tempo limitada. Nesse sentido, não seria conveniente ou prudente ocupar horas de seu tempo ali dedicado retirando-as da reunião com os assuntos que lhes interessavam para responder a uma pesquisa ou

fazendo a aplicação com um/a por um/a antes ou depois que os temas de interesse fossem discutidos.

Na elaboração do questionário e, posteriormente, na análise dos dados obtidos, defini variáveis que não possuem referentes empíricos diretamente observáveis, o que me levou a considerar, para uma única variável, um conjunto de questões que abordassem indicadores distintos (LIMA, 2016). É o caso da percepção da autonomia entre os/as assentados/as. Para esta variável, qual seja, “percepção de autonomia”, foram definidas algumas questões que perguntaram, em primeiro lugar, se consideravam existir autonomia em suas vidas; depois quando foi o marco dessa conquista de autonomia; e numa solicitação de reflexão, se consideravam haver autonomia em relação a algumas instituições, como o governo, os bancos, os mercados - no caso da maior parte destas questões, pediam-se respostas em escalas de 1 a 5, por exemplo, “Numa escala de 1 a 5, o quanto você considera que tem liberdade em relação a governos?”.

O tratamento dos dados obtidos nas entrevistas e nas respostas por mensagens de texto no *whatsapp* foi a transcrição, buscando manter nessa transição de áudio para texto escrito o máximo de expressões, pausas, humor. Ao longo do texto, buscou-se imprimir trechos de falas dos/das entrevistadas de forma equilibrada, ainda que entre eles/as haja perfis diferentes de organização do relato e de disposição a detalhar acontecimentos e raciocínios.

No caso dos questionários, organizei as respostas em um banco de dados no software estatístico gratuito “R”. Passei por volta de dois meses buscando formas de ponderar os vieses de origem da amostra para tornar a análise estatística minimamente confiável e representativa, mas, sem sucesso, aproveitei os dados de forma primária, identificando apenas proporções de respostas para cada indicador, sem estabelecer correlações entre eles ou inferências sobre a população do assentamento a partir de suas respostas. Sendo identificadas generalizações sobre o universo pesquisado, ou seja, a população do assentamento, é importante reforçar que elas têm mais suporte factual e fundamento contextual nas entrevistas e nas leituras de trabalhos acadêmicos acerca do assentamento, conforme tentei reforçar em todos os casos desse tipo.

### C) O campo da pesquisa

Este trabalho começou a ser elaborado, com muito apreço pelo assunto dos “pequenos” do mundo rural brasileiro, desde quando retornei de um período de dois anos e meio no nordeste de Mato Grosso, minha terra natal, em 2015. Tinha estado lá por esse tempo, morando perto de minha família paterna, porque assumi uma vaga no cargo de professora da educação básica, técnica e tecnológica do IFMT. O retorno à região de cujas lutas ouvi tantas histórias, inclusive a partir de meus pais, pela terra e pela dignidade dos posseiros – tal como são designados os camponeses que povoaram a região ao longo da segunda metade do século XX, principalmente partindo do estado de Goiás (hoje dividido em três, Goiás, Tocantins e Maranhão), trouxe-me a vontade de olhar mais de perto para essa dimensão da realidade.

Elaborei um projeto de doutorado considerando essa ancestralidade e experiência e com a atenção dedicada fortemente – como vinha fazendo desde o mestrado - à educação profissional e tecnológica tal como proposta na lei de criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, rede institucional na qual tenho uma felicidade enorme de servir como professora de sociologia desde 2012. Segundo esse projeto, faria um trabalho de levantamento, documental e empírico, *in loco*, das relações entre os Institutos Federais Mineiros com vocação agropecuária e os assentamentos rurais de reforma agrária em seus respectivos arranjos socioprodutivos regionais – conforme um dos dispositivos da lei de criação dos IFs, que aponta como finalidade dessas instituições o fortalecimento e reforço no desenvolvimento dos arranjos socioprodutivos regionais.

Na disciplina de Seminário de Tese, entretanto, fui instigada a pensar sobre a relevância dessa pesquisa para a comunidade científica e para a sociedade brasileira em geral – o subtexto na provocação, a meu ver, era que além de nós, servidores ou estudantes de Institutos Federais, poucos/as brasileiros/as e ainda menos sociólogos/as brasileiros/as teriam interesse por essa relação entre o Instituto Federal e a sociedade do seu entorno.

Em um contexto de menos maturidade intelectual do que considero ter hoje, cedi a essa consideração, não só por, equivocadamente, creditá-la como legítima e



pertinente naquele período, mas também porque o trabalho de campo viajando pelo estado tornou-se inviável em função de questões pessoais

Ao longo dos anos de 2020 e 2021, então, trabalhei na reorganização do trabalho de pesquisa do doutorado, chegando a uma abordagem temática e empírica bastante distinta daquela proposta inicialmente. O escopo da pesquisa que resultou desse trabalho de reformulação já foi devidamente apresentado anteriormente. Considerando as muitas circunstâncias desafiadoras da Pandemia de COVID-19, que todas/os experimentamos naqueles anos, somadas ao meu contexto pessoal/familiar de transformações estruturais em um curto espaço de tempo, entre duas mudanças de cidade, chegada de meu filho e partida de minha mãe, tranquilizo-me na compreensão de que fiz o possível para concluir este trabalho dignamente.

A pesquisa de campo foi realizada com diversas visitas ao assentamento, desde 2021 até 2023. No ano de 2021, a Pandemia de COVID-19 foi decisiva de diversas maneiras para a condução do trabalho. Em primeiro lugar, pelo impedimento das aglomerações, houve poucos eventos coletivos das associações ou da cooperativa; apenas um aconteceu em 2021, e eu estive lá, que foi a Cerimônia da entrega do trator pela deputada. As outras oportunidades em que estive no assentamento, neste ano de 2021, foram visitas individuais.

No ano de 2022, com a segunda mudança de cidade, as visitas ao PANT ficaram mais espaçadas e passei a trocar mensagens com aqueles entrevistados de antes pelo *whatsapp*, principalmente. Tive acesso ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do PANT pela Lei de Acesso à Informação, solicitando esse documento ao INCRA, e foi muito importante para a pesquisa.

Entre os anos de 2021 e 2023, estive no Assentamento Nova Tangará em onze (11) oportunidades, na maior parte delas para realizar entrevistas, em outras para planejamentos de ações coletivas de pesquisa, como aplicações de questionários e observações de eventos da Cooperativa. Além dessas visitas ao assentamento, realizei uma entrevista por videoconferência, algumas conversas por telefone e muitas trocas de mensagens de áudio pelo *Whatsapp*.

D) Estrutura da tese

A partir dessas observações iniciais e premissas, a estrutura do trabalho está definida da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresento as bases teóricas da análise que virá nos capítulos seguintes. Já trazendo o enfoque sobre as categorias centrais do trabalho, discuto a questão agrária e a relação desta com a problemática entre propriedade e autonomia. Tenho feito o trabalho em diálogo com alguns dos principais autores do século XX a respeito da estrutura fundiária brasileira e entre eles, destacam-se Ignácio Rangel, José de Souza Martins, Afrânio Raul Garcia Junior, Ricardo Abramovay, João Pedro Stédile e José Graziano da Silva.

No segundo capítulo, apresento o histórico da ocupação, do acampamento e dos conflitos internos que marcaram as narrativas de todos os sujeitos entrevistados e o noticiário, não só do ponto de vista local, também com cobertura no noticiário nacional. Ainda nessa seção, trato das características do MLST-MTL – Movimento de Libertação dos Sem-Terra e Movimento Terra, Trabalho e Liberdade -, o movimento social que coordenou a ocupação e o acampamento na Fazenda Tangará. Levanto suas principais propostas, os motivos de estarem essas duas organizações apontadas como uma só, assim como uma breve comparação entre suas origens e métodos e as origens e métodos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST.

Neste mesmo segundo capítulo aponto que, mesmo com a promulgação do Estatuto da Terra, de 1964, da Constituição de 1988, das Leis da Reforma Agrária de 1993 e de 2014, entretanto, não houve até o ano de 2022, em nenhum dos governos, plano que fosse de fato assumido pelo governo, com um conjunto de parâmetros demográficos e políticos, para estruturar e realizar a reforma agrária sobre terras que não cumprem sua função social. Nesse sentido, o que tem ocorrido no país é a reivindicação de organizações da sociedade civil e de alguns agentes de Estado relacionados com a questão agrária para que tais princípios constitucionais, leis e normas infralegais sejam cumpridas. O Estado, portanto, tem se desonerado da tarefa de desenhar e realizar a política pública da reforma agrária, abrindo caminho para que outras estratégias institucionais se definam e se estruturem.

Em geral são os movimentos sociais que coordenam os processos de investigações preliminares e estudos de propriedades elegíveis para desapropriação por descumprimento de função social, ocupação, acampamento, conquista da terra e implantação dos assentamentos (BARONE et. al., 2008; NOVAES & RIBEIRO, 2008; MELO et. al., 2016; DUVAL & FERRANTE, 2016).

Nesta segunda seção o trabalho também busca caracterizar as percepções dos/das entrevistados/as acerca da organização de movimento social que coordenou o processo de conquista daquele assentamento, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra)/MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade). Busco entender como estas percepções podem auxiliar na compreensão das características - observadas em outros trabalhos acadêmicos sobre o assentamento e por mim nesta pesquisa - e perspectivas do grupo instituído naquele território. Da maneira mais sintética possível, poderia dizer que os diálogos que tive nos anos de 2021 a 2023 no assentamento Nova Tangará demonstram que a realidade dos indivíduos/famílias e do assentamento tem relações estreitas com os valores que informam as percepções e ações individuais e com seu relacionamento com o grupo que dirigiu o processo de conquista da terra e outros grupos que atuam na comunidade.

No terceiro capítulo, abordarei a questão da propriedade da terra e da hipótese do seu valor absoluto, que se vincularia fortemente aos valores de autonomia/liberdade. Pelo que pude compreender, a estabilidade e solidez da condição de “dono da terra” e homem definitivamente livre só se realiza com o título de domínio, ainda que o contrato de concessão direito real de uso proporcione completa autonomia do titular do contrato no lote, e até mesmo sucessão na mesma terra para próximas gerações.

À luz das reflexões de Ignácio Rangel, José de Souza Martins e Fidelis Jr. sobre questão agrária e direitos sobre a terra no Brasil, percebo que a apreensão da terra enquanto mercadoria como outra qualquer, e uma propriedade da qual se pode dispor da maneira que o proprietário quiser, é um aspecto muito característico de nossa sociedade. Apesar do que diz o texto constitucional, contrário a estas ideias e valores, este é o princípio que vigora nas decisões judiciais e nas vitórias legislativas do lobby dos grandes proprietários de terras - uma força extremamente organizada e capilarizada pelo país (PALMEIRA, 1989; FIDELIS JR., 2014). Do ponto de vista político mais amplo, pode-se dizer que este é o principal tema de preocupação dos

tradicionais e novos grandes proprietários de terras brasileiros (PALMEIRA, 1989; CARVALHO, 2022).

Neste terceiro capítulo apresento as visões que captei na comunidade sobre este tema, buscando também trazer as perspectivas dos agentes dominantes na realidade rural do país a este respeito – já que elas têm ressonância nas ideias e valores de meus/minhas interlocutores/as assentados/as. Reúno a estes relatos minhas análises iluminadas pelos autores já citados, abrindo o caminho para a próxima seção deste trabalho.

No quarto capítulo, inicialmente apresento a Cooperativa de Produtores Rurais do Assentamento Nova Tangará, a COOPERTANG. Em seguida, por meio do diálogo com outras experiências relatadas em trabalhos acerca de movimentos sociais e organizações associativas e cooperativas no meio rural, faço uma discussão acerca das possibilidades no contexto do trabalho coletivo e dos entraves a estas decisões.

Para esta tarefa, reúno e alinhavo as contribuições de autores que estudam temáticas mais gerais, mas cujas obras apresentam possibilidades concretas - por que já experimentadas por outros agentes, comunidades e sociedades - de superação dos desafios do isolamento, da desolação do neoliberalismo e da fragmentação social (DARDOT & LAVAL, 2015). Os contextos de produção de suas obras, como não se pode deixar de lembrar, são diferentes da sociedade brasileira, e mais distantes ainda da situação de assentados/as da reforma agrária no Brasil. Porém, os problemas de que tratam em suas obras são bastante generalizados no Ocidente, afetando especialmente os sujeitos subalternizados em continentes subalternizados como a América Latina, e é possível que as leituras de seus trabalhos e das experiências ali relatadas contribuam para ajudar a compreender as possibilidades de ampliação do horizonte de possíveis em experiências próximas como a do assentamento Nova Tangará (MELO et. al., 2016; DUVAL & FERRANTE, 2016).

## 1. QUESTÃO AGRÁRIA E O DILEMA ENTRE PROPRIEDADE E AUTONOMIA

Neste capítulo, abordo a bibliografia e as referências teóricas que oferecem os fundamentos da análise do caso do Assentamento Nova Tangará, do ponto de vista da relação entre as categorias da propriedade e da autonomia.

Nas entrevistas e pré-teste que realizei durante o trabalho de campo, impressionou-me a diversidade de percepções sobre a autonomia e a liberdade entre as pessoas da comunidade do Assentamento Nova Tangará. Numa primeira entrevista, com um senhor que liderou uma parcela do grupo acampado contra as decisões do movimento que coordenava o acampamento, Carlos disse, no fim, *“que teve muita luta, mas que finalmente tinham conquistado cada um sua terra, sua liberdade”*. Já na entrevista com uma senhora que era líder do movimento que coordenou a ocupação, o MTL, ela parecia insatisfeita com a carga de trabalho que envolvia a lida com a terra, morando apenas um casal de idosos e um sobrinho no lote. Afirmou, em algum momento, que na verdade quem está lá - no assentamento, no meio rural e nas condições em que ela se encontrava com sua família - acaba se tornando escravo da terra.

Numa outra oportunidade, quando fiz o pré-teste dos questionários por formulários do Google, e dezoito pessoas responderam, muitas enviaram comentários no momento em que entrei em contato para confirmar se tinham mesmo respondido. Um destes comentários me chamou muito a atenção; uma assentada e cooperada disse que a situação dos assentados é parecida com a dos ex-escravos no período imediatamente após a abolição: *“dizem que agora você é livre, mas você não tem formação, nem instrumentos de trabalho, nem dinheiro para conseguir alguma destas coisas”*. Penso muito sobre essa analogia, e constantemente ela retorna, pois parece sintetizar as duas expressões sobre liberdade e falta de liberdade que vieram antes.

O Brasil e o rural neste país são abastados destas contradições, e sobre elas nos dedicamos nos próximos parágrafos, tendo os autores aqui envolvidos como pontos - no sentido de lugares - de observação e como bases teóricas das análises que virão nos capítulos seguintes.

Para formar este marco teórico, inicialmente, abordo as circunstâncias de formação das distâncias e proximidades, conflitos, complementaridades e interdependências, entre campo e cidade no Brasil. O mundo social rural foi predominante na maior parte

de nossa história nacional, mas passa por um processo de subordinação em termos gerais - econômicos, demográficos e simbólicos - ao urbano desde a metade do século XX no Brasil (GARCIA Jr, 1989). A dinâmica do desenvolvimento capitalista tem na transição da vida social nos marcos rurais para os parâmetros urbanos uma condição fundamental.

Pierre Bourdieu trata deste processo de inversão de poder econômico e social (simbólico) entre rural e urbano ao longo de uma pesquisa de, aproximadamente, quatro décadas na Bretanha, região de sua terra natal no interior da França, transformada no livro “O baile dos Celibatários – crise na sociedade camponesa do Béarn” (2021). Esta pesquisa foi recentemente traduzida no Brasil, por Carolina Pulici, e se divide em três partes e três períodos diferentes entre os anos 1960 e 1980. Esse trabalho revela tanto a respeito das mudanças sociais vividas em comunidades rurais a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial urbano e foi tão importante conhecê-lo que acredito ser fundamental trazê-lo para iluminar o caminho e o próprio olhar por onde esta pesquisa se deterá.

Buscando inicialmente compreender as condições que levam a uma situação chamativa e inusitada, qual seja, o celibato dos primogênitos (pelo costume daquela sociedade, mantendo-se tudo nos parâmetros de normalidade, os herdeiros) das famílias proprietárias rurais, o autor desvela como a submissão das gerações jovens às regras, cálculos e interesses dos antigos levou a uma situação de crise estrutural daquela sociedade: diminuição dos casamentos dos primogênitos e cada vez menos herdeiros, cada vez menos sucessão, cada vez menos futuro para as linhagens familiares e para suas terras.

Na segunda parte deste livro, “As estratégias matrimoniais no sistema das estratégias de reprodução”, Bourdieu rompe com algumas noções e formas estruturalistas de interpretar seus achados, e passa a criticá-las. Uma mudança essencial neste sentido está no primeiro rodapé, uma destas partes de sua obra em que Bourdieu declaradamente situa boa parte de suas considerações teóricas. Ali, o autor discute o conceito de *estratégia* em substituição à noção de *regra*, demonstrando como o primeiro oferece mais aproximação com a forma como o nativo opera seus padrões de julgamento e prática – “na forma de relações que só se revelam uma a uma, portanto sucessivamente nas situações de urgência da vida cotidiana” (idem, 2021,

p. 176). E como ao mesmo tempo estas formas de pensar e agir compõem uma sequência de escolhas com vistas a um objetivo ou valor, a qual pode inclusive não ser apreendida por quem a realiza como tal, como estratégia.

Longe de ser simples procedimentos, análogos àqueles que a imaginação jurídica inventa para fazer o direito funcionar e redutíveis às regras formais e explícitas, essas estratégias são o produto do *habitus*, entendido como domínio prático do pequeno número de princípios implícitos a partir dos quais se engendra uma infinidade de práticas que podem ser reguladas sem serem o produto de uma obediência a regras, que, “espontaneamente”, reguladas, dispensam a explicitação, a invocação e a imposição da regra. BOURDIEU, 2021, p. 205.

O que ocorre ali, nesse sentido, como Bourdieu revelará adiante, é que o sistema de disposições a pensar e agir inculcadas pelo ambiente e pela família, ou seja, o *habitus* até então associado às estratégias matrimoniais para reprodução do patrimônio e da linhagem, deixou de ser adequado. As escolhas e negociações matrimoniais realizadas por meio das famílias, com base nos interesses da Casa, a ausência de agência/autonomia por parte dos/das diretamente envolvidos/as nas trocas matrimoniais, tudo isto se torna obsoleto quando o mundo fechado do camponês se abre ao universo infinito da sociedade de mercado. Isto se deu quando, da segunda metade do século XX adiante, o modo de vida citadino, liberal, e a força do setor produtivo urbano industrial passaram a se impor sobre os burgos e as aldeias camponesas.

Alguns fatores contribuíram para esta transição, mas os mais importantes são a melhoria dos meios de transporte, a oferta mais democratizada de ensino secundário (nas cidades), o crescimento da agroindústria de alimentos - que passava a comprar a produção camponesa, antes localmente distribuída e consumida em um padrão alimentar de autoconsumo e mais ascético - e a difusão dos meios de comunicação de massa que advogavam a superioridade cultural e social do ambiente urbano.

A partir desta mudança social, econômica e simbólica, o modo de vida camponês veio paulatinamente sendo depreciado, assim como a própria condição econômica. De tal modo que, em boa parte das casas de famílias mais ou menos importantes do Béarn, com suas tradições de sucessão e herança tão rígidas e suas estratégias matrimoniais já descompassadas com o curso da história, os descendentes que mais permaneceram no campo foram os primogênitos homens. Nesse sentido, Bourdieu

faz uma citação de Marx como epígrafe da segunda parte, na qual o alemão afirma ser a terra a proprietária, a que herda o primogênito, e não o contrário.

Os demais, primogênitais e cadetes mulheres e homens (descendentes mais novos), que provavelmente não herdariam a terra, além dos/das pobres que não tinham esta questão da herança envolvida em suas considerações sobre sair ou não da terra, escolhiam sair do campo, ou mesmo emigrar, casando-se e/ou encontrando trabalho nas cidades, aspirando o prestígio simbólico que identificavam na vida urbana e as oportunidades de ascensão social e realização profissional que, onde nasceram, não teriam.

As mulheres, nesse sentido, e cadetes em menor grau, são consideradas o “cavalo de Troia” do mundo urbano. Mulheres eram menos requisitadas e investidas das responsabilidades de poder com a terra e viam na educação um passaporte para a ascensão social, o que incentivava seu trânsito pela cidade. Em suas idas para a cidade e voltas para as aldeias e burgos, introduziam paulatinamente na base do mundo camponês os valores citadinos e a desvalorização do estilo de vida e das “qualidades camponesas” (idem, p. 226).

Observe-se, desse modo, que não ocorria apenas um esvaziamento demográfico do campo e dos burgos camponeses; também, ao mesmo tempo, dava-se um processo de desconstrução da confiança e da autoestima do camponês típico, especialmente o primogênito herdeiro que, se antes era o mais interessante dos pretendentes e o representante da força daquela sociedade, agora vivia às voltas com a ideia de que a terra estava arruinada e de que não conseguiria sozinho tocar os negócios da fazenda. Revela-se, assim, a dominação simbólica que se estabeleceu, dos valores e da lógica econômica da cidade, sobre as estratégias, os valores e a atividade produtiva do campo.

Ocorria, assim, uma unificação do campo social e do mercado de bens simbólicos, dada pelo trânsito intensificado de pessoas das aldeias e dos burgos para as cidades e pela unificação dos mercados: os proprietários de terras encontravam-se progressivamente atados aos preços e às práticas comerciais das grandes indústrias alimentícias, principalmente do leite nesta região onde Bourdieu pesquisou. Desse modo, os preços administrados pelo governo eram sua salvaguarda financeira nesta



relação desequilibrada entre campo e cidade. Mas as tensões com o governo justamente pela insatisfação com estes preços administrados eram frequentemente maiores do que os conflitos com a própria indústria, que compra sua produção como matéria-prima e que corporifica a dominação econômica e simbólica da cidade sobre o campo. Talvez fosse justamente por este motivo, a dominação não dita, mas premente, que os sujeitos das aldeias e dos burgos identificavam no Estado, e não no mercado, seu algoz predileto.

Bourdieu leva sua reflexão para cada vez mais perto de uma explicação para aquela condição ao mesmo tempo subordinada ao mercado - definida pelas relações de interdependência e dominação da cidade, situação referida pelo autor como o universo infinito – e conservadora dos camponeses do Béarn, em uma espécie de reafirmação no âmbito moral, talvez o único que restava de pé, de seu mundo fechado das aldeias e dos burgos.

A abertura ao universo infinito já era fortemente percebida, como dependência, pelos agentes que o autor teve como interlocutores em seu retorno à região nos anos 1970. Desde a produção - cuja produtividade é almejada em patamares bem mais altos que antes, porque agora não serve mais à distribuição local e ao autoconsumo, e sim majoritariamente à indústria de alimentos - a economia de mercado dominava a pequena agricultura, porque ela dependia, a partir de então, de mercadorias industriais como máquinas e fertilizantes para modernizar o aparato produtivo. Como não tinham como comprá-los, recorriam a empréstimos; e assim o pequeno produtor agrícola comprometia seu equilíbrio financeiro e se “amarrava” a determinados tipos de produtos e de mercados, que seriam definidos pelo seu potencial de proporcionar o retorno financeiro necessário para garantir os empréstimos e o mínimo digno de renda para a família.

Nesta situação, Bourdieu identificou que os imprevistos da conjuntura dos preços industriais, sobre os quais seus interlocutores não têm controle, aproximavam-se de ocupar, na concretude da vida e nas percepções gerais do mundo dos camponeses, o lugar que décadas antes era dos imprevistos da natureza. Os preços garantidos eram, nesse sentido, os maiores definidores de suas rendas, e eram políticas públicas, definidas pelos poderes públicos. Esta situação, da imprevisibilidade dos preços no mercado e da dependência dos preços administrados pelo governo na

definição de suas rendas, “tinha o efeito de inclinar a uma visão mais politizada do mundo social, mas cuja coloração antiestatal devia ainda muito à ilusão da autonomia, que era o fundamento da autoexploração” (idem, p. 223).

Ocorria uma ilusão de autonomia, que se dava principalmente pelo fato de serem estes pequenos agricultores os donos dos meios de sua produção, e de tomarem decisões quanto à administração do equipamento produtivo, dos destinos de sua produção, da necessidade ou não de contratação de funcionários etc. Acreditavam, deste modo, que estavam muito melhores na vida do que qualquer empregado assalariado, uma vez que eram, de fato, proprietários. Esta percepção, somada ao elemento contraditório do quase assalariamento a que os pequenos agricultores se viam submetidos, com suas rendas sendo altamente dependentes dos preços administrados pelos governos, levava a posicionamentos políticos frequentemente revoltados e conservadores ao mesmo tempo.

Sua atividade produtiva não tinha mais uma natureza envaidecedora - visto que a dominação simbólica das cidades lhes tirou a gratificação simbólica, mesmo entre iguais -, seu trabalho era árduo, muitas vezes solitário, restritivo, cada vez mais qualificado. Mas ainda assim, sua renda era pouco maior, ou talvez nem chegasse a isso, que a de um operário urbano. Por outro lado, o camponês pequeno agricultor ainda era o proprietário da terra. Era também o responsável por todo o equipamento e estrutura produtivos, administração contábil e financeira, atualização e formação técnica e tecnológica para melhoria da produtividade, acompanhamento das oscilações de preços e suas motivações.

Desse modo, a liberdade e a autonomia do camponês se transformaram em autoexploração e em um constante sentimento, ou ressentimento, antiestatal. A renda era pouca, o trabalho era penoso e a entidade que parecia ter a chave desta contradição (política de preços) era o Estado. A tendência à revolta, à percepção de que o mundo (fechado) de antes era infinitamente melhor, e a posicionamentos conservadores e mesmo reacionários, era uma grande possibilidade.

As conclusões a que Bourdieu chega nesta obra sugerem que, para que este estado de coisas se altere, era necessária a tomada de uma consciência sobre a complexidade do fenômeno porque passam os camponeses do interior da Bretanha.

O estado de coisas problemático a que me refiro, e sobre o qual o autor vê a necessidade de atuação dos envolvidos, envolve tanto a pauperização dos pequenos agricultores quanto a tendência ao conservadorismo entre estes agentes, até porque são situações altamente correlacionadas. Estas considerações finais d'O Baile dos Celibatários são retomadas nas últimas seções deste trabalho, quando tratamos da organização coletiva e das perspectivas no horizonte dos agentes assentados da reforma agrária e da questão agrária brasileira.

No livro "O desencantamento do mundo - estruturas econômicas e estruturas temporais", Bourdieu, que havia servido na Argélia no final dos anos 1950, durante a guerra de libertação nacional em relação à dominação colonial francesa, fez um inquérito sobre os trabalhadores e as formas de trabalho naquele país.

Desse modo, o autor reflete sobre o choque entre estruturas econômicas e temporais tão distintas quanto a metrópole Francesa do século XX e os agricultores tradicionais da Argélia, estes que foram desenraizados no processo de colonização e guerra de libertação. Para realizar tal feito, contou com a cooperação de Sayad Abdelmalek, com quem escreveu outros trabalhos, como "*Le Déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*" (1964). Em seus estudos, Bourdieu constata que a metrópole impôs condições de vida e reprodução social alienígenas (estruturas econômicas e estruturas temporais) para os/as camponeses/as que foram expulsos/as para a cidade. Muitas perdas, de liberdade, de dignidade, de estruturas hierárquicas tradicionais, são relatadas acerca dessa transição do campo para a cidade entre os camponeses tradicionais Cabila.

Identificou um mundo do trabalho altamente instável e precário, com a maior parte dos trabalhadores subempregados, e uma vez que o país passava por uma guerra de independência, não era inesperado que fosse assim. No processo de colonização, muitos agricultores tradicionais foram expulsos de suas terras – de uma forma ou de outra, expulsos objetivamente ou vendendo, uma forma de contrato/relação social até então desconhecida daquelas populações.

As gerações que vieram em seguida, por sua vez, filhas daqueles/as camponeses/as desterrados/as, incorporavam os códigos, valores e gostos da metrópole com mais naturalidade, formando novas disposições de ação e novos horizontes de

possibilidades e de expectativas -é notório nos estudos sobre Pierre Bourdieu que os estudos na Argélia e no Béarn foram fundamentais para a formulação da noção de *habitus*, já inaugurada de forma tão profícua e central nas obras do autor sobre o rural. O choque, então, deixou de ser exclusivamente entre estruturas econômicas e temporais completamente distintas, entre sociedades diferentes, e passou a se dar também nas relações cotidianas entre as gerações na nova sociedade argelina. A partir destas contradições, destes choques, recompõem-se suas estratégias de organização, produção e reprodução, incorporando elementos econômicos e simbólicos dos franceses e constituindo uma nova ordem social a partir de seus princípios mais elementares, como a solidariedade, o apreço pelo coletivo, a troca de dádivas ao longo do tempo ao invés de trocas econômicas simultâneas; o cálculo está presente, mas nunca é descrito, explicitado.

No Brasil, por sua vez, essa reorganização da vida social, de majoritariamente rural para majoritariamente urbana, deu-se na esteira de uma outra mudança estrutural, que foi a transição da mão de obra predominantemente escravizada para a mão de obra predominantemente livre. Um autor que discute estas transições e suas relações de forma especialmente interessante é José de Souza Martins, com “O Cativo da Terra”, livro publicado em 1979 e reeditado em 2010. Nesta obra o autor discute como a escravidão do trabalho foi substituída pela escravidão da terra. Dito de outro modo, em termos marxistas, como, no Brasil, o trabalhador-mercadoria (escravizado e traficado para essas terras como se fosse *commodity*) foi substituído, entre 1850 e 1890, pela terra-mercadoria.

Hoje, quem lê pode intuir que esse é um exercício forçado, talvez de Martins (2010), mas certamente meu, criar uma relação que pode parecer inédita e injustificada, essa entre escravidão e terras. Porém, o autor esclarece que, em setembro de 1850, com a diferença de poucos dias que não atravessavam nem uma semana, foi proibido o tráfico de pessoas escravizadas de África para o Brasil – o marco inicial da decadência da escravidão, em 4 de setembro – e foi instituída a Lei de Terras, em 18 de setembro, por meio da qual se definia que as terras públicas passariam a ser tituladas apenas por compra. Mais adiante discuto sua contribuição ao debate brasileiro sobre a questão urbano-rural.

Sobre estes processos de constituição da estrutura fundiária brasileira, seu desenvolvimento e sua paulatina subordinação às cidades, assim como o estado de coisas na questão agrária brasileira no século XXI, trago, ao longo desta seção, alguns dos autores mais proeminentes no debate brasileiro em três gerações. A primeira, de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Ignácio Rangel e Celso Furtado, que discutiam de maneira ensaística, mais genérica, a natureza do desenvolvimento brasileiro, suas bases e seus prováveis desdobramentos (NOGUEIRA, 2022).

Tratando então desse contexto, desse ambiente histórico e territorial, cumpre em primeiro lugar para tratar das condições econômicas em que foram tomadas as decisões políticas e institucionais relativas à reforma agrária na segunda metade do século XX. Para tanto, retomo obras de um dos autores daquela que chamei de primeira geração em seus debates sobre o rural brasileiro. Importante notar que, entre os que discutiram esse tema antes da ditadura, é um autor especialmente propositivo.

Ignácio Rangel, no texto “A questão agrária”, de 1962 (2005), assim como em “A Questão da Terra”, publicado em 1986, defendia uma reforma agrária que levasse em conta alguns problemas do campo e da cidade. E sua proposta, que não era revolucionária, inclusive algo condescendente com os fazendeiros de monocultivos para exportação por compreender esse segmento da economia como fundamental para o desenvolvimento nacional, me parece não ter sido superada pela história. Os problemas que animavam suas propostas eram a) a (im)produtividade do trabalho, b) a superprodução agrícola no Centro-Sul, c) a superpopulação rural no Nordeste, d) os oligopólios e oligopsônios que organizavam a escassez e tornavam os preços dos alimentos mais altos e e) a escassez sazonal de mão-de-obra nas monoculturas agrícolas.

Em resposta a tais questões, Rangel sugeriu que algumas linhas de ação seriam necessárias. A primeira, para solucionar o problema da improdutividade do trabalho, tanto de camponeses no Nordeste – que não dispunham de terras e de condições tecnológicas para aumentarem o aproveitamento de seu trabalho para geração de riqueza – quando de trabalhadores volantes que passavam alguns meses nas lavouras do sudeste, mas no restante do tempo do ano tinham sua força de trabalho subaproveitada.

Sua proposta era de que o Estado e os fazendeiros assegurassem ao trabalhador temporário da monocultura agrícola uma ocupação estável e um pequeno lote de terra, próximo ao local da lavoura, mas fora da fazenda – afinal, se as terras ocupadas por esses trabalhadores fossem do próprio fazendeiro, a reprodução das relações de dominação tradicional e semifeudais do início do século seria certa -, para que nos períodos de interstício do trabalho na fazenda o trabalhador e sua família pudessem dedicar-se à produção de quintal para o autoconsumo.

Esta proposta, segundo o autor maranhense, solucionaria alguns problemas entre os elencados anteriormente. O problema da improdutividade do trabalho, da superpopulação rural do Nordeste e da escassez sazonal de mão-de-obra. Alguns benefícios sociais colaterais também foram identificados por Rangel, como a possibilidade de manutenção das famílias juntas. A desagregação das famílias dos trabalhadores volantes, temporários, era um gargalo importante nas sociabilidades das famílias camponesas, uma vez que mulheres, crianças e idosos ficavam separadas dos homens adultos que viajavam para o trabalho nas lavouras, migrando com esse núcleo desfalcado para centros urbanos em condições precárias.

Outras soluções que Rangel oferecia, tanto em 1960 quanto em 1986, eram a intervenção do Estado para ampliar os mercados internacionais para a produção das fazendas de monocultivos brasileiras, atacando o problema da superprodução agrícola. Além desta, sugeria uma política criteriosa de preços mínimos e crédito agrícola com apoio na ampliação da rede de silos e armazéns, favorecendo agricultores contra intermediários (oligopsônios), para garantir uma comercialização interna sem tantas distorções na estrutura da oferta agrícola - e dos preços ao consumidor.

Por último, tratando do problema da concentração fundiária, e dos oligopólios produtores de alimentos, fazia uma proposta conciliadora de distribuição de terras. Aqui houve uma mudança na teoria da questão agrária de Ignácio Rangel para abrigar um fato novo, que foi a valorização financeira das terras, ou seu entesouramento, a partir dos anos 1980. Rangel defendia que a distribuição de terras deveria ser feita pelo Estado a partir de terras públicas, e doá-las aos camponeses sem terra, ao invés de comprar terras privadas para redistribuí-las – esta que foi a tônica da maior parte dos assentamentos feitos nos anos da ditadura -, pois essa movimentação em escala

nacional, com o poder de injeção e priorização financeira do Estado, elevaria os preços das terras.

Mas as instabilidades financeiras e econômicas do Brasil a partir do final dos anos 1970 fizeram com que os capitalistas brasileiros se voltassem para o mercado de terras, comprando-as para proteger sua poupança da corrosão inflacionária e de crises bancárias que poderiam irromper na vida financeira atribulada do país nesta década. Ou seja, as terras brasileiras tornaram-se definitivamente ativos financeiros, entesouradas e, em muitos casos e cada vez mais, alvos de especulação. Isso ocorre quando não são produtivas, mas são mantidas como capital imobilizado até que a renda vinda de sua manutenção nesta condição seja superada pelo benefício financeiro que poderá render caso seja vendida ou tornada produtiva. A este processo de financeirização da terra, de transformação da terra em parâmetro financeiro, em uma demonstração de afiliação à interpretação marxista das rendas da terra (JABBOUR, 2017), Ignácio Rangel propôs a noção de quarta renda da terra, como se vê na citação a seguir.

Noutros termos, a questão da terra, no Brasil e no presente estágio de seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma *questão financeira* [grifo do autor]. Por outras palavras, a terra não se distribui, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é cara, não pelos motivos convencionais – capitalização da Renda diferencial I, da Renda diferencial II e da Renda Absoluta – mas sim pelo que propus que batizássemos de IV Renda da terra, isto é, da expectativa de valorização. RANGEL, 1986, p. 75-76.

Nesse ponto existe uma comunicação importante entre Rangel (1962; 1985) e um autor fundamental para se compreender o rural brasileiro, José de Souza Martins, já inserido naquela que se pode considerar a segunda geração de estudos sobre o rural brasileiro. Tanto Ignácio Rangel quanto Martins têm uma preocupação significativa com o problema da renda da terra - ambos operam e têm como referência nesse tema o ferramental teórico de Karl Marx e de marxistas - e penso que esse é um tema fundamental e atualíssimo quando se quer investigar as condições de autonomia que um pequeno proprietário, assentado da reforma agrária, tem sobre sua terra.

Para os fins deste trabalho, organizado em nome da compreensão da relação entre propriedade e autonomia para assentados de reforma agrária, acredito que o ponto da discussão de Martins (2010), sobre a substituição, entre o meio e o fim do século

XIX, da pessoa escravizada pela terra escravizada, é fundamental. Em seu argumento, esta manobra dos políticos e senhores do café – grupo mais poderoso da elite brasileira no final do século XIX e início do XX - foi necessária para que se mantivessem 1) os altos índices de lucratividade da atividade agrícola e 2) a capacidade de os senhores de terras – nesta obra tratando especialmente dos cafeicultores de São Paulo - oferecerem garantias para seus empréstimos tomados em bancos e financiarem sua produção.

Antes, a hipoteca destes empréstimos era feita tendo “lotes” de pessoas escravizadas como garantia; mas, com a libertação dessas pessoas, a terra precisaria passar a ser cativa, propriedade privada, e precisava ser valorizada em seu preço médio, para ser colocada como garantia em transações financeiras no lugar dos escravos – que eram a mercadoria mais valorizada do Brasil até o período de decadência deste mercado, com o fim iminente da escravidão a partir do fim dos anos 1870 (MARTINS, 2010). Para esclarecer melhor seu argumento, é necessário retomar a teoria marxista da renda da terra. Não procuro aqui fazer uma arqueologia dos conceitos, apenas uma recuperação dos fundamentos teóricos desta relação estabelecida pelo autor que é tão rica, entre a renda da terra e a escravidão, ambas formas de explorar o estatuto da propriedade privada com intuito de maximizar lucro, mais-valia.

A terra não tem valor, nos termos marxistas, pois não é fruto do trabalho humano, trata-se de um bem natural, não reprodutível, entretanto, constitui o local onde ocorre o processo de produção. A terra não é trabalho materializado, embora, a exemplo da força de trabalho, torne-se mercadoria no capitalismo. A terra pode gerar renda de formas diferentes, sendo a mais óbvia o fato de ser um meio de produção. Nesse sentido, na terra se produzem mercadorias como vegetais, carnes, dela extraem-se minerais que são matérias primas para uma série de produtos industrializados e para o mercado de luxo, como ouro, diamantes. Além desta forma, a terra também gera renda quando é alugada para algum industrial ou produtor rural, e neste sentido é capitalizada como imóvel. Outra forma de renda da terra é a renda diferencial, que se dá de duas maneiras: a primeira, quando em faixas de terra tamanho idêntico se aplicam as mesmas quantidades de trabalho e capital, e mesmo assim geram-se resultados diferentes, um lucro extra porque o preço de mercado é determinado pelo preço de produção da terra de pior qualidade; a segunda renda diferencial é aquela



que decorre do conjunto de capitais adicionais aplicados numa determinada terra, e resulta da intensificação produtiva do capital na agricultura (CARIO & BUZANELO, 1986).

Por fim, a inovação marxiana na teoria da renda da terra: existe, no capitalismo, a renda absoluta da terra, que é a renda que existe pelo simples fato de a terra ser propriedade privada. Marx identificou esta forma de renda da terra quando analisou que, mesmo o pior solo gerará renda, e permanecerá na condição de capital imobilizado enquanto o que for cultivado nele não produzir um excedente sobre o preço de produção que proporciona apenas o lucro médio normal. Isso faz com que a existência da propriedade privada da terra seja a causa geradora da elevação dos preços que pagarão essa renda (LENZ, 2008).

Voltando a Martins (2010), ele afirma que a renda da terra capitalizada – a partir da Lei de Terras de 1850 - é estruturada em meio à crise do trabalho escravo. Até então, a ocupação da terra se dava primeiro, passava-se a produzir, e só depois o ocupante se dirigia à autoridade competente para obter o título de sesmaria para aquela terra, tornando-se proprietário. Agora não ocorreria mais assim. Aqueles que estivessem interessados em acessar uma terra para nela produzir e viver de seu trabalho precisariam obter o dinheiro necessário para acessá-la. Nesse sentido, como desdobraremos adiante, a renda territorial capitalizada é uma forma de garantir a sujeição do trabalho - que viria a ser, em poucas décadas, definido legalmente como livre - ao capital.

Quando a proibição do tráfico negreiro foi promulgada, em 1850, os sinais do fim da escravidão já eram percebidos, e os agentes públicos e capitalistas brasileiros logo passaram a elaborar formas de, ao mesmo tempo, como dito antes, preservar sua lucratividade e garantir os benefícios creditícios de que se valiam com o capital das pessoas escravizadas como garantia. A Lei de Terras é a primeira parte dessa estratégia. Como dirá Martins, “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (idem, p. 49).

O trabalho de José de Souza Martins é revelador de uma imbricada relação entre escravidão, propriedade privada da terra, renda absoluta da terra e fluxos de

imigrantes europeus arditosamente convencidos da alcunha de “colonos”. A partir da leitura de sua obra (idem), compreende-se que a proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras foram fatores centrais de uma nova ordem econômica e social que se pôde observar com nitidez a partir início do século XX. Com estas duas medidas, o Estado e o poder político e econômico brasileiros promoveram um deslocamento da centralidade econômica e cultural, passando da escravidão humana para o cativo da terra.

Estas mudanças políticas, econômicas e institucionais precisaram ser acompanhadas de novas perspectivas sociais e aspirações culturais, novas disposições a agir ou *habitus*, como em Bourdieu, tanto acerca do trabalho quanto da terra. O trabalho, que havia sido até então extenuante, cativo e humilhante, precisaria, a partir do fim da escravidão, passar por um reposicionamento simbólico na sociedade brasileira. Afinal, a partir de então a mão de obra para a produção deveria ser obtida a partir da escolha livre do trabalhador – sem considerar aqui, para efeito de fluidez na consecução do argumento, que nenhum teria uma terra própria para onde fugir do trabalho livre. Este foi um importante fator de exclusão dos negros do mundo do trabalho livre no Brasil: a percepção descontextualizada e racista dos senhores de engenho e do café era de que estes não serviriam para o trabalho livre, que precisariam trazer trabalhadores de fora para inaugurar esta nova configuração das relações de trabalho<sup>1</sup>.

A terra também, de um ponto de vista simbólico, precisaria ter seu estatuto promovido. A Lei de Terras foi o primeiro e mais importante passo no sentido de torná-la no

---

<sup>1</sup> No dia 22 de fevereiro de 2023, uma operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal resgatou 206 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves-RS. Os trabalhadores foram contratados por uma empresa terceirizada para a colheita de uvas, e vieram em sua maioria da Bahia para o Rio Grande do Sul trabalhar na safra (CARTA CAPITAL, 2023). No dia 28 do mesmo mês, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul – RS, Sandro Fantinel, vereador então filiado ao Patriotas, proferiu um discurso conclamando aos produtores rurais de sua região que não contratassem trabalhadores baianos, ou “essa gente lá de cima”, com suas palavras, “pois a única coisa que os baianos têm é viver na praia tocando tambor” (G1, 2023), numa demonstração clara de racismo e xenofobia contra a população do estado mais negro do país e do mundo, fora do continente africano. E ainda sugeriu que contratassem, ao invés destes, os argentinos, que em suas palavras “são limpos, trabalhadores, corretos, cumprem o horário, mantêm a casa limpa, e no dia de ir embora ainda agradecem o patrão pelo serviço prestado e pelo dinheiro que receberam”. Esta é uma amostra de um raciocínio, no Brasil do século XXI, construído de forma semelhante ao que descrevo sobre o período imediatamente posterior ao fim da escravidão, no final do século XIX.

principal elemento concreto e simbólico de poder e dominação dos senhores de engenho e do café na sociedade pós-escravista. O motivo é que, a partir daquela lei, a maior parte das pessoas na sociedade - entre elas as que foram escravizadas, seus descendentes e aquelas que viriam imigrando da Europa para o trabalho livre - não teriam acesso à terra e passariam a aspirar a propriedade de algum pedaço de chão para garantir sua alimentação, sua moradia e a reprodução material e social de suas famílias.

Mas esse não foi o único movimento das elites brasileiras no sentido de elevar o estatuto simbólico e econômico da terra. Decidiu-se, ainda, pela fragmentação da propriedade e a criação de uma agricultura de pequenos proprietários, com colonos imigrados da Europa. A elevação da demanda de terra, a partir dessa possibilidade aberta aos imigrantes, provocaria, astutamente, elevação no preço das terras, evitando assim que o preço da terra reduzisse por outros fatores e deprimisse, desse modo, a capacidade do grande fazendeiro de obter o crédito necessário à sua produção. Os bancos e outros credores dos fazendeiros teriam, novamente, uma contrapartida valorizada para seus capitais, da mesma forma que ocorria com os escravos até o momento em que o preço daquela garantia creditícia começou a cair com o fim iminente da escravidão (MARTINS, 2010).

Esta decisão foi também fundamental para criar, para os imigrantes europeus que vinham trabalhar nas lavouras, uma ideologia de ascensão social pela conquista da propriedade da terra. As lideranças políticas da época definiram também que este pedaço de terra, esta pequena unidade de produção fragmentada da grande propriedade, não seria doada aos colonos assim que chegassem, mas precisaria ser comprada, com o dinheiro adquirido por meio do trabalho. Este foi um movimento capcioso, pois até então, dos lugares de emigração da Europa, de onde vieram, os colonos eram as pessoas que saíam para ocupar livremente as terras nos Estados Unidos e na Austrália. No Brasil, por sua vez, as coisas não se dariam da mesma maneira: eram chamados colonos aqueles imigrantes que chegavam já endividados pelos custos das viagens e que precisariam trabalhar por anos até conseguir, e talvez nunca conseguiriam, seu pedaço de chão (MARTINS, 2010).

É com esta retomada histórica de fontes documentais nacionais e internacionais que José de Souza Martins conclui, discordando de boa parte dos autores que analisavam

a situação do trabalhador nas lavouras da primeira metade do século XX, que no Brasil se dá a produção capitalista de relações não-capitalistas. Principalmente no que se refere ao questionamento da condição de existência do salário para existir capitalismo, Martins defende que o que define o capitalismo são as relações livres de trabalho, e isto é possível identificar no regime de trabalho dos colonos desde que chegaram às terras brasileiras.

É uma grande contradição do capitalismo brasileiro que estas pessoas não fossem exatamente livres, que tivessem dívidas prévias a pagar ao fazendeiro pelas suas viagens, que vivessem em condições definidas pelo fazendeiro, dormissem e comprassem em lugares definidos pelos fazendeiros. Que estivessem, enfim, vivendo a reprodução de relações tradicionais e personalizadas de dominação que já eram conhecidas dos descendentes de indígenas e brancos que viviam sob o mando dos senhores de terras, trabalhando em regime de servidão, já que a escravidão formalmente constituída de indígenas havia sido proibida no século XVIII.

Os primeiros colonos que chegaram, entretanto, eram tratados de forma diferente dos escravos que ainda permaneciam nas fazendas nos últimos anos antes da abolição. Sobre estes imigrantes era inculcada a ideologia da meritocracia e da superioridade racial, aproximando-os simbolicamente dos senhores de terras e distanciando-os dos escravos e ex-escravos que viviam em seu entorno. Havia entre esses imigrantes a aspiração e a certeza de que, com trabalho duro, em pouco tempo conquistariam a quitação das dívidas com o patrão e seu pedaço de terra para ter a liberdade e a dignidade de viver e trabalhar sem precisar se sujeitar.

A propriedade da terra, enfim, transformava-se no grande eixo ordenador da hierarquia social e definidor do domínio dos grandes proprietários de terras sobre os pequenos ou os que nada tinham de chão sob sua titularidade no Brasil. Como Martins demonstra fartamente no livro “O cativo da terra”, os colonos não conquistavam sua terra em tão pouco tempo, e a maioria na realidade não conquistava<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo a secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, na Estatística Agrícola e Zootécnica do ano agrícola 1904-1905, das 49.522 propriedades rurais existentes no estado, apenas 415 pertenciam a espanhóis e 4.766 a italianos. Números baixos, se considerarmos

Formavam-se, a partir deste novo ordenamento econômico e simbólico do fim do século XIX e início do XX, um capitalismo com outras relações de trabalho e produção não-capitalistas no meio rural, como o próprio colonato, a parceria, a morada, a posse, as glebas, entre outras formas de relação com a terra, de trabalho e de vida no campo. Formas que foram observadas por Klaass Woortmann (1990) e que constituem, ainda que situadas em regiões diferentes do país, uma ordem moral própria da campesinidade. Os textos analisados por Woortmann relatam estudos em diferentes lugares do país, mas convergem neste mesmo sentido, de captar uma espécie de *ethos* da campesinidade, marcado pela valorização da terra, do trabalho e da família.

O fim da escravidão e a instituição do trabalho livre no Brasil se organizaram, portanto, de formas muito particulares. A estrutura da propriedade permaneceu idêntica, neste processo não houve reforma agrária no sentido da redistribuição de terras. José de Souza Martins chama atenção para isso também, já no prefácio à nona edição de sua obra, o fato de ter sido uma escolha, uma opção, a de tornar a terra cativa e excluir boa parte da população – aqueles que foram escravizados e seus descendentes – do benefício da colonização de vastas faixas de terras ainda desocupadas de seu território. O autor demonstra como outra nação que teve a chaga da escravidão na formação de sua sociedade, os Estados Unidos, fez uma opção diferente no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre: seu *Homestead Act*, a livre ocupação do território por quem quisesse colonizá-lo, inclusive pessoas que tivessem sido escravizadas e seus descendentes (*idem*).

Enquanto no Brasil a Lei de Terras de 1850 ratificou a estrutura econômica baseada na exportação de matérias primas e concentradora de capital – inclusive terras - já estabelecida no regime de capitânicas hereditárias e depois de sesmarias; nos Estados Unidos o *Homestead Act*, de 1862, estabeleceu bases para o surgimento de uma grande classe de pequenos proprietários e para a diversificação de sua produção agropecuária. Algumas décadas depois destas medidas, pôde-se observar, do lado do Brasil, os custos da manutenção da estrutura agrária concentrada nas mãos de poucas famílias e na produção de poucos produtos de exportação (café e cana,

---

que a partir de 1880 havia ocorrido a entrada de mais de 600 mil italianos e mais de 150 mil espanhóis (MARTINS, 2010)

principalmente). Da parte dos Estados Unidos, a imigração massiva incentivada por sua lei da propriedade rural, autorizando a criação de pequenas unidades produtivas, levou à diversificação da produção e à aquisição de um saber-fazer pelo país que gerou, algumas décadas mais tarde, uma enorme quantidade de vantagens competitivas de sua produção no mercado internacional de produtos agrícolas.

Do lado brasileiro, as crises de demanda internacional, que ocorreram principalmente em função das sucessivas guerras na Europa no início do século XX e da quebra da Bolsa de Valores de NY nos Estados Unidos em 1929 – os EUA eram os maiores compradores do café brasileiro naquele período -, confirmaram a decadência do modelo agroexportador e dependente de poucos monocultivos no Brasil. O engenho da cana-de-açúcar na região Nordeste já vinha de uma crise severa desde a segunda metade do século XIX, o que por sua vez gerou pauperização e carência de alternativas de trabalho para milhares de famílias camponesas (GARCIA JR., 1989). Sobre o café, tornou-se amplamente conhecido o infame expediente da queima de toneladas de sacas desta mercadoria durante o governo de Getúlio Vargas, após a queda dos preços em função da Crise de 1929 (MARTINS, 2010).

Desse modo, os homens e mulheres que moravam e trabalhavam em grandes fazendas - com cana-de-açúcar, leite ou café, culturas predominantes no século XX até os anos 1970 - e viviam em condições próximas da servidão, tiveram diversos destinos: muitos ocuparam as fazendas onde trabalhavam em regimes de parceria (CANDIDO, 2017) ou de morada (GARCIA, 1989); outros poucos tiveram a chance de adquirir uma terra para viverem e produzirem com suas famílias (GARCIA, 1989; MARTINS, 2010); muitos mudaram-se para as periferias das cidades, ou para suas bordas periurbanas, sem qualquer segurança ou garantias para a necessária reconversão pela qual passariam em suas vidas (RANGEL, 1986; MARTINS, 2010; GARCIA, 1989).

Ainda sobre a segunda geração de produções sobre o rural brasileiro, que desenvolveu boa parte dos trabalhos empíricos de maior envergadura dos estudos rurais brasileiros, era composta por intelectuais que produziam sob a ditadura militar e que, em muitos casos, não puderam permanecer no Brasil por muito tempo. Esta geração seria composta por José de Souza Martins, sobre o qual vinha tratando, de um lado, pensando na história econômica brasileira, na natureza das relações de

trabalho e nas condições em que se estabeleceu a propriedade privada da terra. De outro, onde se poderia situar um grupo de antropologia econômica, Moacir Palmeira e os primeiros pesquisadores formados com sua orientação no Museu Nacional, como Afrânio Garcia, Lígia Sigaud entre outros, Klaas Woortmann e Ellen Woortmann, uma geração próspera em produção e reflexão, porém infelizmente impactada pela repressão aos intelectuais brasileiros.

Sobre este momento da transição do rural para o urbano no Brasil, e aqui mais especificamente na região Nordeste, foi importante o trabalho de pesquisa intenso de um grupo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, no sentido de captar as percepções e representações que estes sujeitos, os desvalidos da transição rural-urbano, tinham sobre as novas circunstâncias (SIGAUD, 1980). A análise feita por Lígia Sigaud das categorias de pensamento de uma determinada categoria de trabalhadores rurais, já teorizada e descrita em outro trabalho por Palmeira (1976), os moradores, demonstra que essas pessoas consideravam que, “depois dos direitos”, os patrões tornaram-se ruins, e que foi assim que ficaram sem casa, sem terra para seu roçado e mais inseguros sobre seus destinos.

Este recorte da realidade, essa perspectiva sobre as mudanças, denota uma forma de abandono e sentimento de desamparo dos antigos moradores que viviam nos tempos dos engenhos e das usinas de cana-de-açúcar, mas não se pode terminar a análise por este ponto. Outros trabalhos, como o de Afrânio Garcia (1989) e o de Marie-France Garcia-Parpet (1984), tratam da reconversão de trabalhadores de engenho para pequenos produtores e negociantes urbanos e periurbanos.

Em *O Sul: caminho do roçado*, Afrânio Garcia demonstra como, a partir da pesquisa empírica etnográfica e da produção de dados quantitativos entre e sobre as populações subalternizadas na região do brejo paraibano, um estudioso pode decompor concepções insatisfatórias para explicar o real, ainda que nesse processo possam ser demolidas grandes pesquisas com pressupostos equivocados. No texto de Garcia, que é economista em sua formação acadêmica inicial, a graduação, consta que os economistas do IBGE, ao descreverem as estatísticas do CENSO de 1980, descreviam os minifúndios, terras de tamanho menor ou igual a 5 hectares, dos camponeses do interior paraibano como “antieconômicos” (p. 20).

O trabalho de campo de Garcia, por sua vez, demonstrará que “antieconômico” não é uma boa definição para o cálculo feito por cada camponês a cada ano relativamente ao peso que a produção na terra, o trabalho alugado e o negócio terão em sua atividade produtiva naquele período. São considerações que envolvem a composição do grupo familiar - se tem idosos, se tem mulheres, se tem crianças, se tem homens adultos, enfim, uma preleção sobre quantos braços para trabalhar e quantas bocas para alimentar existem em cada família; a safra do ano anterior e as previsões meteorológicas do ano agrícola atual; a possibilidade de ir ou a probabilidade de enviar/perder/investir algum familiar para o Sul para trabalhar, juntar dinheiro e voltar/ou não voltar; o tamanho da terra de trabalho disponível; a condição de acesso à terra, podendo ser arrendada, própria, ou em sistema de meia (1989).

Enfim, o autor identifica um conjunto de variáveis envolvidas em um cálculo complexo que fundamenta as decisões de trabalho e produção dos camponeses daquele lugar, considerando inviável a definição de antieconômicas para suas experiências sociais e produtivas. Já Klaas Woortmann, em “Com parente não se negocea” (1990) tece considerações críticas específicas acerca desta forma genérica e reificadora de uma determinada suposta condição camponesa.

Woortmann decupa alguns de seus trabalhos etnográficos, demonstrando como seria simples para ele, tendo entrevistado um sitiante do sertão sergipano, recortar o discurso de seu interlocutor e construir o “dado” em direções opostas, se assim o quisesse. De um lado, mostrando que este sitiante está próximo ao *Homo oeconomicus*, maximizador de lucro, secularizado, pois se preocupava com a inflação do gado, com formas de comprar mais terras; por outro lado, de dentro das mesmas conversas com o mesmo sitiante, o pesquisador poderia recortar trechos do discurso e apresentá-lo como um sujeito que se preocupa em benzer o gado para garantir a proteção divina, em deixar para o filho um patrimônio que garantisse a reprodução da vida da próxima geração segundo as mesmas tradições familiares, enfim, o *Homo moralis*, inculcido de uma visão moral e sagrada do mundo. Para ele, está claro, no entanto, que

Modelos implicam em recortes, o que já significa subjetivizar o objeto, em si mesmo construído e não empiricamente dado. Cada recorte sobre a mesma empiria etnográfica pode se revelar contraditório a outros recortes sobre a mesma “realidade”, não por inadequação



intrínseca ao recorte, mas pela ambigüidade da própria concretude. Todo modelo teórico implica em recortar o concreto para poder construir o real e aqui estou recortando pessoas que, como disse, são ambíguas. WOORTMANN, 1990, p. 17.

E por que destacar esses aspectos sobre a natureza contraditória da realidade e a complexidade da história nesta altura? Acredito ser fundamental discutir este ponto no sentido de defender uma cumulatividade dos estudos rurais para o trabalho que busco empreender. Os aspectos biográficos dos sujeitos com quem tive interlocuções, e as relações entre eles/as e outras pessoas/instituições que observei no trabalho de campo, requerem o recurso a formulações teóricas atentas às ambigüidades da história e culturas humanas.

Aquela que trato como terceira geração passou por uma virada paradigmática nos estudos de ruralidades no Brasil (SHNEIDER, 2009; SCHMITZ & MOTA, 2007). Este momento de guinada, em vários aspectos da questão agrária, foi no final da década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990: havia muitas mudanças sociais em curso, tanto nas cidades quanto no diversificado mundo rural brasileiro, relacionadas à redemocratização, à modernização agrícola, à globalização e à nova configuração do mundo unipolar – com EUA na liderança isolada da geopolítica global.

Em grande medida, os fenômenos sociais, econômicos e políticos, assim como as transformações mais amplas ocorridas no Brasil e outros países da periferia do capitalismo entre os anos de 1960 e 1990, inclusive relacionados à modernização agrícola, tiveram influência decisiva dos EUA (MEDEIROS, 2003; CHONCHOL, 2005; SAUER, 2010; PEREIRA, 2021). Desde os anos 1950, os Estados Unidos já exerciam influência econômica político-ideológica sobre todo o mundo de forma indireta, mas evidente, como na Guerra Fria, ou com sua pujante indústria da cultura ou, o que interessa mais a este trabalho, através dos empréstimos e respectivas contrapartidas das chamadas Instituições de Bretton Woods<sup>3</sup> - o Fundo Monetário Internacional e o

---

<sup>3</sup> Tratado de Bretton Woods ou Acordos de Bretton Woods foi um encontro diplomático e econômico, ocorrido entre 1 e 22 de julho de 1944, na localidade de Bretton-Woods, no estado de New Hampshire nos EUA, que tinha diferentes objetivos: explicitamente o objetivo do encontro era planejar a reconstrução europeia no pós-guerra; implicitamente, por outro lado, foi um momento de consagração da superioridade e da definição dos Estados Unidos como o maior país capitalista do mundo, que passaria então a polarizar diretamente com a União Soviética no período conhecido como Guerra Fria.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou simplesmente Banco Mundial, como é mais conhecido no Brasil.

José Márcio Mendes Pereira, no entanto, propõe uma inversão analítica desses termos nos artigos “O Banco Mundial e a construção político-intelectual do ‘combate à pobreza’” (2010) e “A construção do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro do desenvolvimento capitalista internacional (1940-81)” (2021). Diferente do que comumente se noticia sobre o FMI e o Banco Mundial, esses órgãos internacionais não são apenas bancos.

Pereira reconstrói especialmente a trajetória do Banco Mundial trazendo cartas e documentos, mas principalmente discursos de Robert McNamara, presidente do órgão entre 1968-1981. Nesses trabalhos o autor demonstra que essa é uma instituição legitimada pelo chamado “sistema internacional”, especialmente a ONU (Organização das Nações Unidas), para entrar em qualquer país que esteja inserido no capitalismo global, central ou periféricamente como o Brasil, e estudar profundamente qualquer aspecto de sua vida nacional. McNamara foi essencial para a expansão do poder e das frentes de atuação do BIRD no campo do planejamento e implementação de políticas públicas pelo globo em parceria com governos, principalmente chancelado por organismos humanitários internacionais com sua bandeira do “combate à fome” (PEREIRA, 2010). Ou seja, o BIRD está autorizado pelo “sistema internacional” a investigar as condições estruturais e contextuais de um país em qualquer nível e temática, e ainda assumir lugares privilegiados em mesas de formulação de programas e políticas públicas, entre os/as tomadores/as de decisões nacionais. Em muitos contextos, é mesmo convidado a fazê-lo, como na ditadura militar (PEREIRA, 2021).

Todas essas medidas, que são cruciais para o controle do centro capitalista sobre a periferia, contudo, são tratadas por essas instituições internacionais como “análises de risco” ou, eufemizando mais ainda essa dominação, para propor “boas práticas de gestão”. O BIRD é a representação desse paradigma geopolítico, e atuou como formulador de políticas de desenvolvimento para países em desenvolvimento, imprimindo sua autoridade político-intelectual e econômica global. No Brasil dos anos 1990, planejou e executou planos de reforma agrária conduzida/assistida pelo

mercado, em colaboração com o governo FHC, conforme as análises de Leonilde Medeiros (2003), Sérgio Sauer (2010) e João Márcio Pereira (2010; 2021).

O contexto nacional da segunda metade da década de 1990 era de crise econômica e o governo de Fernando Henrique Cardoso estava às voltas com uma série de grandes problemas, como desindustrialização, aumento do desemprego, corrosão da renda dos/das trabalhadores/as pela inflação e pela desindexação dos salários a esse parâmetro. Além destes problemas, desencadeados por decisões macroeconômicas equivocadas, que geraram aumento da taxa de juros e inflação (CARDOSO, 1999), FHC vinha construindo condições para aprovar a reeleição por uma emenda à Constituição, que veio a lhe custar praticamente todo o capital político disponível em 1997. Ao mesmo tempo, negociava saídas para a crise da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao longo da década de 1990, os movimentos sociais de reivindicação pela reforma agrária eram alvos de críticas e criminalizados na maior parte dos discursos institucionais e reportagens/notícias da imprensa. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) era um alvo preferencial (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999), dada sua capilaridade pelo país e sua dimensão em relação às demais organizações deste segmento, mas todos os movimentos sociais de reivindicação de reforma agrária foram alvos de ataques (MEDEIROS, 2003; SAUER, 2010).

Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso tentava se desvencilhar das pressões internacionais em torno da questão fundiária no Brasil, já que elas ficaram mais fortes com a divulgação de imagens e filmagens dos massacres de Corumbiara-RO, de 1995, e de Carajás-PA, de alguns meses depois do primeiro, em 1996, ambos protagonizados pela polícia. Os constrangimentos internacionais resultaram do fato de que, de modo inédito, o mundo literalmente viu o Estado brasileiro assassinando pessoas em conflitos fundiários, uma vez que a ação da polícia é o recurso à força legitimado pelo Estado<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O que não significa que já não tivessem ocorrido desaparecimentos, exílios, assassinatos de lideranças e mesmo camponeses sem militância pelas mãos e braços armados do Estado; houve muitos, e isso na ditadura militar, inclusive, era muito forte. Emboscadas e assassinatos por jagunços de fazendas também aconteciam muito, gerando inclusive um importante refluxo dos movimentos sociais de luta pela terra durante a ditadura (MEDEIROS & STÉDILE, 2021). A particularidade desses

Desse modo, FHC tinha preferência por promover, no caso de quase compulsoriedade e vexame internacional em que se encontrava, uma reforma agrária sem ocupações de terra, sem assentamentos por meio de desapropriação e indenização com Títulos de Dívida Agrária ao antigo proprietário infrator. Até porque essa categoria social, a dos grandes proprietários de terras, reforçada pelo Banco Mundial em suas críticas, vinha pressionando o governo contra a política constitucional de reforma agrária, defendendo que o pagamento por TDA era sempre desatualizado em relação ao valor de mercado das terras e a violência no campo era culpa que quem “invadia” terras particulares.

Tudo isso, importante assinalar, se somando ao fato de que esse presidente tinha um perfil de política econômica ortodoxo, o chamado neoliberalismo nesse contexto. (MEDEIROS, 2003; SAUER, 2003). O BIRD fazia críticas à política de assentamentos rurais de reforma agrária por meio de desapropriação por considerá-las “coercitivas, dirigidas, centralizadas e portadoras de um aspecto confiscatório [...] (segundo o órgão) esse modelo também trazia distorções ao mercado de terras, uma vez que dificultava seu pleno funcionamento” (MEDEIROS, 2003, p. 59).

Interessante notar como essa perspectiva do Banco Mundial contrasta com as perspectivas de Ignácio Rangel, cuja obra foi tratada anteriormente, acerca das perdas e ganhos que uma sociedade tem quando a terra é imobilizada como capital, tornando-se ativo financeiro e, conseqüentemente, sendo objeto de especulação. Diferentemente do autor brasileiro, a despeito do “cartão de visitas discursivo” do combate à pobreza rural, a instituição internacional não dedica atenção à compreensão dos motivos pelos quais trabalhadores/as rurais estão sem terra e sem trabalho no campo, superpovoando as metrópoles. Subsumindo mediações

---

dois eventos que chamaram tanta atenção internacional foi o fato de terem sido registradas e de terem sido massacres em condições de crueldade e desigualdade de forças evidente (MEDEIROS, 2003): no caso de Corumbiara, a chacina foi durante a noite, quando era proibido qualquer ação policial em contextos de conflito fundiário. Já em Eldorado dos Carajás, o massacre foi à luz do dia, com as vítimas desarmadas, e foi filmado por um cinegrafista amador; nesse caso ainda houve interferência da Polícia na cena do crime, plantando, como se diz no jargão muito particular da segurança pública brasileira, uma arma da corporação nas mãos de um dos assassinados para justificar o início do massacre com o argumento recorrente – e incompatível com os deveres/atribuições/princípios legais de uma instituição de segurança pública - de que quem começou foram as vítimas (GUILHOTINA, 2021).

históricas, contextuais e teóricas importantes para se compreender e atacar assertivamente as raízes do subdesenvolvimento brasileiro, ataca-se o seu produto mais ordinário e multidimensional, a pobreza – necessário ponderar, com baixíssima eficiência, como se pode observar na realidade das ruralidades brasileiras, quase 30 anos depois de sua intervenção.

As discussões sobre a reforma agrária no debate público e nas casas legislativas, desse modo, eram interdidas por essa alegação de violência dos movimentos de luta pela terra. Ainda sob o efeito do período da Constituinte de 1988, os anos 90 foram influenciados por um ambiente discursivamente progressista. Na prática, porém, os governos de plantão e os políticos eleitos defendiam, em sua maioria, os interesses dos grandes proprietários, embotando a conversa pública sobre a desconcentração de terras necessária e tornada obrigatória a partir da Constituição Cidadã com um suposto veto à negociação com violência “de uma das partes” (SCOLESE, 2004).

Ocorre, no entanto, um dado ignorado por aqueles jornais e políticos ciosos do diálogo e da não-violência, que no Brasil, a reforma agrária não se deu por iniciativa da União nem por um projeto de desenvolvimento e redistribuição, que já contaria, caso houvesse política de Estado neste sentido, com os recursos técnicos, burocráticos e tecnológicos para averiguar a produtividade de imóveis rurais. Ela se dá por provocação da sociedade civil ao poder público, o que concretamente significa que o conflito em torno da terra precisa estar deflagrado. A partir do questionamento da sociedade, que principalmente a partir dos anos 1980 é atendido em resposta ao confronto aberto traduzido em acampamentos, o Estado é mobilizado a fazer os cálculos necessários à definição de elegibilidade de determinado imóvel rural à desapropriação para reforma agrária (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

De acordo com Sérgio Sauer (2010) e Fernandes (2004; 2013), a reforma agrária vem sendo conduzida desde os anos 1990 no Brasil para atenuar os conflitos e a violência no campo, ao invés de ser planejada como projeto de desenvolvimento. Trato mais detidamente dessa tese, que nesse trabalho é muito relevante, no terceiro capítulo. A ocupação da Fazenda Tangará se deu nestes termos, e os anos que se seguiram até a conquista e o assentamento, no fim de 2003, foram atravessados por um noticiário tendencioso e pouco informativo.

Voltando à parceria do governo Fernando Henrique com o Banco Mundial, foi criado em 1996 o Programa Cédula da Terra (PCT), inicialmente experimentado no estado do Ceará, depois outros da região Nordeste e Minas Gerais. Segundo Leonilde Medeiros descreve de maneira sucinta, “Essa política foi feita nos moldes do que o próprio BIRD chamava de reformas agrárias conduzidas pelo mercado, apresentando-o como uma política de combate à pobreza” (MEDEIROS, 2003, p. 58). O programa contou com um aporte do Banco Mundial de 90 milhões de dólares. O acordo de colaboração no planejamento e condução dessa política contou com o maior volume de recursos da história da instituição para fins de reforma agrária (MEDEIROS, 2003; SAUER, 2010).

A ideia do Cédula da Terra, que depois virou Banco da Terra por meio da Lei Complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, era que pessoas dispostas a pagar pela terra – era um empréstimo - deveriam se juntar em uma associação, procurarem um banco ou órgão de terras da unidade federativa para registrá-la; depois, as buscas por terras seriam feitas pela própria associação, e quando encontrassem um imóvel adequado para os interesses do grupo inscrito na associação, deveriam fazer a proposta ao proprietário e a negociação do preço (valor de mercado) também. A partir dessa identificação de quem seriam os compradores e o(s) vendedor(es), a associação retornaria aos órgãos governamentais para avaliar a proposta e a terra. Estando tudo em ordem, seria entregue à associação uma carta de crédito, e a associação teria um prazo de até 10 anos para amortização da dívida, com carência máxima de 3 anos.

Sérgio Sauer, no artigo “ ‘Reforma agrária de mercado’ no Brasil: um sonho que se tornou dívida”, de 2010, trata da situação das famílias que se endividaram nessa situação, demonstrando que, mesmo com o sucesso questionável - cumprimento de aproximadamente 40% da meta de assentamentos nessa modalidade entre os anos de 2003-2004, e inadimplência, no ano de 2006, de 28% das famílias, com dificuldades para pagarem os créditos fundiários, e precisando renegociar dívidas com juros menores, portanto onerando o Estado em relação à sua fiança pelo empréstimo com o Banco Mundial - o governo Lula permaneceu sustentando essa política em parceria com o órgão (SAUER, 2010, p. 112-116).

Essas políticas, Cédula da Terra e Banco da Terra, que na verdade são continuação uma da outra, em parceria com o Banco Mundial, estabelecem um ambiente sociopolítico e cultural danoso nos assentamentos que se constituem sob sua égide. Como se verá nos próximos capítulos, já é ruim que os lotes da reforma agrária sejam colocados no mercado de terras novamente antes mesmo que os títulos de domínio tenham sido expedidos, como ocorreu em grande medida no caso do PA Nova Tangará. As condições de vida dignas, sonhadas ao longo do pleito por um lugar no assentamento, já não são fáceis de se conquistar quando o termo de concessão de uso é assinado sem uma dívida em valor de mercado pela terra e sem prazo coercitivo – com o lote em garantia - para amortização.

Considerando agora a situação de assentados/as no Programa Banco da Terra: além de todas as dificuldades estruturais, produtivas, formativas que envolvem a adaptação e o financiamento para produzir no lote, essas pessoas ainda precisam conviver com a bomba-relógio de uma dívida. A auto exploração, a concorrência, a desconfiança com relação aos outros membros do assentamento, todas essas dificuldades e conflitos se colocam com muito mais força.

Dardot & Laval, na obra “O Comum”, abordam esse ambiente trágico do neoliberalismo do ponto de vista cultural. Segundo esses autores, criou-se, com a exportação de ideologias e programas políticos, reforçados pelo Banco Mundial entre outras instituições, por todo o globo, sob a pele de “combate à pobreza”, um sistema de normas que se infiltra nas atividades de trabalho, nos comportamentos e nas próprias mentes. Essa nova cosmologia neoliberal estabelece uma “concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito [...] essa norma é efeito de uma política deliberada [...] estamos na época do cosmocapitalismo” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 12).

Nesse trecho introdutório essa obra, que virá a ser abordada com maior atenção à sua tese principal no terceiro e no quarto capítulos, demonstra como as políticas dos países periféricos que recebem contribuições intelectuais e/ou aporte financeiro de organismos internacionais como o Banco Mundial não cumprem exatamente o objetivo inicial que se alegava. Por outro lado, inoculam, em sociedades precarizadas, vulnerabilizadas por diversas inseguranças socialmente e historicamente construídas

nesses países em desenvolvimento, anseios, sonhos, desejos e comportamentos individualistas ao extremo e autopunitivos. Ideias e ações que envenenam as possibilidades da construção coletiva, da criação de comunidades fortes e do desenvolvimento dessas sociedades com vistas a superar as raízes do atraso e os desafios colocados pelas mudanças do clima e da cultura digital.

Tendo esse contexto de dominação política, econômica e cultural da periferia pelo centro do capitalismo em tela, é possível agora traçar as características internas daquela chamada terceira geração da produção teórica brasileira em torno do desenvolvimento e das relações campo e cidade.

A ebulição política e social dos anos 1990, concomitante e amalgamada às crises de inflação dos anos 1980, e da dívida, na década de 1990, ensejou estudos e publicações de grande envergadura teórica e propositiva que buscavam explicações e possíveis destinações para a questão, que restava sem solução, mesmo depois do Estatuto da Terra (1964) e do I PNRA (1985), da relação entre campo e cidade, ou questão agrária. Buscava-se, nesse sentido, uma síntese teórica e política que servisse para um enorme contingente de sujeitos, situados então no meio rural, em condições de vida precárias, e que até então eram denominados de diversas formas, como pequenos produtores, colonos, camponeses, parceiros, meeiros, boias-frias, posseiros, sítiantes etc.

Neste contexto, duas obras foram fundamentais: “O desenvolvimento agrícola, uma visão histórica”, de José Eli da Veiga (1991) e “Paradigmas do Capitalismo Agrário”, de Ricardo Abramovay (1991). Suas obras demonstravam que, considerando as mudanças operadas no processo da modernização agrícola, era necessário rever o papel dos produtores e estabelecimentos agrícolas de pequeno e médio porte. Veiga de uma perspectiva histórica, conectando momentos e atos normativos em que diversos países – sobretudo os altamente desenvolvidos – reforçavam a relevância da agricultura em suas economias. Abramovay de um lugar de observação mais voltado às ideias e condições econômicas que ditavam rumos para as políticas agrícolas dos países centrais do capitalismo. Ambos demonstram a relevância da agricultura de base familiar para o desenvolvimento das economias nacionais e para as políticas, fossem estas de incentivo à produção, fossem de comércio internacional.



Abramovay se compromete em demonstrar que a agricultura familiar é diferente da agricultura camponesa que foi identificada décadas antes, por aquela que coloquei aqui como primeira geração; diferente ainda, sendo mais específico, da produção em que prevalecem subsistência e autoconsumo. Sua tese é de que a agricultura familiar nos países em que o Estado oferece aporte técnico, financeiro, institucional e comercial - no sentido das relações exteriores -, é altamente produtiva e inovadora.

No caso dos Estados Unidos, demonstra que boa parte dos trabalhos cujas teses defendem a decadência da agricultura familiar cometem o erro de associar, como pressuposto analítico, “familiar” a “pequeno” (ABRAMOVAY, 2007, p. 165). Nesse sentido, utiliza dados públicos-estatais do país para demonstrar que estabelecimentos familiares estão entre os mais produtivos do país. Utiliza a diferenciação entre estabelecimento familiar de um lado, e estabelecimentos que separam propriedade, direção e trabalho, de outro, uma definição de Reinhardt e Barlett (1989 *apud* ABRAMOVAY, 2007). Segundo estes autores, a persistência da agricultura familiar nos Estados Unidos como atividade altamente produtiva dever-se-ia a características biológicas com que a agropecuária necessariamente lida, de sazonalidade e espaciais desta atividade e suas implicações na forma da acumulação de capital, no tipo de supervisão necessária, nos tempos de trabalho ao longo de um dia, de uma estação, nos objetivos financeiros de quem trabalha, entre outras. A título de exemplo, buscando ilustrar essa formulação, pode-se lembrar a frase de uma “agricultora familiar” do assentamento Nova Tangará - em situação diferente dos seus “homólogos” americanos, pois não conta com crédito, subsídio ou perdões fiscais – que, na conversa que teve comigo, comentou que era difícil viajar ou fazer qualquer atividade militante (é vinculada ao PSOL e ao MTL), já que ela e sua família “eram escravos da terra, do lote”.

As contribuições teóricas e analíticas destes pesquisadores, assim como seu aporte político-institucional na Associação Brasileira de Reforma Agrária, nas comissões técnicas de elaboração de políticas para o rural, ou mesmo na estrutura de governos, no caso de Veiga, elevaram a importância no debate público e a viabilidade econômica, no Brasil, de uma categoria social e analítica nova: a agricultura familiar. Colaboraram para a criação do maior programa de financiamento para pequenos/as produtores/as, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar), e de um conjunto de programas sociais e políticas públicas voltadas às especificidades deste segmento da população (FAVARETO, 2007).

Havia um ambiente público de reforço da luta - entre outros fatores explorados anteriormente - pela elaboração de agentes institucionalmente bem-posicionados como professores da FEA-USP, portanto intelectuais públicos com todo um lastro acumulado. Somado com os avanços constitucionais relacionados ao direito à reforma agrária, as ocupações de terras por movimentos sociais, que vinham crescendo desde a década de 1980, se multiplicaram (MST, 2022). Ao longo do primeiro mandato de FHC e principalmente do primeiro governo Lula, houve aumento significativo dos assentamentos de reforma agrária, como se pode observar na Figura 1.



Figura 2: Número de famílias assentadas nos últimos 5 governos

Apresenta-se então uma produção intelectual sobre o mundo rural, sobre suas características atuais depois de tantas mudanças, que busca reorganizar o ambiente científico e o espaço político considerando o estado de coisas. Um pouco mais tarde, pesquisadores/as influenciados/as principalmente por este novo arcabouço, ao longo dos anos 2000, discutiram os impactos dos assentamentos e os desafios que se colocam para pesquisadores e formuladores de políticas públicas que têm o meio rural brasileiro como tema central de estudo. José Eli da Veiga (2007), Ricardo Abramovay (2007) e José Graziano da Silva (2001), com outra abordagem, são

importantes ícones deste momento da produção das ciências humanas, com obras de referência a respeito do rural do fim do século XX e início do século XXI.

Com destaque entre esses autores que chamei de terceira geração, Ricardo Abramovay (2007) utiliza as experiências alemã, britânica e francesa para tratar da agricultura de base familiar, defendendo o uso do termo agricultura familiar no contexto brasileiro. Dedicando boa parte de sua obra a demonstrar a insuficiência do arcabouço teórico marxista para a investigação do mundo rural, o autor privilegia a leitura de autores que busquem e descrevam um conteúdo interno desta categoria, o camponês. Segundo seu argumento, a teoria marxista tem preocupações sobre aspectos estruturais e relacionais, das relações de produção e de exploração, e do posicionamento das classes nessas relações, mas sobre os camponeses, Marx não os definiria exatamente como classe. Seriam sim um grupo social a ser eventualmente absorvido por uma das classes no jogo das relações de produção e exploração.

Abramovay defende, em sua obra, que conceituar bem o camponês é fundamental e o faz. O camponês é um agente social que se organiza em laços comunitários locais, vínculos sociais personalizados e caráter extra econômico de relações de dependência social. Segundo seu argumento, o camponês é aniquilado pelo sistema econômico resultante do desenvolvimento agrícola que se constituiu desde a década de 1970.

A agricultura familiar seria o ator social a se posicionar neste novo quadro produtivo, social e econômico brasileiro, e ela não é uma continuidade evolucionista do campesinato. Esta categoria social, que Abramovay identifica como sendo a base – a fundação – da produção agrícola capitalista em todos os países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, tem características internas diferentes do campesinato: tem atividades produtivas diversificadas em cada país, o que não significa produção em pequena escala, e sim pulverização econômica, pois a escala e o grau de tecnificação da produção familiar podem ser altos; e conta com forte intervenção estatal, por meio de subsídios, incentivos, assistência técnica e busca de mercados.

Abramovay será, nesse sentido, junto com José Eli da Veiga, o organizador de um novo referencial teórico e histórico para o estudo da questão agrária brasileira,

instituindo um paradigma de apresentação e estudo do modo como o rural brasileiro se organiza e quem são seus principais atores. A categoria fundamental deste novo momento da produção acadêmica, científica e de políticas públicas no Brasil é a agricultura familiar.

Em evento de homenagem a José Eli da Veiga, na FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), divulgado no Canal do Youtube da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Abramovay cita o processo de desenvolvimento deste conceito. Ambos participavam da Associação Brasileira de Reforma Agrária, e discutiam que, a fim de viabilizar a reforma agrária do ponto de vista das políticas públicas, seria importante superar a ideia de pequeno produtor, que esta não seria uma boa categoria para dar suporte ao debate. Era necessário pensar em uma outra, que pudesse ser apresentada com um histórico de integração com a economia e com consistência institucional (ECOECO, 2023). É o que Abramovay produz em sua tese de doutorado, defendida em 1991 e transformada no livro *Paradigmas da Questão Agrária* (2007), na qual se discutem os casos de sucesso da agricultura de base familiar em diversos países desenvolvidos.

Este seria, portanto, o conceito mais forte da produção intelectual sobre o rural brasileiro e das políticas públicas desenvolvidas a partir da década de 1990 para este setor. A agricultura familiar, um conjunto amplo e diverso de agentes sociais, definido na lei 11.326 de 2006, caracteriza-se ali por ter proprietário de imóvel rural de tamanho menor ou igual a quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija o estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O conceito cumpriu e ainda hoje cumpre um papel político significativo, a exemplo das aquisições públicas de alimentos por meio do PNAE, programa no qual 30% dos produtos adquiridos precisam ter origem na agricultura familiar. Contudo, é importante verificar a possibilidade de haver reducionismo na produção de uma categoria que sintetiza tantas outras que foram elaboradas na produção intelectual do Brasil. Um outro ponto de atenção, que seria imprudente deixar de lado quando o assunto é a agricultura, é a diferença abissal entre as origens históricas da configuração do rural

no Brasil e nos países da Europa ocidental, e mesmo nos Estados Unidos, assim como a questão do financiamento à agricultura de base familiar.

Em sentido oposto ao que Abramovay aborda em sua obra sobre os países do centro do capitalismo ocidental, no Brasil ocorre o incentivo estatal à estrutura fundiária à forma de produzir dos grandes proprietários. Aqui são abundantes os planos bilionários de financiamento da produção agropecuária – Plano Safra de 251,2 bi no ano agrícola 2021-2022, dos quais apenas 19% foram para agricultura familiar<sup>5</sup> -, desonerações e renúncias fiscais também bilionárias – 6,8bi em 2022 -, passando por legislação que facilita a capitalização do setor agropecuário brasileiro por investimentos estrangeiros que superam os do Plano Safra, com garantia de pagamento pelo Estado brasileiro para obter financiamento com juros mais baixos, a chamada Lei do Agro, Lei nº 13.986/20 de 2020 (PERES, 2021). Estas e outras formas de incentivo do Estado ao grande negócio agropecuário evidenciam a relevância deste setor na economia e na política nacional, uma situação bastante diferente da que Abramovay observa na Europa ocidental.

O conjunto das políticas públicas destinadas à agricultura familiar é um bom lugar de observação das diferenças entre lá e cá. O PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, é uma das políticas públicas mais eficientes de fortalecimento da agricultura familiar e promoção de sua inclusão produtiva. Define que uma cota de 30% das compras institucionais de produtos da agricultura para alimentação dos estudantes da básica brasileira virão da agricultura familiar.

O PNAE, no entanto, entre 2017 e 2022, não teve seus valores atualizados e desde 2010 não era reajustado segundo a inflação. Houve divulgação em diversos meios de comunicação sobre efeitos deste congelamento orçamentário (TOMAZELA, 2022; BRASIL DE FATO, 2022). Não há notícias de tenha ocorrido algo parecido em relação aos negócios do agronegócio com o Estado Brasileiro.

---

<sup>5</sup> MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Safra 2021-2022. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-safra-2021-2022.pdf/view>

No texto de abertura da seção temática "Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros" (FAVARETO & MARTINS, 2022), do periódico Estudos – Sociedade e Agricultura, os organizadores elaboram um conjunto de desafios para os estudos rurais brasileiros, sobre os quais a obra de Bourdieu pode oferecer contribuições. Um destes pontos de desafios para os estudos rurais é o do conteúdo do rural brasileiro; ou seja, as fronteiras, os limites, entre rural e urbano já estão delineados, já temos uma dimensão deste rural brasileiro, porém, o que está dentro destas fronteiras ainda precisa ser mais explorado, como se dissessem "já temos o pote do rural, agora falta inserir nele o conteúdo".

Outro aspecto dos estudos rurais que os autores deste texto apontaram como merecedor de nossa atenção é a proximidade, e muitas vezes a subsunção, ou o enquadramento, dos estudos rurais à agenda pública, à conjuntura e aos rumos das políticas públicas voltadas a este campo da sociedade.

À luz da própria teoria de Bourdieu, e de autores que tiveram sua obra apontada como base epistemológica para estudos rurais no Brasil, especialmente Afrânio Garcia Jr (1999, 2003), é possível refletirmos sobre a dificuldade que se impôs aos estudos rurais no Brasil. A partir do momento em que a agenda pública foi voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, a solução da fome e para a reforma agrária – iniciando no último mandato de FHC, mas principalmente a partir do primeiro governo de Lula -, as pesquisas sobre o rural também se voltaram para estas mesmas questões, majoritariamente. A crítica de Garcia e Grynszpan (1999), no entanto, é que este movimento acadêmico-científico se deu sem a consideração e acumulação da história e dos achados das pesquisas de décadas anteriores nos ambientes rurais brasileiros.

Uma das chaves para explicar este corte nos temas e nas trajetórias de pesquisa, acredito, seja a inserção de noções e ações inéditas no ambiente público brasileiro, que de certo modo induziram a percepção da necessidade de criação de todo um cânone novo, de um debate teórico em outros termos, diferentes daqueles utilizados na literatura dos estudos rurais até os anos 1980. A fim de ilustrar este argumento, é importante lembrar de eventos como: a Constituição de 1988, que recolocava a Reforma Agrária como direito, continuando o trabalho interrompido após a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964; a criação do PRONAF (Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996; a criação dos programas financiados pelo Banco Mundial, de Cédulas da Terra e Banco da Terra, ao longo dos anos 1990; os assentamentos por demanda de ocupação, desde os anos 1980, sendo intensificados ao fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no segundo governo FHC, e o Programa de Aquisição de Alimentos, criado no primeiro ano do primeiro governo Lula. Enfim, tantas novidades, em direções distintas das que vinham sendo experimentadas e estudadas até os anos 1980, que talvez tenham criado um fenômeno transitório, mas intenso, de percepção de que a dinâmica dos espaços rurais brasileiros tivesse sido reiniciada.

Um dos elementos teóricos e analíticos centrais para a tradução deste momento dos estudos rurais brasileiros, segundo Garcia e Grynszpan (1999), é justamente a noção de agricultura familiar. Um termo extensamente utilizado por economistas e cientistas sociais, por agentes públicos e progressivamente por movimentos de luta do campo e organizações da sociedade civil em geral. Porém, é também uma categoria teórica e analiticamente frágil, sem historicidade e sem posicionamento regional, que em grande medida embota muitas outras categorias de populações do campo. Segmentos sociais e populacionais como moradores, parceiros, sitiantes, posseiros, lavradores, pequenos proprietários, arrendatários, que vinham sendo estudadas profundamente em numerosos estudos ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 (GARCIA & GRYSZPAN, 1999).

O ambiente social e cultural rural brasileiro é diverso, como Garcia & Grynszpan (1999) e Woortmann (1990) já constataram e demonstraram, cada um com seus objetivos específicos em relação a estas revisões da literatura da área, ao conferir estudos rurais monográficos sobre populações rurais de regiões específicas do país. São muitas as formações biológicas e geológicas existentes no território brasileiro, os processos econômicos pelos quais cada região e cada microrregião passou, as atividades produtivas mais presentes em cada lugar ao longo do tempo, as crises destas atividades produtivas e de sua escala, a história de escravização e/ou imigração para o trabalho nas lavouras, os lugares de origem dos escravizados e dos imigrantes livres e os lugares de destino no país para estes fluxos de tráfico e de imigração.

Tudo isso é achatado heurísticamente e subsumido em benefício da noção de agricultura familiar, que por sua vez se destina mais à criação de políticas públicas do que à compreensão dos fenômenos, mas é progressivamente assumida como categoria analítica. Esta é uma das situações marcantes em que a conjuntura e a agenda pública direcionam a pauta de estudos rurais brasileiros, como Favareto e Martins chamaram a atenção (2022), mas isso não ocorre sem vigilância, denúncia e resistência no espaço social destas pesquisas, como se pode observar no trabalho de dois expoentes do campo dos estudos rurais do Brasil (Garcia & Grynszpan, 1999).

Ocorre que, do mesmo modo que os estudos rurais brasileiros podem ter sido prejudicados pela assunção da noção de agricultura familiar sobre todas as outras categorias analíticas em seu desenvolvimento teórico e analítico, a agenda pública pode também ter perdido oportunidades de aproveitar a literatura dos estudos rurais produzidos ao longo de várias décadas no Brasil para beneficiar, aperfeiçoar ou quem sabe direcionar de outras maneiras os conteúdos de seus programas (CANDIDO, 2017).

Tratando novamente da obra “O Sul: caminho do roçado”, de Afrânio Garcia, pode-se compreender por que será melhor que, ao longo deste trabalho, assumamos a historicidade do rural brasileiro em sua complexidade e suas contradições. O autor percebe, no interior daquele grupo social que de longe se poderia homogeneizar e definir como os pobres do mundo rural, uma oposição forte entre sujeitos e libertos. Esta divisão, elaborada no seio daquela sociedade, e muito explorada na análise de Garcia, tem grande relevância para este trabalho.

Assim como ocorre com a obra “O Cativo da terra”, de José de Souza Martins, com o trabalho “Com parente não se negueia”, de Klaass Woortmann, e com as obras de Pierre Bourdieu, “O Baile dos Celibatários” e “O Desencantamento do mundo”, a leitura deste trabalho contribuiu para que pudesse perceber o quanto a busca da autonomia por meio da propriedade privada é forte para camponeses no Brasil, especialmente. Essa obra de Garcia tem um destaque, assim como a de Martins, por abordarem o valor da liberdade/autonomia expresso na propriedade privada como “reserva moral”, como materialização do espaço individual e familiar sobre o qual forasteiros não avançam, como o lugar da dignidade humana. Em conjunto com estas outras, a obra de Garcia foi fundamental para que pudesse perceber a pertinência da



reflexão sobre a relação entre propriedade e autonomia entre os sujeitos com quem pesquisei neste estudo.

O caso desta pesquisa, por sua vez, é o de assentados/as da reforma agrária que se buscou realizar no Brasil por meio da desapropriação de terras entre os anos 1990 e 2000, marcadamente ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, os interlocutores de minha pesquisa se relacionam com os camponeses que foram centrais nas pesquisas daqueles autores em boa parte dos aspectos de sua identidade e de seus valores; defendo que compartilham em grande medida a *campesinidade* (WOORTMANN, 1990) daqueles, mas são sujeitos históricos distintos.

Cabe aqui uma breve contextualização, pois é central esclarecer que estas políticas dos anos 1990 e 2000 não foram dádivas idealizadas e concretizadas pelo governo de FHC que tiveram continuidade com Lula. Foram, sim, o resultado das pressões de um movimento social de massas, com experiência de décadas e organização capilarizadas por boa parte do território brasileiro. Além deste, que é o aspecto mais relevante do contexto, esses movimentos lograram também obter o apoio popular à sua causa, a despeito da resistência dos grandes veículos de comunicação nacionais e regionais em reconhecer sua legitimidade.

Os movimentos de luta pela terra vinham acumulando forças desde os tempos de Colônia do Brasil, mas para efeito de síntese, cabe aqui destacar que tiveram um pico de mobilizações no início da década de 1960, e a marca histórica deste momento foi o anúncio de João Goulart sobre as reformas de base, em 1961, entre as quais figurava a reforma agrária. Este anúncio foi um dos principais fatores utilizados como justificativa para o golpe militar de 1964, e sabe-se que a questão da terra era a mais sensível entre os temas abordados no anúncio do Presidente Goulart (TOLEDO, 1982).

Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura, convidou José Gomes da Silva, estudioso da questão agrária e das reformas agrárias realizadas pelo continente americano, para trabalhar no Estatuto da Terra, promulgado no mesmo ano de 1964. Com a morte de Castelo Branco, os dispositivos dessa lei da reforma agrária foram praticamente todos abandonados. Aproveitando que nesse dispositivo legal

constavam a regularização fundiária e a modernização agrícola como necessidades a serem tratadas nos Planos Nacionais de Reforma Agrária, a ditadura aproveitou as partes que interessaram (MEDEIROS & STÉDILE, 2021).

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), como constava na lei de 1964, se transformou em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e assumiu essa nova tarefa embutida no nome como prioritária. As lutas continuaram ao longo da ditadura cívico-militar, mas de maneira clandestina e com menos intensidade do que nas décadas de 1940 e 1950, pois a violência cometida, tanto por agentes institucionais de governos quanto por jagunços das fazendas, era muito grande entre os anos 1964 e 1980 (idem).

Na Constituinte de 1988, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária conquistaram algum espaço e conseguiram inserir um capítulo intitulado “Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, garantindo no nível constitucional o direito à reforma agrária e o dever do Estado para com esta iniciativa, aproveitando o dispositivo da função social da terra que vinha do Estatuto da Terra. No entanto, as forças dos grandes proprietários de terras no Brasil – representadas especialmente pelo então constituinte Ronaldo Caiado - continuavam a fazer valer seus privilégios coloniais. Com a inserção do impedimento de reforma agrária em propriedades produtivas por esse grupo e por meio do sistema de justiça, das polícias estaduais e dos mesmos jagunços que atuavam antes da promulgação do direito à reforma agrária no país, deu-se o caráter ambíguo da legislação e da consequente operacionalização da reforma agrária no Brasil (FIDELIS JR, 2014; MEDEIROS & STEDILE, 2021).

Os movimentos sociais pela reforma agrária já tinham começado nos anos 1940, com as Ligas Camponesas, com o MASTER (Movimento de Agricultores e Trabalhadores Sem-Terra) e a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ligada ao PCB). No início da década de 1980, em 1984, grupos da região Centro-Sul que vinham ocupando terras e lutando pela reforma agrária reuniram-se em Cascavel-PR, e fundaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Esta organização territorializou-se em todo o país, com mais força na região de sua origem, principalmente o Sul, e também o Sudeste.

Ao longo dos anos 1990, o MST percebeu a necessidade de garantir o apoio e a legitimação popular de sua luta, e demonstrar a capacidade produtiva de suas ocupações e assentamentos recentes foi a estratégia escolhida. Voltando a pauta de suas agendas, mobilizações e materiais de divulgação para essa característica de produzir alimentos para as regiões onde se fixava, o MST conquistou mais apoio popular, notadamente de intelectuais e camadas periféricas dos grandes centros urbanos.

Por outro lado, alguns atores sociais militantes e intelectuais identificaram nesta estratégia do MST uma capitulação na luta pela terra. Assim como este, as diferenças e desigualdades entre as regiões brasileiras também foram fatores que contribuíram para a criação de movimentos de luta pela reforma agrária mais enraizados nas lutas populares e nas demandas dos trabalhadores rurais e camponeses sem-terra regionalizadas.

Um outro importante aspecto que figura aqui como uma das bases de reflexão teórica é que os assentados/as da reforma agrária que estiveram em interlocução comigo estão em contextos em muito distintos de todas as condições camponesas anteriores, a despeito de que, no meu ponto de vista, também não devam ser considerados simplificada e genericamente como agricultores/as familiares. Se desta perspectiva teórico-analítica da agricultura familiar a condição de assentados/as permanece sem definições mais específicas que possam ajudar na compreensão de suas condições objetivas e subjetivas de vida, de seu *habitus*, perspectivas historicizadas e territoriais/regionais sobre o campesinato na Europa, na Argélia e mesmo no Brasil, também não serão reproduzíveis em sua totalidade para a realidade desta pesquisa.

Nesse sentido, nesta seção das bases teórico-analíticas tenho buscado levantar e apresentar o ambiente em que o Assentamento Nova Tangará está situado territorial e historicamente, e ainda quais marcadores institucionais, econômicos, políticos e culturais este ambiente produz. Inseridos/as neste contexto, estão sujeitos que desconstróem pressupostos e limitações, objetivas ou subjetivas, criam e recriam estratégias de produção e reprodução econômica e social, como se verá nos próximos capítulos. Este processo se dá em um espectro de possibilidades que, dependendo do grau de consciência destas pessoas acerca daquele contexto e de suas implicações, e da capacidade de intervenção socialmente acumulada, das

disposições a agir construídas no curso da história, será mais ou menos amplo (BOURDIEU, 2021a; BOURDIEU, 2021b; GARCIA, 1989).

José Graziano da Silva, outro expoente dessa geração mais recente de pesquisadores, em publicações do início dos anos 2000 (GRAZIANO, 1998; 2001), acompanha Rangel em sua proposta de reforma agrária e justifica esta adesão a partir da identificação de quase todos os problemas levantados por aquele autor ainda não foram solucionados. Defende ainda que alguns, como a exploração da IV Renda da terra e a falta de emprego (produtividade do trabalho) nas regiões mais atrasadas, pioraram significativamente.

Graziano defendia um ponto pouco usual no contexto dos estudos rurais, principalmente no que diz respeito à sociologia rural, pois advogava por uma reforma agrária não essencialmente agrícola, que tivesse mais conexões com a vida urbana e com ocupações rurais não-agrícolas, as chamadas ORNAs. Digo que defendia porque, a partir do momento em que as escolhas foram se consolidando, desde FHC a Lula, a discussão da reforma agrária definiu esta que temos como dada, e Graziano assumiu o Ministério do Combate à Fome nos primeiros anos do Governo Lula, não encontrei registros de que tenha feito novos estudos nessa agenda.

Mas o argumento que traz é fundamental porque fornece luz para alguns problemas importantes deste trabalho. O primeiro ponto é que ele atualizou o argumento de Ignacio Rangel sobre a IV Renda da terra e demonstrou como a terra estava muito mais cara na altura do final dos anos 1990 do que no ano de 1986, quando aquele conceito foi cunhado. A noção ganhou ainda mais relevância a partir do boom das *commodities* do começo dos anos 2000 e da aceleração com que se deu a valorização das terras a partir deste período, como mostra a figura 2.

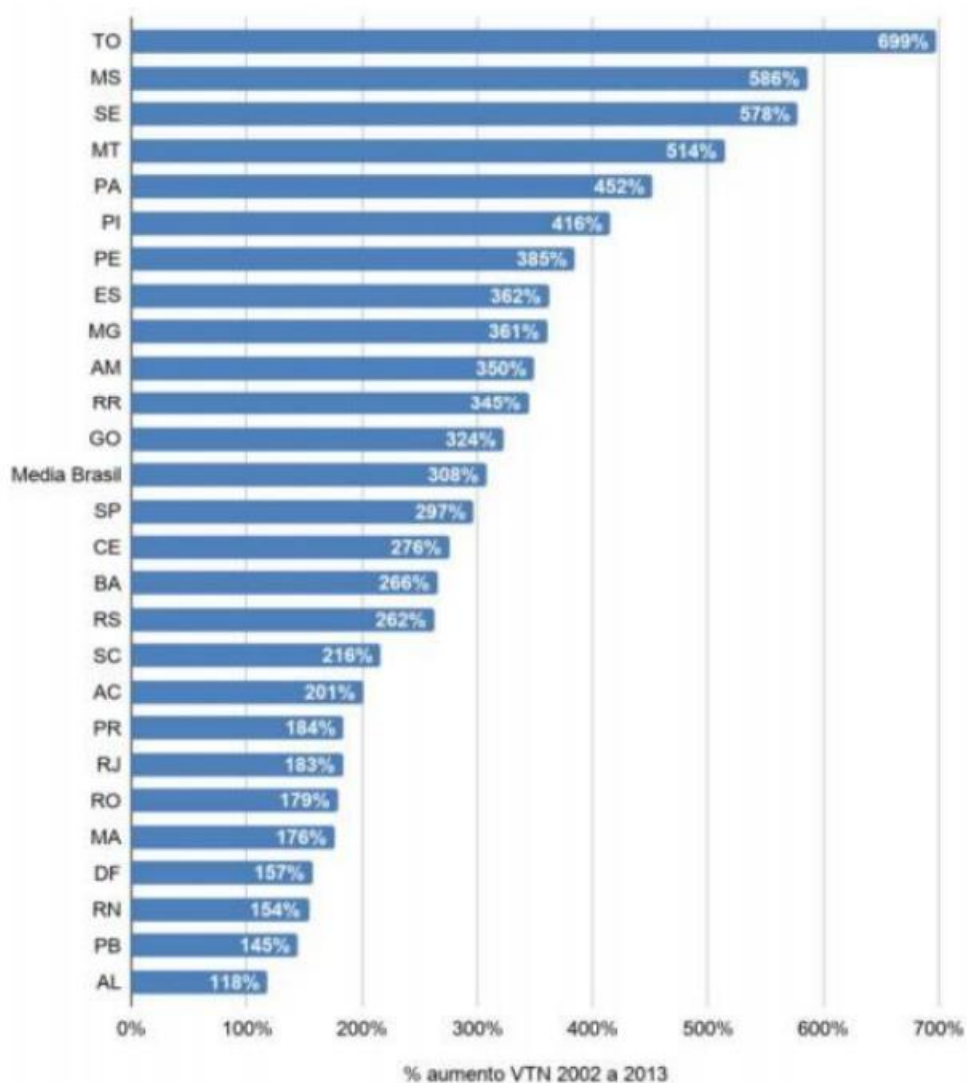


Figura 3: Variação percentual do preço da terra por estado entre os anos de 2002 e 2013.

Trataremos mais adiante deste ponto; há indícios de que o assédio de grandes empreendimentos agropecuários e imobiliários rurais – como os condomínios de luxo e hotéis-fazenda de que Graziano trata quando se refere a algumas das ocupações rurais não-agrícolas – sobre assentamentos de reforma agrária tem se agravado (PÉTRIN, 2020; PERES, 2021). Neste momento, entretanto, há outro argumento de Graziano (2001) com que é necessário dialogar, justamente o das ocupações rurais não-agrícolas que assumiam progressivamente maiores proporções no espaço rural brasileiro, de acordo com a análise que fizeram das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), no âmbito do projeto RURBANO, que ele coordenou.

Graziano levanta a hipótese de que, de acordo com a comparação dos dados da PNAD da década de 1980 com os dados do triênio de 1992-1995, o que tem

sustentado as famílias com filhos de mais de 10 anos de idade no meio rural são as atividades remuneradas não-agrícolas (GRAZIANO, 1997). Afirma isso demonstrando que a maior parte das pessoas nessa situação têm sustentado ocupações remuneradas em parte do seu tempo de trabalho e o trabalho agrícola no seu estabelecimento no tempo de trabalho restante. Nesse sentido, a renda obtida a partir do trabalho agrícola não é suficiente para, sozinho, sustentar a família. Inclusive, o trabalho na terra não necessariamente gera renda, muitas vezes a produção nestes casos é para o autoconsumo.

A clivagem da idade dos filhos que o autor apresenta é interessante, de minha perspectiva, porque indica que o que condiciona as decisões não é necessariamente a viabilidade econômica maior ou menor do rural em relação ao urbano, mas a capacidade de resistir aos desafios estruturais do mundo rural brasileiro que afetam os mais pobres. Famílias com crianças (até 10 anos, neste recorte), dessa perspectiva, têm menos capacidade de resistir a situações limitantes, tais como falta de saneamento, falta de energia, falta de escolas, falta de atendimento médico.

A permanência no meio rural, para as famílias mais pobres, é uma atitude de resistência, portanto. Resistência do desejo de permanecer, a despeito das dificuldades, na medida em que elas forem transponíveis para a criação e reprodução de uma vida digna. Este argumento de Graziano vai ao encontro de muitos dos diálogos que tive com meus/minhas interlocutores/as no Assentamento Nova Tangará.

Por outro lado, o lado dos grandes produtores, tem-se afirmado com cada vez menos escrúpulos que os pequenos estabelecimentos agropecuários são economicamente inviáveis (BUAINAN et. Al., 2013). Esta tese, de certo modo, interdita as possibilidades de se discutir uma convivência estável ou mesmo uma complementaridade entre diferentes tamanhos e propósitos de estabelecimentos rurais. É contraindicado, na medida em que é um ponto defendido à luz do debate público atual, ignorá-la ou rechaçá-la sem que se pesem argumentos, dados e história do país.

Os trabalhos destes autores com que venho dialogando até aqui, principalmente Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva, têm demonstrado desde a década de

1990 a necessidade econômica e os benefícios político-econômicos de um programa de desenvolvimento rural que articule a grande propriedade exportadora com a propriedade familiar para abastecimento interno de alimentos. Ainda que haja diferenças tanto de diagnóstico quanto de prognóstico, estes autores têm um ponto em comum que é a demonstração da existência de um rural maior, com tentáculos sobre diversas outras atividades econômicas e culturais, do que se costuma considerar em definições como a de questão agrária.

A despeito dos interesses expansionistas do agronegócio e de sua argumentação sobre a inviabilidade econômica da pequena propriedade, ou da agricultura familiar, é importante ponderar os fatos tais como se dão na atualidade. No Brasil, centenas de milhares de pessoas vivem no campo e desejam permanecer, ou vivem nas cidades e desejam retornar ao meio rural - de onde boa parte das famílias periféricas dos grandes centros urbanos se originam. Nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e nos Estados Unidos consta uma grande maioria de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte, mas não necessariamente de pequena produção, como demonstram Veiga (2007) e Abramovay (2007).

O interesse das famílias por permanecer no meio rural, entretanto, confronta-se com um conjunto de empecilhos que podem ser segmentados, para concluir este capítulo, em dois tipos. Os primeiros já foram tratados com alguma atenção neste trabalho, serão abordados mais detidamente a seguir, e são desafios externos e concretos: preços das terras aumentando e gerando um impulso de realização da terra como capital, como fonte de renda; pressões do agronegócio pela supressão dos estabelecimentos agropecuários familiares, empreendidas tanto pelos grandes proprietários vizinhos das propriedades familiares como pelas instituições políticas desse “setor”, que tem representações fortes na mídia e nos poderes executivo, legislativo e judiciário da maior parte do país; os preços de insumos agrícolas aumentaram significativamente nos últimos anos, principalmente a partir do início da Pandemia de Covid 19 (CONAB, 2023).

Todas essas situações pressionam agricultores/as familiares, principalmente assentados/as de reforma agrária, e a permanência na terra torna-se um desafio maior do que era vinte anos atrás – e já não era fácil. A falta de financiamento e

atualização dos valores das políticas públicas para agricultura familiar está envolvida com todos aqueles problemas citados anteriormente.

Há também desafios internos - ou seja, inerentes aos próprios sujeitos -, objetivos e subjetivos, à permanência e prosperidade das famílias em suas terras, e mais especificamente das famílias assentadas da reforma agrária em seus lotes. Entre os pontos objetivos, podem-se destacar a baixa escolaridade e o baixo letramento digital, que estão correlacionadas entre si e com a dificuldade de se inserirem em cursos, programas públicos, chamadas públicas etc.; entre as questões subjetivas, destacam-se os anseios pela autonomia com relação a sua terra e seu trabalho e alguma resistência a intervenções de agentes externos, ainda que em contextos de assistência técnica e extensão rural. Todos estes pontos são objetos de análises mais detidas nos próximos capítulos, e é ainda interessante destacar que a divisão que faço entre empecilhos externos e internos, de um tipo ou de outro, não suprime a possibilidade e a necessidade de se analisarem todos estes fatores em sua interdependência.

No próximo capítulo, o principal objeto de observação é como os/as interlocutores/as com quem dialoguei no assentamento Nova Tangará narram a história política e os conflitos desde o acampamento, e como os trabalhos acadêmicos sobre os assentamentos e sobre os movimentos sociais abordam essas questões. A partir de falas transcritas, momentos descritos ao longo do trabalho de campo e de minha perspectiva sobre tais expressões e ocasiões, retomo trabalhos relacionados aos temas abordados.



## 2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSENTAMENTO NOVA TANGARÁ

*“Nós já estamos conscientizados  
E nos unimos pra fortalecer,  
Nossa bandeira já nasceu vitoriosa,  
Ninguém segura o MLST.  
Somos um povo honesto e trabalhador  
Sempre unidos, muito simples e ordeiros,  
Mas se preciso nós faremos uma guerra  
Pra conquistar nossa terra  
Defendendo essa bandeira.*

*Queremos paz, respeito e moradia,  
Educação, saúde e alimentos  
Queremos ter direito de trabalhar  
Para podermos mostrar a força desse movimento*

*Já estou no meu lugar, não vou mais sair  
Nosso lema é ocupar, resistir e produzir*

*Já estou na Tangará, não vou mais sair  
Nosso lema é ocupar, resistir e produzir”*

Canto entoado no acampamento

FONTE: Filmagem do acampamento. Dia 9 de setembro de 1999.

Documento cedido por Edmilson

Em meu levantamento da bibliografia da região do Triângulo Mineiro acerca da luta pela terra e dos assentamentos de reforma agrária já instalados, encontrei uma fonte de muitos dados e trabalhos publicados a este respeito, que se apresenta no campo da Geografia Agrária. O LAGEA (Laboratório de Geografia Agrária) da UFU e o DataLuta Minas Gerais, ambos coordenados pelo Professor João Cleps Jr. No relatório de 2016 do DataLuta, também coordenado pelo Prof. Cleps Jr. e pela Professora Janaína Vinha, encontrei o fato de que Uberlândia, cidade onde residia nesse período, é o município onde os conflitos agrários são mais deflagrados na região, conforme o gráfico a seguir, e onde há mais representações de movimentos

sociais de luta pela terra (LAGEA, 2017; GOHN, 2013)

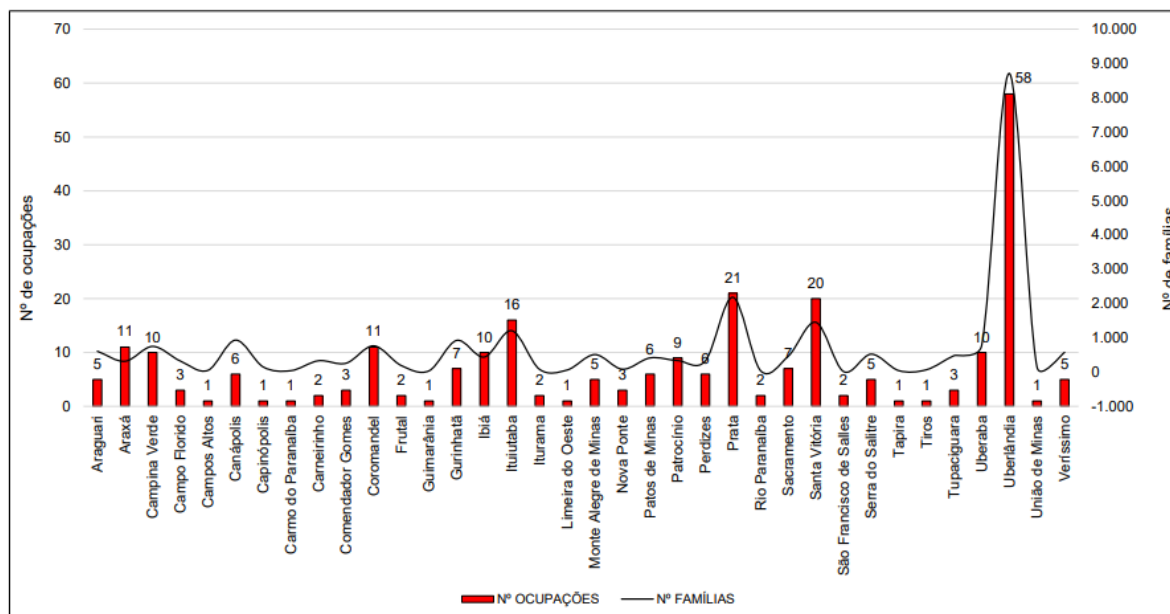


Figura 4: Gráfico 1 – Triângulo Mineiro – Número de manifestações e de pessoas por município, 1988-2016  
 FONTE: DATALUTA, Banco de Dados de Luta pela Terra, 2017.

No município de Uberlândia, segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, existem 15 assentamentos de reforma agrária, com capacidade para 815 famílias no total (INCRA-CORI-MG, sem data), conforme demonstrado no mapa 1.

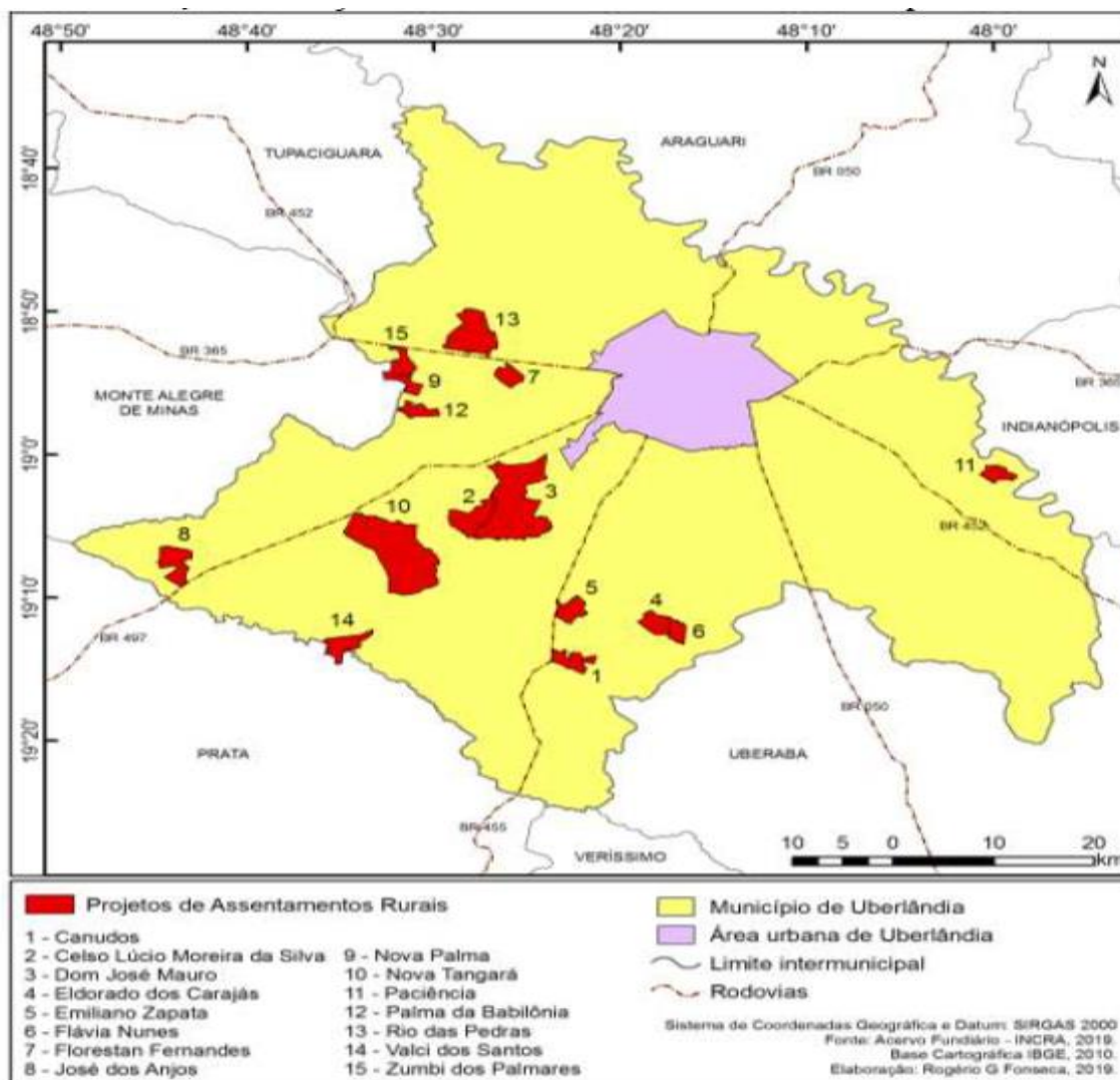


Figura 5: Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia. Fonte: Acervo Fundiário – INCRA, 2017. Elaboração: FONSECA, Rogério Gerolineto, 2019.

Observando estes dados e a disponibilidade de trabalhos publicados acerca destes assentamentos em Uberlândia, notei que o caso do Projeto de Assentamento Nova Tangará, era ao mesmo tempo, muito interessante do ponto de vista político e sociológico, e pouco explorado. No mês de maio do ano de 2021, iniciei os contatos com a comunidade do Projeto de Assentamento Nova Tangará com a intenção de tratar da transição agroecológica, dos avanços conquistados e dos desafios enfrentados pelo conjunto dos/das assentados/as a esse respeito.

Neste capítulo, serão apresentados/as, por meio de trechos introdutórios de suas entrevistas, as pessoas que mais contribuíram com seus relatos para a pesquisa, que abriram caminhos para outros contatos e participações em reuniões, e que contribuíram para a formulação de um contexto analítico no qual a pesquisa se

concentrou. Além disso, e mesmo como um desdobramento dessas apresentações iniciais, apresenta-se o Movimento de Libertação dos Sem-Terra, o MLST, e seu processo de crise e recomposição na região, formando o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, o MTL. Trata-se ainda, nesta seção, dos conflitos iniciais entre a coordenação do acampamento por esses movimentos e outros/as acampados/as com visões e projetos diferentes.

Rita, uma senhora que esteve ligada aos movimentos católicos das Pastorais, em boa parte da vida trabalhou na cidade. Foi operária em uma das unidades da Sadia, em Uberlândia, e foi bibliotecária de uma escola estadual da mesma cidade por 19 anos. Em sua entrevista, deu um resumo de sua perspectiva sobre o processo político da transição do acampamento para o assentamento.

*No acampamento tem muita produção, muita força de trabalho, muitas pessoas. Quando tá no acampamento, o coletivo funciona. Depois que você conquista a terra, o coletivo não funciona mais, aí as pessoas querem te matar se você falar em coletivo. E muita gente não deu conta, vendeu o lote, não construiu nada. A gente cansou de falar: não se iluda, porque a luta no lote é pior que no acampamento, porque no acampamento você tá...todo mundo junto, todo mundo unido. E quando vai pro lote, cada um por si e Deus por todos.*

Ela foi uma das coordenadoras do Movimento que dirigiu a ocupação, e contou do processo de mudança nas ligações deste com outros movimentos do país. Entrou no MLST em 1997 – em 2001/2002, este movimento, para uma parte de sua militância na região do Triângulo Mineiro e de Goiás, tornou-se o MTL. Em textos sobre a luta pela terra na região do Triângulo Mineiro também há bastante material sobre este processo que gerou o MTL, e sobre a relevância desta disputa pela Fazenda Tangará para os movimentos sociais da região e até do país (GOMES, 2004).

Essa mulher, que é líder no MTL até hoje, relatou longamente sobre as condições de vida no acampamento. Informa que uma parte da alimentação era fornecida pela Cáritas Brasileira, e que lá se plantava em mutirão e ainda trocavam hortaliças por outros alimentos e produtos de limpeza. As primeiras famílias que chegaram, no dia 23 de agosto de 1999, ficaram acampadas na beira da rodovia por 7 meses. Houve ações de repressão da Polícia Militar e dos donos da fazenda, e em alguns momentos precisaram se retirar por alguns dias, para logo depois voltarem ao mesmo local - a beira da rodovia, na entrada da Fazenda Tangará. Em 21 de abril de 2000, *entraram*

*e nunca mais saíram*, em suas palavras. Importante notar que esta data é bem anterior à da homologação do assentamento, que ocorreu no fim de 2003, e à da divisão dos lotes, que se deu apenas em janeiro de 2006 da forma como se apresenta no mapa a seguir.

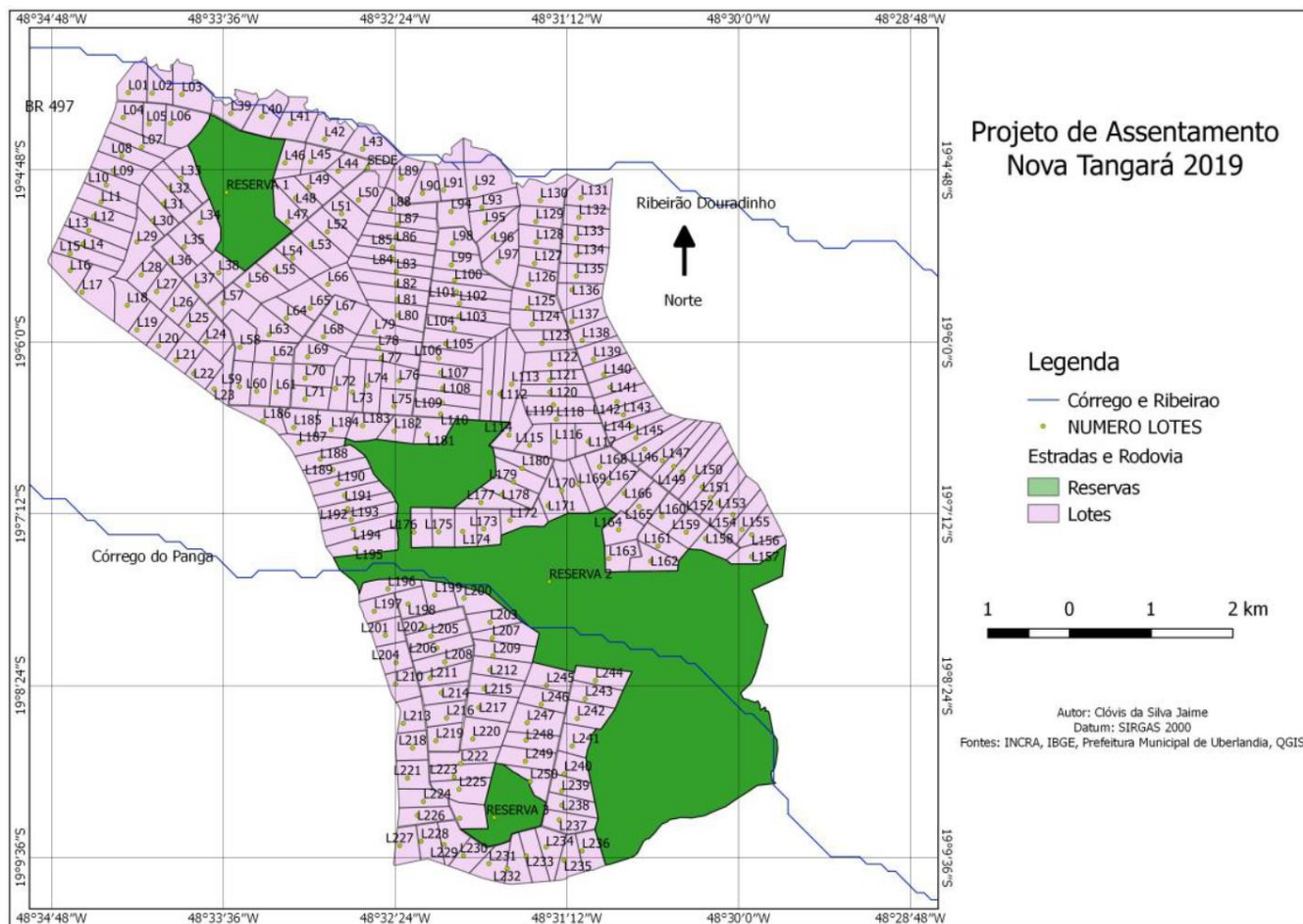


Figura 6: Mapa do Projeto de Assentamento Nova Tangará - Divisão dos Lotes  
 FONTE: JAIME, 2021.

Esta interlocutora conta ainda que a conquista desse assentamento foi muito grandiosa, tanto no nível estadual como nacional, e que foi a chave para a desapropriação de outras terras e a criação de novos assentamentos. Corroborando esta e outras conversas que tive no assentamento, um trabalho de dissertação do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia (LAGEA – UFU) foi especialmente importante como fonte de informações e de contextualização da luta pela terra na região do Triângulo e das organizações e movimentos sociais que a compunham. O texto é a dissertação de mestrado de Renata Gomes, intitulada

“Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, de 2004.

A autora discute a chamada Revolução Verde, cuja história é fundamental para qualquer discussão sobre o rural, porque dela derivam produtos e processos (tecnologias) novos no campo, aumentando significativamente a escala e encurtando o ciclo de produção e reprodução de riqueza (capital). Esta nova fase do capitalismo agrário é liderada pelos Estados Unidos, de onde surgem a maior parte dos insumos que colocam a produção agrícola em outra escala de magnitude.

Os Estados Unidos, uma economia que se beneficia, em primeiro lugar, de sua capacidade produtiva superior, portanto de sua competitividade no comércio exterior além das capacidades de qualquer outro país naquele momento – anos 1950. Beneficia-se ainda da venda dos pacotes tecnológicos que garantirão essa produtividade superior para outros países, tornando-os assim dependentes tecnologicamente também neste setor produtivo agrícola, a partir dos anos 1970. Os pacotes tecnológicos são compostos por maquinário que automatiza processos, sementes "melhoradas" e patenteadas, e fertilizantes e defensivos agrícolas combinados com aquelas sementes, de modo que, comprando um destes insumos, será crucial comprar todos, para assim obter a produtividade prometida na venda casada (GOMES, 2004; CHONCHOL, 2005; FERNANDES, 2019).

Gomes trata, no capítulo “A realidade agrária do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o processo de modernização do campo e a luta pela terra”, de como a mecanização da produção do café e o aumento da área rural dedicada à monocultura (principalmente de soja e de café) deixou os/as trabalhadores/as rurais ao mesmo tempo sem trabalho/renda e sem-terra (GOMES, 2004). Antes deste processo, a região contava com estrutura de relações sociais de produção semelhante à descrita por Martins (2004) no estado de São Paulo ao longo da primeira metade do século XX: trabalhadores/as das lavouras de café contavam com um pedaço de terra cedido pelo fazendeiro para produzir alimentos para autoconsumo familiar e para venda de excedentes nas cidades próximas, outros viviam em regime de parceria.

Com a modernização agrícola, a partir dos anos 1970, a cidade de Uberlândia, onde está o caso em tela, entre os anos 1970 e os anos 2000, cresceu 292%, segundo publicação da prefeitura, com dados obtidos pelo IBGE (FONSECA, 2001). Esta situação de desterritorialização da população rural e urbanização acelerada gerou uma série de problemas sociais, que transformaram a região em um foco de conflitos fundiários ao longo dos anos 1980 e 1990.

O Caso Tangará teve repercussão midiática de grandes proporções quando começou o acampamento, no ano de 1999, no km 33 da Br 497, na zona rural de Uberlândia, Minas Gerais. A ocupação se deu a partir de uma decisão do grupo liderado pelo Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Triângulo Mineiro – MLST. Entre as pessoas que eram líderes do MLST, além de Rita e Leonardo, seu companheiro, estavam um veterinário, Emanuel, e sua companheira, Márcia, advogada, que atuaram em diversas frentes para garantir desde a subsistência daquela população acampada até a consecução do processo de desapropriação da fazenda ocupada e de assentamento das famílias.

Emanuel, o veterinário que era da coordenação do MLST e depois do MTL, falou, na única conversa - por telefone - que foi possível fazer, em março de 2021, sobre os critérios e condições mais objetivos que existem na legislação brasileira para desapropriação de propriedade rural para reforma agrária (BRASIL, 1993). São o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), que constam desta maneira no direito agrário desde a Lei 8.629/93, mas que já tinham presença no Estatuto da Terra brasileiro, de 1964, na forma da obrigação de “níveis satisfatórios de produtividade” (DIREITO AGRÁRIO, 2019).

Segundo Emanuel - em entrevista que não foi gravada, mas registrada manualmente -, no período do acampamento houve muita truculência da parte da Polícia Militar. Nos primeiros dias a corporação chegou a utilizar bombas de efeito moral e balas de borracha para realizar a reintegração de posse autorizada judicialmente. Houve dispersão dos ocupantes, que precisaram se dirigir a uma fazenda próxima e lá permaneceram por alguns dias. Mas a ocupação e o acampamento voltaram a se organizar na Fazenda Tangará, visto que o MLST já tinha seus estudos a respeito do não cumprimento dos GUT e GEE naquele estabelecimento, e o processo em que

solicitavam o estudo da área pelo INCRA e a desapropriação da fazenda já estava em andamento a essa altura.

À medida que percebiam que, do lado do acampamento e do Movimento que o coordenava, também havia assistência jurídica e movimentos processuais para reverter as ordens de reintegração de posse, no entanto, a PM foi se tornando menos violenta e mais disposta a negociações. Em 2001, os donos da Fazenda decidiram finalmente negociar com o INCRA o processo de desapropriação (GOMES, 2004).

O MLST vinha se organizando num trabalho duplo: de um lado, com foco no convencimento e formação da população que vivia na periferia urbana; e de outro, concentrado no estudo de viabilidade para a reforma agrária da área em questão (GOMES, 2004). A grande repercussão midiática e política se deu porque a fazenda Tangará era uma propriedade de grande porte e pertencia, então, a uma empresa de exploração de eucalipto (CIF – Companhia de Integração Florestal). As características desta ocupação eram particulares, por este motivo relativo à propriedade e por ser um estabelecimento muito grande, com mais de 5.000 hectares, onde o problema era a improdutividade - um grau de utilização e de efetiva exploração aquém dos estabelecidos na lei (FONSECA, 2001).

Este grupo empresarial contou com o apoio das forças de repressão comuns, mas também dos veículos de comunicação locais, do Ministério Público e logrou ainda uma ambivalência do Poder Judiciário (SILVA, 2010). O Movimento e as/os advogadas/os dedicadas/os à sua causa, por seu lado, conseguiram comprovar a improdutividade da terra segundo os critérios da reforma agrária (BRASIL, 1993) e venceram definitivamente a batalha judicial quase quatro anos depois do início do acampamento, no ano de 2003. A quantidade de pessoas ali acampadas neste período variou muito, chegando a aproximadamente setecentas (700) famílias em seu auge (GOMES, 2004).

Entre 1999 e 2003 foram realizadas muitas assembleias entre acampadas/os, advogadas/os, técnicos do INCRA, para atualizações sobre a luta pelo assentamento e busca de consensos entre as/os acampadas/os, e as reuniões não eram os únicos espaços de convivência na coletividade. Também foram construídas cozinhas comunitárias, hortas comunitárias, uma capela como espaço de oração.



Além destes ambientes, segundo relatos de dois participantes da organização que coordenou a ocupação, Emanuel e Rita, cujo relato sobre esta atividade apresentei anteriormente, foram organizadas visitas coletivas – os *arrastões*, como eles chamaram - às periferias urbanas de Uberlândia para se trocarem hortaliças produzidas no acampamento por alimentos de perecibilidade longa (como óleo de cozinha, arroz, feijão, macarrão) e produtos de limpeza e higiene.

Por outro lado, houve discordâncias e cisões - uma parte da história que se repetiu em falas dos representantes de associações do assentamento entrevistados -, e seria esperado que houvesse. Eram centenas de agentes políticos, sob pressão da mídia corporativa, da polícia e de outros setores poderosos da sociedade, como o agronegócio da região. Sob tamanha coação, algumas pessoas que tinham perfil de líderes entre os acampados, além daqueles dirigentes do movimento que coordenava a ocupação, pensavam em soluções táticas e estratégicas diferentes para a luta e para o próprio uso da terra e seus bens.

No período do acampamento, de acordo com a revisão da literatura e as entrevistas com pessoas presentes e coordenadoras do MTL desde então, a organização que liderava a ocupação falava em unidade política não só no acampamento e para a conquista da terra, mas em torno de um projeto coletivo para a ocupação e produção no espaço do assentamento (SILVEIRA, 2008; PALAFOX, 2018). Consta nestas leituras, assim como nas falas de Rita e Carlos, a presença forte de conflitos, discordâncias de projetos, dissidências e ainda desconfiança com relação à organização política que coordenava o acampamento.

Carlos, um senhor de aproximadamente 65 anos, nos falava sobre esses conflitos em uma das primeiras entrevistas feitas nesta pesquisa. Seu lote fica próximo à sede da Associação dos Moradores da Fazenda Tangará (AMFT) e da Cooperativa de Produtores Rurais do P. A. Nova Tangará (COOPERTANG). É o presidente da mesma Associação, e se organizava em torno dela desde sua fundação, ocorrida ainda no período do acampamento, à época com outro presidente. É também membro fundador COOPERTANG.

A primeira pergunta que fiz, sobre sua história com o assentamento, teve como resposta o começo surpreendente de uma história de conflitos graves entre seu grupo

- que vinha a ser a AMFT - e o MLST/MTL, que Carlos chama sempre de “o Movimento”. Explicou que no começo sua família ficou na cidade, que era um tempo de ocupação, mas que logo nesse início ocorreu o que denominou como “uma revolução” no acampamento. Um conflito entre a Associação recém-criada e o Movimento.

Estes conflitos se davam em função de dois fatores principais, segundo esse interlocutor: o primeiro era o eucalipto que já estava adulto na fazenda, plantado pela CIF, e o destino deste recurso; o segundo era o projeto do Movimento para o grupo, a ideia de coletivização do trabalho, da produção e talvez até da terra. Carlos e seu grupo queriam mais transparência com o uso dos rendimentos oriundos da venda do eucalipto – que foi definida a partir de decisão coletiva no acampamento - e ao mesmo tempo exigiam autonomia em relação ao Movimento a partir de quando conquistassem seus lotes. Discordâncias programáticas, irreconciliáveis, levaram seu grupo para fora da terra; segundo Carlos, foram expulsos do acampamento pelo MTL.

*Eu fui um dos também, que fui expulso...na verdade eu não fui expulso. Mas eu fiquei na cidade e...dois meses antes começou a expulsão mais violenta. Né. É...mas eu comecei a criar um movimento também na cidade. Comecei a criar um...uma... um povão, até eles queriam na época... “vamo atacar, vamo invadir a fazenda...” – eu “não, a fazenda tá invadida. Se nós entrarmos lá, vai brigar trabalhador com trabalhador. Não é o sentido, nós brigamos trabalhador com...capitalista”, né. Então a gente segurava nessa parte, e no fim voltamos, conseguimos voltar pra trás, né, e a associação tomou conta (AMFT, dirigida pelo Sr. Carlos), nós tiramos o movimento daqui de dentro, aí eles ficaram lá no fundo, né.*

Produziu-se, principalmente com esta desconfiança, a atomização e individualização dos/as acampados/as, a partir de diversos fatores: (a) externos, como campanhas midiáticas de difamação dos representantes do movimento, judicialização e processos criminais contra alguns destes; e (b) internos, tais como os critérios e a transparência em relação à distribuição dos recursos advindos da venda do eucalipto e a insistência na coletivização do trabalho e da terra que viria a ser conquistada; todos estes conflitos ocorreram antes mesmo da conquista efetiva da terra que se daria em 2003, e do loteamento definitivo, ocorrido em 2006.

Edmilson, outro assentado que colaborou muito para a pesquisa com seus relatos e com documentos em formato de vídeo, do período do acampamento, trouxe algumas histórias sobre o processo de mobilização e aglutinação de famílias em torno da

proposta de povoamento do acampamento da Fazenda Tangará, ao longo dos anos de 1999, 2000, 2001. Indagado sobre como sua história se misturou com a do Movimento, contou que antes de entrar no MLST efetivamente, foi para a ocupação da Fazenda Tangará. Já se organizava politicamente em grupos da Igreja Católica, na Associação de Moradores do Bairro Luizote de Freitas e na Associação dos Vendedores Ambulantes de Uberlândia, organização da qual era membro fundador. Uma parte de seu depoimento:

*Meu padrinho mexia muito com política e a gente vivia junto pra lá e pra cá, era unha e carne. Então eu era ligado à movimentação. Quando eu fui camelô, [...] eu militava na frente da Associação dos Camelôs. Eu fui presidente, eu fui tesoureiro muitas vezes e tudo, né. E era ligado à Igreja (Católica), era amigo de alguns advogados que hoje até viraram vereadores, e tudo. [...] Depois eu tinha, nós tínhamos um amigo em comum, que era o famoso Malaveia, esse antigão também...ele chamou. Convidou pra uma reunião, e nós fomos na reunião...eu fui numas reuniões poucas vezes, né...e “a ocupação vai ser amanhã”, e essa ocupação amanhã eu anoiteci e amanheci aqui. E aí nós ficamos fechados aqui, fechado assim, sem poder ir na cidade e aí 30 dias. Que foi também um custo muito difícil pra minha mulher. Porque sem informação, e informação vinha pela televisão. Ela ficava totalmente perdida e tudo...não tinha como ligar, na época eu não tinha telefone, as pessoas, a gente mandava recado, não levava...e assim foi. Né, que foi com muita dificuldade. É um dos motivos que eu sempre falo – que essa terra não custou dinheiro, ela custou sangue. Que, além de mim, alguns morreram na luta e tudo – não morto, ah... matado, né, mas sim pela própria atividade.*

Ali mesmo, Edmilson passou a liderar uma equipe de trabalho de base que fazia reuniões na cidade para apresentar o Movimento e seus argumentos em defesa da reforma agrária, com objetivo de convencer mais pessoas a povoarem o acampamento. As reuniões na cidade se davam nos bairros periféricos de Uberlândia, em geral utilizando a estrutura das associações de moradores ou da Igreja Católica. Esse grupo de trabalho de base também ia para cidades vizinhas com o mesmo propósito, e o Movimento se multiplicou neste contexto. Formou-se um outro núcleo do MLST em Ituiutaba, que organizou mais ocupações, acampamentos e conquistou mais assentamentos na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, com destaque para Campina Verde e Santa Vitória.

Enquanto o grupo de trabalho de base se organizava para ampliar o acampamento na Fazenda Tangará e a própria luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro, em algum momento trajetória do MLST, entre 2001 e 2002, segundo as fontes desta

pesquisa, ocorreu o cisma; o grupo da direção nacional em Uberlândia e região, e ainda uma parte de Pernambuco, resolveram sair deste movimento coordenado nacionalmente então por Bruno Maranhão. Segundo o depoimento de Edmilson, a cisão se deu por divergências quanto ao uso das imagens e outros registros da luta pela terra no exterior. Bruno Maranhão tinha a intenção de utilizar estes documentos para obter apoio de organizações internacionais, e uma parte da direção nacional do Movimento, incluindo os/as coordenadores/as de Uberlândia, discordaram fortemente deste encaminhamento e decidiram por se retirarem. Criaram, na região de Uberlândia, o MLST de Luta, num primeiro momento, e depois, somados a duas outras organizações menores, recompuseram-se no MTL (GOMES, 2004).

Desde sua fundação, o MTL é a organização de movimento social rural que coordenou mais ocupações, acampamentos e assentamentos rurais na região do Triângulo Mineiro no início da década de 2000 (FOLHA, 2004). De acordo com Rita, militante do Movimento até hoje, esse ainda é o quadro. Segundo reportagem da Folha de São Paulo (2004), nove organizações do mesmo tipo (GOHN, 2013) estavam organizadas na região do Triângulo naquele período. Hoje, a disponibilidade de informações nesse sentido é escassa, o volume das pesquisas sobre assentamentos na região sofreu uma baixa nos últimos anos. Os principais líderes que atuavam nos primeiros anos daquela década, no entanto, não se encontram mais organizados neste Movimento.

Edmilson explora em seu relato a complexidade das relações políticas e das divergências internas no acampamento e que prosseguiram no assentamento Nova Tangará, discordâncias que tinham origens diversas. Os principais focos de conflito eram a visão de mundo e a forma da liderança do Movimento, do ponto de vista político, e a plantação de eucalipto na fazenda ocupada, do ponto de vista financeiro.

Sobre o aspecto político, o MTL tinha propostas comunitárias, coletivistas, com perspectiva socialista; a expressão mais bem acabada deste fator de conflito é a proposta da Empresa Rural Comunitária. À medida que avançavam os processos de desapropriação da fazenda, essa proposta era apresentada e perdia apoios e adeptos, e junto com ela o próprio Movimento dentro do futuro assentamento.

No processo de definição do assentamento, com homologação dos beneficiários, sorteio de lotes, o conflito entre AMFT e MTL já havia escalado (LOBATO, 2004). Acusações graves de parte a parte eram a superfície de um conflito ideológico e político, em que grupos com propostas mutuamente excludentes tentavam fazer valer seus planos sobre os demais. Quando do sorteio dos lotes, a Associação de Moradores da Fazenda Tangará (AMFT) já tinha mais adeptos do que o MTL e sua associação no assentamento.

O ponto mais relevante aqui, na análise destes desentendimentos, é o valor que tem a propriedade. Faz entender que nada importava tanto para a maior parte dos/as assentados/as do que a definição de seus lotes e sua propriedade da terra. Uma perspectiva reforçada pela desconfiança em relação aos líderes do Movimento, é verdade, que, incentivada pelo assédio judicial e midiático, levava os conflitos a situações altamente tensionadas. A ideia de garantir a divisão dos lotes era também uma forma de libertação/autonomização em relação a esta coordenação, de gerar uma autonomia de cada assentado/a em relação às propostas pouco atrativas do MTL.

A AMFT surgiu no acampamento como a organização independente que lutaria pela autonomia, nestes termos, de cada família. O presidente da Associação, com quem conversei, no final de seu depoimento, deixa este ponto bem desenhado.

*Quando eu vim em 2000 [...] na verdade eu estava até desempregado. Então foi uma luta aí...dolorosa, bastante dolorosa, aqui no Assentamento, conforme eu já tinha te passado, mas hoje, graças a Deus, muito recompensatória, recompensou todo meu processo, meu trabalho, não só pelo pedacinho de terra, mas para a liberdade, minha e de 250 famílias, que foi uma grande conquista, um grande passo...é, essa luta aqui.  
Carlos, em seu lote no PANT, 18 de maio de 2021*

Esta consideração é fundamental para o trabalho e tem uma exploração mais detida no próximo capítulo. Nesta seção ainda, onde se trata das influências dos movimentos sociais rurais, e das características de suas relações com os indivíduos, sobre os desdobramentos da vida social no assentamento ao longo dos anos, é pertinente um aprofundamento sobre as representações que o Movimento expressava e as condutas que encaminhava sobre a questão da propriedade e da autonomia.

No contexto do acampamento houve tensionamentos, sobre os quais Edmilson não parecia querer se aprofundar, diferentemente de Carlos, mas trouxe algumas informações valiosas para que fosse possível compreender o que ocorria e o estado de coisas do assentamento naquele momento das entrevistas com eles, em 2021. Aquelas histórias sobre as divergências políticas e ideológicas da maior parte das pessoas com os ideais de assentamento do MTL eram demonstrações de descompasso. Esses desencontros se davam entre a coordenação do Movimento, suas representações e ideais sobre a luta pela reforma agrária, e boa parte das pessoas que ali se encontravam para ter um pedaço de terra, com suas representações da vida e da luta e seus ideais em torno disso.

A questão do eucalipto na fazenda poderia ser um capítulo a parte, tantas foram as versões e defesas acerca dos acontecimentos que se deram entre os anos de 2002 e 2006. Ao mesmo tempo, havia propostas as mais diversas sobre o que fazer com o eucalipto que já se encontrava em tempo de ser retirado. É importante destacar, considerando os trabalhos que trataram deste tema dos conflitos na Fazenda Tangará (MITIDIERO JR., 2002; GOMES, 2004; SILVEIRA, 2008; CARDOSO, 2009), os relatos ouvidos por esta pesquisa no assentamento e as reportagens relacionadas ao conflito (LOBATO, 2004a; LOBATO, 2004b; LOBATO, 2004c; AGÊNCIA FOLHA, 2009), que não é possível nem interessante para este trabalho alguma intenção de conhecer “a verdade dos fatos”, ou reconstruir alguma cronologia acurada para deduzir responsabilidades.

De todo modo, o eucalipto da Fazenda Tangará, com que aquela comunidade lidou desde o acampamento até os primeiros anos do assentamento de forma mais ou menos coletiva, é lembrado e representado como síntese dos conflitos entre grupos de então e a razão das desconfianças e recolhimentos individualistas nestes anos observados, de 2021 a 2023.

O caso do PA Nova Tangará, como já expressado no depoimento de Rita, foi altamente relevante para a construção da liderança do MLST/MTL na região do Triângulo Mineiro, assim como o do PA São Domingos foi um fator de desgaste dessa liderança alguns anos depois (CARDOSO, 2012; G1, 2017). Na história do Movimento, essas duas passagens são indicações sobre a forma como esta organização entende e empreende sua visão de reforma agrária.

## 2.1. O caso do Projeto de Assentamento São Domingos – Tupaciguara

O caso Nova Tangará foi e será bem detalhado ao longo deste trabalho. Como dito antes, foi a primeira ocupação vitoriosa do MLST/MTL na região do Triângulo Mineiro e se tornou referência e ambiente de lições para o Movimento. O caso da Fazenda São Domingos, em Tupaciguara, no entanto, é mais arrastado ao longo dos anos e a situação envolve vários níveis de conflitos a mais do que no Assentamento Nova Tangará. As ocupações na São Domingos começaram em 1997, quando o MLST estava surgindo, lideradas inicialmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupaciguara (CARDOSO, 2012).

Entre 1997 e 2004, quando finalmente fixaram o acampamento nesta fazenda, foram cinco tentativas. Com o passar desse tempo, o MTL passou a liderar este esforço de mobilização da ocupação e se empenhar pela desapropriação da fazenda. No ano de 2006, com os estudos do INCRA realizados, a fazenda considerada improdutivo, e a terra foi desapropriada para abrigar um assentamento de reforma agrária. O Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, neste contexto, movimentou-se de maneira diferente.

O INCRA selecionou entre as famílias do acampamento aquelas que se destinariam a este assentamento, cadastrando e homologando seus titulares para a obtenção do lote – 165 titulares, a princípio (G1, 2017). Pelo que consta nos trabalhos acadêmicos a respeito deste caso e o noticiário identificado, foi neste ponto que o caso saiu dos trilhos do processo normal de reforma agrária como era feito no Brasil pelo INCRA (CARDOSO, 2012; G1, 2017). Ao invés de se contentar com o assentamento tradicional, com a divisão de lotes individuais-familiares e a busca de reaglutinar assentados em torno de um projeto coletivo, o MTL passou a disputar, com o INCRA e com o STR Tupaciguara, a natureza do assentamento.

O Movimento defendia a consolidação de um assentamento sem lotes individuais que recortassem todo o território. O projeto e o encaminhamento da coordenação do MTL foi que a COERCO (2012) assumisse o assentamento São Domingos. Criada por este movimento para este assentamento, a Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos, criada em 29 de julho de 2006, com a participação de 36 pessoas, seria a titular da terra. Os lotes

individuais, concedidos pela COERCO àqueles que aceitassem aquele modelo produtivo e político, seriam de pequeno porte, dois hectares cada, para produção para autoconsumo e venda de excedentes “por fora” e o restante da terra seria utilizado para a produção coletiva, com a contribuição de todos no assentamento, com os produtos definidos e negociados pela Cooperativa.

Considerando-se o histórico do Assentamento Nova Tangará, já será possível supor que tal estratégia foi criticada em diversos níveis. A começar pelo poder público diretamente envolvido, o INCRA, este órgão não reconhecia como viável legalmente a possibilidade de um assentamento concedido a uma pessoa jurídica. Segundo este órgão, a terra deveria ser dividida em lotes individuais que viriam a ser concedidos para uso (CCU) - inicialmente, visando a titulação de domínio (TD) - a pessoas físicas selecionadas e homologadas em processo anterior.

A Polícia Militar e a Prefeitura Municipal de Tupaciguara, outras frentes do poder público, associaram-se a pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade para invadir o assentamento e exigir a saída dos assentados vinculados ao MTL e à COERCO. O STR, através de seu presidente à época e nos anos seguintes, tinha um posicionamento altamente crítico à condução do MTL e do INCRA em toda essa situação que, nos termos do MTL, envolvia o dilema entre propriedade individual e coletividade (CARVALHO, 2012).

Já nos termos da maior parte dos/das titulares das famílias homologadas, o posicionamento era outro. Entre aquelas 165 ficaram aproximadamente 40, já no ano de 2009, segundo documento de inspeção do INCRA (IRIB, 2017). De 2006, quando a terra foi definida para reforma agrária, até 2017, quando o Ministério Público ajuizou o INCRA, por meio de Ação Civil Pública, para a realização da divisão dos lotes, no que considerava ser “concluir o processo de seleção e assentamento dos beneficiários”, houve muitas denúncias, reclamações ao Ministério Público, a respeito da resistência do Movimento que dirigiu o acampamento em dividir a terra em lotes individuais (G1, 2017; IRIB, 2017; CARVALHO, 2012).

Em 2013, em outra visita do INCRA para sindicância interna acerca do andamento do caso, os técnicos da autarquia constataram a presença de apenas 27 famílias constantes na Relação de Beneficiários homologada em 2006 que permaneciam no



assentamento. Descreveram também haver outras 44 famílias instaladas no local, vivendo em situação irregular.

Na perspectiva do MTL, o assentamento deveria ser direcionado à COERCO, conforme documento enviado ao INCRA de pedido de definição do assentamento em Tupaciguara, com concessão de uso à cooperativa. Nesse sentido, permaneceriam no PA São Domingos aquelas famílias que concordassem com a proposta de trabalho coletivo da organização; aquelas que não cumprissem os encaminhamentos, definidos em assembleias, deveriam retirar-se, dando espaço a outras.

Este posicionamento do MTL se expressa em outro fato, que relaciona os PAs Nova Tangará e São Domingos. O MTL buscou parceria com o INCRA, por intermédio do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), para que fosse construída a Escola Família Rural 25 de Julho, que ofereceria o curso de ensino médio para técnico agrícola. A escola foi instalada no PA Nova Tangará em 2003, mas foi transferida para o PA São Domingos pouco tempo depois, em 2006 (CARDOSO, 2009; JAIME, 2021).

De acordo com GOMES (2004), a escola do PA Nova Tangará seria baseada

na pedagogia da alternância – quinze dias de aulas práticas e teóricas em período integral e 15 dias em casa, configurando o ensino médio técnico agrícola. Planejada há vários anos, a partir deste ano de 2004, os alunos de 2º grau do acampamento e da região terão a opção de concluir seus estudos na Escola Família Agrícola, conquistada e já estruturada no interior do acampamento Tangará.  
P. 187-188



*Figura 7: Escola Família Rural 25 de Julho, desativada no PA Nova Tangará*  
*FONTE: Cardoso, 2009.*

A escola foi idealizada e teve seus trabalhos iniciados ainda na fase do acampamento na Fazenda Tangará, chamado por alguns/algumas autores/as de pré-assentamento (CARVALHO E SOUZA, 2010). Assim que o assentamento foi iniciado, em 2003, o Movimento trabalhou junto ao INCRA para conseguir instalar a escola no assentamento, e conseguiu, construiu a escola e estruturou seu projeto pedagógico (GOMES, 2008). Os conflitos políticos, que envolveram até a decisão de formarem dois assentamentos, o “da AMFT” e o “do MTL”, desgastaram o projeto ao longo dos anos, porém. Esta proposta de dois assentamentos permaneceu sem solução clara até o ano de 2006, quando foram finalmente definidos e oficializados os lotes e encerrado o processo de implantação do PA Nova Tangará. Ao que tudo indica, o momento da definição de um único assentamento, somado ao desgaste das relações com a associação que detinha o maior número de filiados/as (a AMFT), foi o divisor histórico da questão da Escola Família Rural 25 de Julho.

Com base nos relatos de meus interlocutores e nos trabalhos que tratam deste episódio (CARDOSO, 2009; CARDOSO, 2012; JAIME, 2021), é possível considerar que tal episódio marca algumas características do Movimento de então. Em primeiro lugar, a clareza sobre a escola como elemento necessário à consolidação e formação

técnica e cidadã das famílias assentadas. Depois, o esforço por contribuir para a comunidade, a dedicação em proporcionar o desenvolvimento daqueles assentamentos cuja mobilização e conquista foi coordenada por sua direção. Em terceiro lugar, e esta é uma interpretação que tenho a partir das leituras feitas sobre aquele período, alguma centralização das decisões e rigidez com relação às mudanças históricas que observavam na comunidade, situações que saíam do curso de suas expectativas como organização. A escola do PA Nova Tangará não chegou a ter aulas para alunos do próprio PA (CARVALHO E SOUZA, 2010)

Pesquisando sobre o assentamento São Domingos e sua situação nos últimos anos, em 2022 entrei em contato com a Associação Nova Era dos Trabalhadores Rurais do Assentamento da Fazenda São Domingos, por meio de um telefone constante em cadastro de CNPJs ativos na internet<sup>6</sup>. Conversei com Jair, que me informou que não estava mais à frente desta organização, que “passou para frente” a Associação. Busquei compreender os termos em que teria se fundado tal entidade, e fui informada por este senhor de que ela surgiu em 2019, logo depois que os lotes foram divididos (CNPJ BIZ, 2022). Segundo este informante, o assentamento foi dividido em 85 lotes individuais - o que significa aproximadamente 20 hectares concedidos para cada família assentada, visto que a terra tinha área total de 2146 hectares e 20% de sua extensão deve ser preservada como reserva legal.

Segundo relatório de gestão do INCRA (2018), referente ao exercício de 2017, a ação de “Realizar adequação na divisão de lotes do Projeto de Assentamento São Domingos, no município de Tupaciguara”, continuava pendente. Este é o último relatório de gestão da Superintendência Regional 6. Em busca de informações mais atualizadas, soube que o exercício de 2017 foi o último em que foram registradas prestações de contas das superintendências regionais do INCRA. Os relatórios anuais seguintes são da autarquia nacional, e não contam com informações específicas sobre o andamento de processos em nenhum assentamento. Procurei a SR 6 (Minas Gerais) por contato de telefone e e-mail, para perguntar sobre as

---

<sup>6</sup> CNPJ BIZ. Associação Nova Era dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Fazenda São Domingos - 34.788.714/0001-28. Disponível em: <https://cnpj.biz/34788714000128>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

ocorrências e encaminhamentos do Assentamento São Domingos a partir de 2017, e fui encaminhada para a regional, mas não foi possível acessar a Unidade Avançada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e não obtive retorno dos e-mails.

O que o ex-presidente da Associação Nova Era dos Trabalhadores Rurais do Assentamento da Fazenda São Domingos me informou é que os lotes foram distribuídos em 2018, e que “ainda tem gente do MTL lá”.

## 2.2. Da Empresa Agrícola Comunitária à Empresa Rural Comunitária

*Sobre um processo que envolveu disputas acirradas, aparentemente, em torno de uma ideia*

Com a instalação do Assentamento Nova Tangará, ficaram AMFT “de cá” – seus associados mais próximos da rodovia 497 e do Ribeirão Douradinho – e ATTL “de lá” – seus associados mais próximos do Córrego do Panga e da rodovia 455. Novas disputas neste contexto condicionaram uma nova diminuição da associação do Movimento no PA Nova Tangará, com o surgimento de duas novas Associações, a Associação União dos Trabalhadores do PA Nova Tangará, coordenada por José e a Tangará do Cerrado, liderada por Edmilson.

Em 2006, o grupo da AMFT interessou-se por rever a qualidade das relações com o grupo da Associação do MTL, e numa reunião promovida fora do assentamento puderam se reunir para passar a limpo toda a trajetória de lutas e conflitos. Depois desse encontro, qualificado por meu interlocutor como “a lavagem de roupa suja”, foram feitas outras duas reuniões com o mesmo grupo, alguns pediram desculpas para outros, e as relações se tornaram mais amenas.

Em seu relato, entretanto, fica claro que o entendimento se deu em grande parte porque a Associação do MTL no assentamento tinha diferenciado sua orientação política em relação ao que era proposto pelos líderes do Movimento em Uberlândia, que a propósito não eram assentados no PA Nova Tangará. Suas palavras esclarecem melhor o ponto:

*Aí um dos diretores da Associação (AMFT) chegou em mim. Dagmar, o nome dele; já morreu. Aí ele veio, chegou em mim e falou assim, "Edmilson, a gente tem que parar com essas brigas de movimento e de associação" [...]*

*Aí a gente decidiu fazer uma reunião num campo neutro. Com o deputado Lázaro conseguimos, foi num sindicato ali perto do Terminal Central. Aí fizemos a reunião. De um lado ficava o pessoal da AMFT e de cá eu já tava na associação do Movimento, mas nós não estávamos correspondendo muito com as ideias do Emanuel e da Márcia. Porque eles tinham umas ideias mais assim, mais comunitárias, e não dá pra fazer, a gente que tá aqui a gente sabe como funciona. Não funciona assim.*

Essas ideias “mais comunitárias” indicadas na citação acima se resumem nos princípios da Empresa Agrícola Comunitária, declarados em publicação do MLST no ano 2002 (MITIDIERO JR., 2002). Resumidamente, a EAC é a proposta mais objetiva, sintética e diferencial do MLST em relação a outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo a publicação<sup>7</sup> e os próprios coordenadores, falar de MLST é falar da EAC, pois “esta é sua maior contribuição para a sociedade e para a luta pelo socialismo”<sup>8</sup>. Em síntese, o documento propõe que, a partir da ocupação e do acampamento, os/as trabalhadores/as ali envolvidos/as deverão organizar uma divisão social de trabalho em que cada pessoa cumpra funções - de acordo com suas especificidades biográficas e habilidades - de produção, gestão, aquisição de insumos, logística ou comercialização dos alimentos produzidos. Esta comercialização será mediada pelo MLST, que acionará parcerias com entidades de classe, sindicatos e organizações da cidade solidárias/parceiras da luta dos/as trabalhadores/as. A partir de então, nos termos deste documento, a EAC terá um nicho privilegiado de comercialização, pois que passará ao largo da formalização e dos intermediários, e os/as trabalhadores/as terão acesso a alimentos saudáveis e frescos a um preço mais justo, uma vez que a dinâmica formal e/ou

---

<sup>7</sup> Estes pontos de orientação sobre a EAC são longamente transcritos no trabalho de MITIDIERO (2002) sobre o MLST, e este recebeu de dois coordenadores nacionais deste movimento à época, Bruno Maranhão e Paulo Faria, o documento-carta de princípios: “A Estratégia Socialista do MLST e a Empresa Agrícola Comunitária”, distribuído pelas lideranças do movimento numa oficina de discussões organizadas por eles na ocasião do 2º Fórum Social Mundial em 2002.

<sup>8</sup> Em uma entrevista não gravada em maio de 2001, Mitidiero ouviu de Paulo Faria (coordenador nacional do MLST), que já que ele estava escrevendo uma tese sobre o MLST, deveria se concentrar na apresentação da EAC. Dizia que essa seria a maior contribuição do Movimento à sociedade e o maior diferencial diante de outros movimentos sociais que, segundo ele, não teriam projeto e ficariam sem rumo, como no caso do MST.

capitalista de relações de produção e de definição de preços dos alimentos será subvertida (idem).

Na perspectiva deste movimento, tanto os/as trabalhadores/as que estiverem envolvidos/as na produção e comercialização, do lado do acampamento-assentamento, quanto os/as trabalhadores/as que vierem a entrar em contato com este projeto e com seus resultados - comida mais barata e mais saudável -, passarão por um processo de convencimento da necessidade de superação do modo de produção capitalista. É como se as relações sociais de produção associadas àquele alimento fossem as sementes do socialismo, da ascensão do sentimento de urgência em relação à transformação radical da sociedade.

Entre aqueles que consegui entrevistar ou conversar e que lideraram as ocupações que resultaram no Assentamento Nova Tangará, antigos coordenadores e militantes do MTL, que surgiu no ano de 2001, chamam este mesmo projeto de Empresa Rural Comunitária. Não tenho certeza se houve algum tipo de reconsideração teórica para a troca de termos, tendo em vista trabalhos que discutem o volume de trabalho propriamente agrícola que se realiza no meio rural, como o de Ignácio Rangel (1960) ou o de José Graziano da Silva (2001), ou de José Eli da Veiga (2006). Discutiremos estes trabalhos destes autores no próximo capítulo, quando trataremos dos desafios observados e das possibilidades experimentadas na comunidade Nova Tangará.

Careço de elementos para estabelecer certezas neste ponto, uma vez que a troca de “agrícola” para “rural” pode ter menos motivações teóricas do que tático-políticas, no sentido mesmo de se diferenciarem as propostas de um movimento e de outro a partir das diferenças de nomes-siglas, e infelizmente não tenho essa resposta. Tive conversas iniciais do trabalho de campo com um dos líderes do MTL, em 2021, mas à medida que passei a conhecer melhor a história do assentamento Nova Tangará tentei em diversos outros momentos, entre 2022 e 2023, entrevistar este e outros antigos líderes do MTL, do período em que se deu a ocupação da Fazenda Tangará e todos os conflitos subsequentes, mas não tive êxito nessas tentativas.

Descobri alguns outros fatos altamente relevantes, entretanto, lendo alguns trabalhos publicados a respeito dos desafios da luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro, que tem no município de Uberlândia o epicentro das disputas fundiárias regionais. O

próprio relato sobre a tentativa de se manter um assentamento sob coordenação central do MTL e da COERCO, o PA São Domingos em Tupaciguara (CARDOSO, 2009; CARVALHO 2012), foi descoberto em levantamento posterior ao trabalho de campo, na fase de análise das entrevistas e escrita do presente capítulo.

Além desses, outros trabalhos ajudaram na compreensão dos desafios dos/das assentados/as na região ao longo das duas primeiras décadas do século XXI (CARVALHO & SOUZA, 2010; JAIME, 2021). Trouxeram-me dados e elementos contextuais para a composição de um quadro de interpretação acerca das condições políticas, sociais e culturais em que se encontrava o PA Nova Tangará em seu início. Com a contribuição destes textos, tenho compreendido melhor os fatores e posicionamentos dos grupos ao longo dos anos, que resultaram nas circunstâncias observadas em trabalho de campo entre os anos de 2021 e 2023.

Marco Antônio Mitidiêro Junior (2002) apresenta em sua dissertação de mestrado o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), com a intenção de discutir os desafios e contradições dos movimentos pela reforma agrária no Brasil além do MST. Relata que o grupo que viria a ser o MLST veio de reuniões desde 1995, entre militantes de diversas partes dos países, tendo sua criação em 1997, e aborda a identidade programática e política desta organização. Passa pelas origens e características de suas lideranças, pelas declarações de princípios do movimento, entre outros documentos, e pelas contradições internas entre aqueles pressupostos e horizontes teórico-políticos e suas práticas na condução da atividade de reivindicação pela reforma agrária.

Outro aspecto importante deste trabalho (MITIDIÉRO JR., 2002) para minha compreensão do contexto de conquista da Fazenda Tangará é que, em meio às disputas judiciais em torno desta fazenda ocupada pelo MLST, reintegrações de posse e resistências dos/das acampados/as, este pesquisador estava fazendo trabalho de campo no Triângulo Mineiro. Mitidiero ainda testemunhou o processo de cisão do Movimento. Iniciado três anos após a fundação, ao final do ano de 2000, e concluído em abril de 2001, o “racha” resultou em um “MLST Nacional” e um “MLST de Luta”, sendo este último a maior parte do grupo do Triângulo Mineiro e o protagonista no processo do caso Tangará.

Já no final da escrita, em agosto de 2002, Mitidiero Jr. tomou conhecimento da definição de um novo contorno político e geográfico e um novo nome pelo grupo do Triângulo Mineiro. Os dissidentes do MLST na região assumiram o controle desse novo movimento e buscaram aglutinar um grupo socialista urbano de Goiânia, o Movimento de Luta Socialista (MLS) e outro de defesa dos trabalhadores rurais e urbanos em Pernambuco, o Movimento dos Trabalhadores (MT), além de estudantes grevistas em São Paulo, militantes pela reforma urbana na capital paulista e servidores públicos federais e estaduais grevistas no Rio de Janeiro, formando o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade).

### 2.3. Movimentos sociais de luta no campo

#### *Flexibilidade ou “principismo”*

O trabalho realizado pelo MLST e logo depois, pelo MTL, tem algumas características discursivas bastante distintas do MST – cujos aspectos que notei como centrais apresento mais à frente. Mas, do ponto de vista prático, as diferenças são menores, até porque ocorreu um importante intercâmbio de lideranças de base, do segundo para os primeiros (MITIDIERO JR., 2002; LEITE, 2006). Para falar sobre distâncias e proximidades é importante, então, em primeiro lugar, passarmos às características ideológicas e discursivas destes movimentos.

Do ponto de vista ideológico, o MLST via nas ocupações, acampamentos e assentamentos avanços estratégicos na conquista do socialismo. A partir da luta pela reforma agrária, este movimento previa em seus documentos fundadores<sup>9</sup> que as pessoas envolvidas diretamente nos acampamentos e na produção pela EAC passariam por um processo de formação política profunda por meio do trabalho e da convivência com o debate político, a luta política. Assim como estes(as), aqueles(as) trabalhadores(as) que tivessem acesso a produtos desta Empresa Agrícola

---

<sup>9</sup> Mitidiero Jr. Teve acesso a uma série de documentos que circularam naquele período em que escrevia, entre os anos de 1999 e 2002, os quais hoje não estão mais disponíveis. Entre estes, estavam “Histórico do MLST”, divulgado em 1999; “Resumo Histórico do MLST”, publicado em 2002 no 2º Fórum Social Mundial; “Reforma Agrária e Estratégia Socialista: a reforma agrária é um pilar da revolução socialista”, publicado pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e pela Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), em uma edição intitulada Cadernos do MLST. São Paulo: Editora Kelps, 2000; “A Estratégia Socialista do MLST e a Empresa Agrícola Comunitária”, distribuído pelas lideranças do movimento numa oficina de discussões organizadas por eles na ocasião do 2º Fórum Social Mundial em 2002.



Comunitária experimentariam um ambiente favorável para o convencimento da necessidade de se juntar à luta pela transformação estrutural da sociedade. Quando enfim estas condições estivessem dadas, as classes trabalhadoras do campo e da cidade iriam se organizar e alcançar uma sociedade sem classes e finalmente, somente nessas condições, concluir a reforma agrária.

Os arquivos do MLST não têm um ambiente virtual que os sistematize, por isso não foi possível acessar seus documentos e publicações em primeira mão. Conteí com o levantamento de Mitidiero Júnior, principalmente, para construir esta delimitação de suas características mais fortes. Foi a partir dessa mesma fonte que também me foi possível acessar as definições que seus coordenadores faziam, entre 1999 e 2001, de suas diferenças com relação a outros movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, notadamente em relação ao MST. Uma vez que o MLST buscava também construir um movimento de caráter nacional, comparavam-se, nessa perspectiva, ao MST.

Outra fonte importante para acompanhar alguns dos passos dados pelo Movimento nos anos posteriores à cisão no Triângulo Mineiro, ainda que com notícias muito espaçadas, foram os jornais de circulação nacional, principalmente a Folha de São Paulo, e seus arquivos com notícias sobre o MLST. Conforme descrito anteriormente, o caso Tangará teve repercussão nacional e este jornal mandou repórteres para conferir o que ocorria no período das primeiras ocupações e alguns de seus desdobramentos, como o próprio racha, foram acompanhados.

Atualmente, o MLST pode ser encontrado em duas páginas da rede social Facebook, uma delas sem atividade desde 2021, e outra administrada pelo grupo de Alagoas. Essa última está ativa, inclusive registrando reuniões recentes com fotos, e fazendo reforços a campanhas de caráter nacional e mais amplo, como contra a aprovação do Marco Temporal na Câmara dos Deputados nas semanas do final de maio e início de junho de 2023. Não encontrei um site ativo no momento.

No caso do MTL, pelo que pude compreender pelo curso dos acontecimentos relatados, esse movimento tem mais ações concretas na região do Triângulo Mineiro e outras já citadas do que documentos de fundação, cartilhas etc. O contexto em que houve o racha com o MLST Nacional, que levou à formação do MLST de Luta, em

primeiro lugar, e consolidação do grupo sob o nome de MTL, foi também um momento de fortes pressões judiciais sobre esses coordenadores na cidade de Uberlândia. Sofreram processos os mais diversos entre aqueles já comuns de serem imputados a líderes da luta pela terra, como formação de quadrilha, roubo em propriedade rural.

Já no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), havia inicialmente uma identidade político-ideológica mais ampla no discurso, de conquista de direitos e caminhos para as pessoas sem-terra a partir do referencial e dos princípios da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, popularmente conhecida como Estatuto da Terra. Nas discussões do Movimento, definia-se a luta de classes como princípio político, a luta contra o latifúndio. Entendo, entretanto, que o caráter ampliado da aglutinação de forças que compôs o MST – CPT, trabalhadores urbanos relacionados à vida rural e à atividade agrícola, como funcionários/as da EMATER, de Secretarias de Agricultura - favoreceu a construção estratégica e ideológica de um movimento mais próximo da luta pela democratização da terra do que pela revolução socialista. Acumulavam forças também, em conjunto com outras organizações que surgiram no mesmo período, na ebulição das pressões democráticas sobre o Estado autoritário da ditadura militar.

Neste contexto, considerando os aprendizados e as experiências de outros movimentos de luta pela terra anteriores, como as Ligas Camponesas, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), buscavam conquistar, independentemente de partidos políticos, uma institucionalidade democrática para ampliar esses dispositivos legais. Estes direitos e dispositivos de suporte à reforma agrária viriam a ser sistematizados, ao menos em parte, alguns anos depois de sua fundação, com a abertura democrática, com uma grande quantidade de ocupações e assentamentos subsequente à abertura, no governo Sarney, e com a Constituição de 1988 (STÉDILE&FERNANDES, 1999).

Esta valorização da independência com relação a outras forças políticas, como partidos, centrais sindicais, é um aspecto muito relevante na trajetória do MST, e no próprio discurso de suas lideranças. Principalmente por este fator, o Movimento se considera herdeiro das Ligas Camponesas, que foram muito fortes na região Nordeste

até a repressão da ditadura reprimi-las com especial dedicação e violência. As Ligas Camponesas mantinham sua independência e, em função mesmo desta autonomia, tinham um discurso de defesa da reforma agrária bastante contundente, com a palavra de ordem “Reforma agrária na lei ou na marra” (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Outro sujeito histórico importante na construção do MST, segundo João Pedro Stédile (1999), é a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, que com seu trabalho ideológico ecumênico<sup>10</sup> viabilizou, de um lado, o convencimento de uma grande base de camponeses sobre a necessidade da luta pela terra e, de outro lado, a unificação das lutas pela reforma agrária da região sul.

O MST nasceu a partir de uma forte demanda por terras que explodiu no final dos anos 1970, principalmente na região sul do país, a partir da modernização agrícola - com mecanização e comoditização - e da expulsão de parceiros, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais que se empregavam nas culturas que até então se organizavam naqueles territórios. Com o objetivo de lutar para que trabalhadores(as) rurais sem terra pudessem ter cada um e sua família seu pedaço de chão para viver, produzir e reproduzir socialmente o modo de vida que desejavam, na região de onde não tinham intenção de sair, começaram a se organizar em 1978. Hoje, trazem como marco de criação do Movimento uma reunião realizada em Cascavel, no Paraná, em 1984 (STÉDILE&FERNANDES, 1999; FERNANDES, 2005).

As ocupações e os acampamentos, no caso do MST, passaram por diversas ressignificações e simbolizações no plano político-ideológico. Essas transformações relacionam-se, evidentemente, com o tempo de existência do MST, com a pluralidade de seus agentes de liderança, com sua capilaridade pelo território nacional e com sua adaptabilidade às inovações nos âmbitos tático, estratégico, simbólico e político.

No primeiro Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que contou com a participação de 1.600 delegados, na cidade de Curitiba-PR, em 1985,

---

<sup>10</sup> Porque reunia representantes da Igreja Católica, mas também pastores evangélicos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

construiu-se uma resolução de radicalidade na luta pela reforma agrária e cautela sobre as expectativas de mudança na “Nova República”. Os maiores canais de mídia desse período designavam assim o Governo Sarney, vice que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves, ambos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, a oposição consentida do período da ditadura).

O MST, por sua vez, demonstrou desconfiança com relação à capacidade e/ou intenção que este governo indiretamente eleito teria de realizar a reforma agrária. Esta era, segundo João Pedro Stédile, a expectativa dos partidos da esquerda tradicional, entre eles PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que inclusive assumiram diversas superintendências do INCRA pelo país. Já o PT, partido recém-fundado, assim como o MST, não aderiu à perspectiva política e estratégica de entender o Governo Sarney como a porta aberta para um novo pacto republicano (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Depois deste congresso, em que a principal “bandeira de luta” ou palavra de ordem era “Ocupação é a única solução”, muitas ocupações foram realizadas e muitos acampamentos foram criados pelo país, e o MST viveu um de seus momentos mais frutíferos do ponto de vista do sucesso das ocupações em converter terras para desapropriação e para assentamentos de reforma agrária (MATTEI, 2012; MARIANO & TEIXEIRA, 2021; STÉDILE, 2023).

Bernardo Mançano Fernandes realizou uma entrevista com João Pedro Stédile em 1999 para repassar a história de mais de vinte anos da reorganização da luta pela reforma agrária desde o Rio Grande do Sul e de dezessete anos do MST, que define como seu marco de criação a reunião em Cascavel-PR, em 1984. Este acadêmico e pesquisador da questão agrária tem trabalhado com o MST desde os anos 1990, e há diversos textos seus que foram visitados nesta pesquisa. Um deles, porém, que faz um balanço da relação do MST com as reformas agrárias já pensadas e feitas no Brasil até 2006, traz uma definição que considero pertinente transcrever aqui sobre o papel do MST sobre a questão agrária brasileira:

Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão camponês aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão

camponês era estranha na época de sua fundação<sup>11</sup>, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta. Exemplos podem ser encontrados nas matérias publicadas no Jornal do MST ou em seu sítio [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (Fernandes, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência. Portanto, o território é elemento fundante neste artigo para compreender o MST e a reforma agrária hoje. Evidente que o território é condição essencial para

todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. **Lutar pela reforma agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (grifo meu).** FERNANDES, 2008, p. 3.

Interessante trazer aqui o raciocínio completo de Fernandes por alguns motivos. Em primeiro lugar, porque a caracterização dos movimentos de luta pela reforma agrária como movimentos socioterritoriais pode contribuir para a ampliação dos horizontes em torno do que se trata e de quais são os condicionantes para se “solucionar” a questão agrária; ou seja, amplia-se o escopo dessa luta e de sua capacidade como catalisadora de transformações sociais, culturais e políticas mais amplas.

Trata-se neste ponto de incluir nos debates, formulações e avaliações sobre políticas públicas dois elementos fundamentais para movimentos socioterritoriais: o da territorialização - desterritorialização, e desenraizamento - de populações deslocadas

---

<sup>11</sup> Na entrevista de João Pedro Stédile para Fernandes, em 1999, portanto antes do texto citado ser escrito, Fernandes pergunta, depois de ambos falarem em camponeses, e movimento camponês, por diversas vezes na conversa: “porque o nome não é ‘Movimento dos Camponeses Sem Terra?’”, e Stédile respondeu: “Porque a palavra ‘camponês’ é meio elitizada. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um vocábulo comum. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meeiro, arrendatário. É, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas que não foi assimilado.” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 31.)

e/ou atingidas em função de obras de infraestrutura ou de mineração, adaptações climáticas e ambientais, atividades econômicas prioritárias no país; e o papel que esses que estes grupos em luta pela reforma agrária podem cumprir na recuperação de áreas degradadas, cumprindo este e outros serviços ecossistêmicos, exatamente por terem em suas bases a memória social e os conhecimentos da natureza que já foi menos depredada em seus territórios.

Em segundo lugar, e não menos importante, o fato de a reivindicação pela reforma agrária ser tão multidimensional - como se conclui no trecho grifado - parece ser o que proporciona as condições para uma organização com esse objetivo permanecer atuante e socialmente relevante, praticamente a despeito de qualquer desafio conjuntural.

Para ilustrar este ponto, nos anos de 2019 a 2022, havia o contexto do governo Bolsonaro e, em boa parte deste tempo, a Pandemia de COVID-19, o que tornou patente a dificuldade de realizar ocupações, e também de pressionar pela consolidação de assentamentos de reforma agrária - por razões sanitárias e de segurança das famílias diante de agentes de segurança pública empoderados em relação ao que há de mais nefasto nas corporações, como a repressão, a violência, a tortura, a manipulação de cenas de ocorrências etc. Não obstante essa conjuntura desafiadora, atento às necessidades básicas de alimentos vividas por uma parcela muito significativa da população (PENSSAN, 2022), o MST coordenou uma campanha nacional de doação de alimentos frescos e sem veneno. Uma iniciativa que, como efeito colateral, levou a um aumento da legitimidade do Movimento aos olhos da população brasileira que ainda não conhecia seu trabalho e, como resultado, doou mais de 7.000 toneladas de alimentos ao longo daquele período pandêmico (2020-2022), aliviando a pressão vivida por centenas de milhares de pessoas no país na busca por trabalho e alimento (BERGAMO, 2021; MST, 2022).

#### 2.4. O Assentamento Nova Tangará e os movimentos sociais

Como havia sido dito no início, o Caso Tangará teve repercussão nacional. A partir de 1999 até 2003, o grupo do acampamento experimentou reintegrações de posse, deslocamentos, expulsões, seis meses acampados à beira da rodovia, assédio midiático, político, jurídico. Essa foi a ação mais significativa do MLST naquele

período de seus primeiros anos, em primeiro lugar por conta da repercussão, em segundo porque desde o trabalho de base, passando pelas bandeiras e hinos cantados no acampamento ao longo de dois anos, esse Movimento era sempre exaltado e reforçado.

Nesse contexto, entre os anos de 1999 e 2001, os líderes do Movimento foram acusados e processados com denúncias típicas da coação judicial sobre ocupações e acampamentos pela reforma agrária. Os conflitos, entretanto, não se davam apenas entre o grupo acampado na fazenda Tangará de então e as instituições e grupos dominantes na sociedade; esgarçavam também as relações internas no acampamento, e já desde 1999 havia pessoas que se juntavam a partir de insatisfações e desconfianças comuns com relação àquelas lideranças do Movimento.

Desse modo, considerando as leituras dos trabalhos de pessoas que pesquisaram as experiências e desafios dos movimentos de luta pela terra na região e este assentamento em específico, percebo que ali há um elemento desagregador desde um momento anterior ao que é mais comum nas histórias de outros assentamentos.

Em outros assentamentos, cujas características foram obtidas através de leituras e relatos, as trajetórias das relações entre os Movimentos que coordenam a ocupação-acampamento e “as bases” sofrem um ponto de inflexão radical quando cada família acampada “entra para o lote” e passa a ser assentada. Ou seja, o espírito de comunhão, de luta comum, arrefece quando o assentamento começa a existir. Essa situação já é bastante grave e desafiadora, uma vez que o processo de consolidação do assentamento não se trata apenas de desenhar divisões territoriais entre uma família e outra que tenham sido selecionadas. Este ponto geral dos desafios à reforma agrária será abordado com mais profundidade no capítulo a seguir.

Sobre as relações nessa situação em tela, no entanto, entre essas famílias acampadas e esse movimento, na Fazenda e no Assentamento Nova Tangará, os problemas vieram bem antes. Desde 1999 houve dissidências em razão de discordâncias sobre a centralização das decisões, em 2000 alguns destes dissidentes foram expulsos do acampamento, e alguns destes acamparam na porta da Prefeitura Municipal de Uberlândia reivindicando a criação de dois assentamentos naquelas terras. Depois houve a retomada destes expulsos ao território do acampamento, e

mais desentendimentos que levaram à divisão do acampamento em dois, no ano de 2001.

A partir de 2001, o cisma do MLST também teve fortes impactos sobre a confiança das pessoas na liderança do grupo que coordenava a ocupação. Além da confusão sobre nomes e posicionamentos de líderes nesta nova configuração, o tumulto organizacional se dava ainda mais porque o MLST Nacional publicava cartas e as fazia chegar aos acampados na Fazenda Tangará, denunciando corrupção, desvio de verbas, falta de transparência do grupo MLST de Luta com as contas do acampamento na Fazenda Tangará. Em 2002 esse último criou o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), aproximando essa dissidência regional do MLST de outros grupos pelo país. Mas a reconstrução do grupo, com este novo nome, não teve impacto - pelo que se pôde constatar tendo em vista as referências bibliográficas e as entrevistas - para algum tipo de retomada da qualidade das relações no acampamento e no assentamento que começaria a se constituir por volta de dois anos depois, ao longo do ano de 2004.

Desse modo, como relatado anteriormente neste capítulo, os conflitos e desconfiças permaneceram expressos ou latentes ao longo dos anos. No ano de 2006, movido, provavelmente, pela necessidade de construir saídas coletivas para as questões estruturais enfrentadas pela comunidade do Assentamento, o então presidente da Associação dos Moradores da Fazenda Tangará chamou um dos coordenadores da Associação Terra, Trabalho e Liberdade para uma conversa, e seu pedido foi prontamente atendido. A partir das reuniões que se seguiram, conforme as entrevistas com Edmilson e com Carlos, as tensões arrefeceram e os ânimos se acalmaram nos conflitos internos no Assentamento.

Muitas histórias que vinham já de anos sem solução e sem explicações mais claras foram postas na mesa, algumas delas esclarecidas, e como disse Edmilson, passaram horas “lavando a roupa suja”. Nessas duas reuniões que fizeram, a primeira para “lavar a roupa suja” e a segunda para pensar em perspectivas futuras, alguns pontos em comum foram encontrados, e as relações melhoraram, no geral. Um exemplo dos entendimentos entre os grupos é que a proposta da Empresa Rural Comunitária foi enterrada neste contexto, já que nem os representantes da



Associação do MTL no Assentamento tinham convicção da sua viabilidade. A postura dos coordenadores gerais do MTL era tida pelo grupo da AMFT como autoritária e descolada dos interesses e da realidade dos/das assentados/as. Estes principais coordenadores não tinham lote no PA Nova Tangará, então não participavam organicamente daquela comunidade que vinha firmando seus acordos internamente.

Desde o começo da história do PA Nova Tangará, a legitimidade do Movimento foi questionada, e sua liderança na coordenação das atividades já no acampamento era desafiada. Alguns/as dos/as acampados/as, entre eles/as senhor Carlos, que entrevistamos, não confiavam nas condições de realização das propostas de terra e produção coletivas do MLST. Propostas essas que eram anunciadas para aquele que viria a ser o assentamento desde o começo do acampamento.

É importante destacar, como conclusão dessa seção, que, desde o primeiro ano do acampamento, a comunidade que viria a constituir o PANT foi alvejada de táticas de despolitização e ações para desacreditar, até criminalizar, líderes do Movimento que coordenaram a ocupação. Segundo o Jornal do MTL<sup>12</sup>, dois líderes da ocupação da Fazenda Tangará sofreram inúmeras acusações, dentre elas roubo e incitação ao crime. Em 22 de setembro de 2009 foram condenados a 5 anos e 6 meses de prisão. Não chegaram a cumprir pena em regime fechado, mas tiveram suas vidas impactadas por estas decisões.

Todas essas situações somadas a um contexto de insegurança sobre o futuro certamente tornaram a vida comunitária mais suscetível aos efeitos previsíveis da “entrada para os lotes”. A partir do momento em que cada família assume um lote no assentamento, alguns fatores corroboram para a desagregação social e política dos/as agentes. Com o distanciamento físico a frequência das reuniões escasseia, afinal cada lote tem aproximadamente quinze (15) hectares, e percorrer essas distâncias e ainda participar de reuniões que duram muito tempo torna-se cada vez mais penoso com o passar dos anos.

No novo assentamento, ainda é preciso que cada família lide com a necessidade de prover condições mínimas de moradia e de alimentação dentro do lote. Pois, é

---

<sup>12</sup> Mídia acessada por CARDOSO (2009).

importante lembrar, foram mais de quatro anos em um acampamento, muitas vezes liquidando boa parte do que a família tinha como patrimônio e/ou conseguia com trabalhos na cidade, ou em propriedades vizinhas, com necessidades básicas. Enfim, a vida nesse novo contexto, por diversas razões, tende a se tornar mais isolada dos ambientes de socialização, discussão e organização política.

Aqui se encontra um gargalo, talvez melhor dizendo, uma contradição, que considero fundamental no curso da luta pela terra no Brasil, mais especificamente relacionado à política de assentamentos por demanda que passou a ser o carro chefe dos governos, com relação à reforma agrária, desde a redemocratização na década de 1980 (DELGADO, 2014). Os processos de construção das ocupações e de condução da produção e das reuniões nos acampamentos muitas vezes perduram por anos, como nesse caso em tela, e são agenciados por organizações dos Movimentos Sociais que têm convicção com relação à necessidade da organização política, da valorização da coletividade e da comunidade.

Porém, e essa é uma característica que percebo como geral das lutas por assentamentos de reforma agrária no Brasil, há diversos danos colaterais impostos às organizações que assumem a dianteira de empurrar o Estado a cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais, inclusive já claramente regulamentadas, relacionadas à desapropriação por descumprimento da função social da terra (BARONE et. al., 2014).

A despeito desse aparato normativo, uma insegurança jurídica, política e social associada à estratégia ousada da ocupação e acampamento em propriedades consideradas improdutivas, é patente. Além disso, o senso comum - expresso no noticiário, na postura do poder judiciário, na ação da polícia, na maior parte dos discursos de políticos eleitos - está impregnado dos valores liberais de séculos passados, até hoje prevalentes na sociedade brasileira, que consideram a terra como propriedade absoluta, um bem cujo dono pode dispor como quiser (DELGADO, 2014; FERNANDES, 2014; FIDELIS JR, 2014). Nesse sentido, as adversidades das ocupações e acampamentos podem desgastar aqueles movimentos, e seus/suas líderes, ao ponto de torná-los/as agentes inviáveis nos momentos posteriores da comunidade na luta pela reforma agrária, que como se sabe, não se encerra na

distribuição de lotes. Foi o que pude compreender a partir do caso do PA Nova Tangará.

Nos anos em que ocorreu o trabalho de campo, de 2021 a 2023, a única situação coletiva em que testemunhei no PANT um ambiente receptivo e favorável às proposições da organização coletiva, da união de esforços que leva à prosperidade da comunidade, foi na ocasião da entrega de um trator, com diversos implementos, doado via emenda parlamentar de uma deputada estadual, a advogada popular Andreia de Jesus. Essa conquista também foi intermediada pela militância do MTL (nacionalmente vinculado ao PSOL, partido da referida deputada naquele contexto) no assentamento, que se informou sobre a chamada pública da Gabinetona<sup>13</sup> e elaborou o projeto para recebimento da emenda junto com a COOPERTANG, a cooperativa do PA Nova Tangará.

Esses últimos acontecimentos ilustram a complexidade da vida social e dos caminhos políticos do assentamento. No dia da entrega do trator, o coordenador-presidente da AMFT, membro fundador da COOPERTANG, não estava presente, e a bandeira do MTL estava hasteada em um espaço privilegiado do evento.

## 2.5. A vida política do assentamento ilustrada nas trajetórias das associações

A Associação mais numerosa quando da homologação das 250 famílias selecionadas para o assentamento e até hoje mais numerosa é a Associação de Moradores da Fazenda Tangará, com 137 famílias. Ela já existia antes do assentamento existir, reunindo opositores/as da coordenação do MTL no acampamento.

A Associação do MTL no PANT, Associação Terra, Trabalho e Liberdade, coordenada por Rita e Leandro, contava com 113 membros. Porém, sofreu um revés no ano de 2006, quando foi realizada uma eleição para definição de sua próxima diretoria. Dois grupos disputavam a direção da Associação, o grupo de Rita e Leandro, mais próximo à Coordenação do MTL em nível regional e estadual, e o grupo de José, composto

---

<sup>13</sup> Gabinetona foi um mandato coletivo em Minas Gerais, uma experiência que começou a partir do coletivo Muitas, com os mandatos de vereadoras eleitas em 2016 – Áurea Carolina e Cida Falabela – e continuou até a última legislatura federal, reunindo uma deputada federal, Áurea Carolina, no mandato de 2019-2022, uma deputada estadual, Andreia de Jesus, no mandato de 2019-2022, e duas vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabela – nos mandatos de 2017-2020.

por pessoas de perfil político mais independente. Um dos grupos se sentiu preterido com a forma como os resultados foram tratados e com a diretoria que assumiu, e fundou uma outra associação. Desse modo, o grupo se separou em duas associações, a ATTL com quase 60 membros e a Associação União dos Trabalhadores do Nova Tangará, AUTT, também com número aproximado a 60 famílias.

Em entrevista com o senhor José, representante da AUTT, e sua esposa, Nara, ele e ela contaram que até o ano de 2018, ainda tinham uma rede de contatos com os/as associados/as, que sempre conversavam sobre medidas dos governos, políticas públicas. Mas, depois que saíram os títulos de domínio, ou seja, a propriedade das terras para cada família, a associação não teve mais atividade, nem por grupos de mensagens, e os dois perderam a rede de comunicação com outras famílias de associados/as, mantendo contato apenas com amigos/as e familiares no assentamento. Contou que queria mesmo “dar baixa” de seu nome da Associação, ou seja, desvincular-se dela no âmbito formal, no cartório onde foi registrada. Alguns meses após essa entrevista, o senhor Adélio faleceu.

A Associação Tangará do Cerrado, coordenada por Edmilson, também não estava mais em atividade no ano de 2021. Esse grupo, diferente dos demais, tinha poucos membros desde o começo, formado em sua maioria por dissidentes de uma ATTL já reduzida com a cisão que deu origem à AUTT. Edmilson e os demais 14 membros da Tangará do Cerrado abriram divergências com a Associação do MTL por uma incompatibilidade programática e estratégica, relacionada à produção e à comercialização no assentamento.

Essa associação era formada a partir de um projeto de pessoas que já se conheciam há algum tempo e tinham uma relação de confiança mais forte, de produzirem e comercializarem de modo mais coordenado, favorecendo a produtividade e rentabilidade do trabalho nos lotes. Entretanto, segundo Edmilson, a vida nos lotes é desfavorável para a organização coletiva, e esse grupo reuniu-se algumas vezes, mas as reuniões foram ficando esvaziadas e em alguns anos a associação Tangará do Cerrado deixou de ter atividades organizacionais e coletivas regulares.

Desse modo, considerando que a ATTL tinha homologado 113 lotes como seus associados, perdeu 53 com a dissidência da AUTT e 15 com a saída do grupo da Tangará do Cerrado, o grupo que coordenou os trabalhos de ocupação e acampamento conta hoje com 45 lotes associados, dos 250 existentes no PANT.

## 2.6. Considerações finais do capítulo

De todo o processo político que o PA Nova Tangará viveu, desde a ocupação, o acampamento, a divisão dos lotes e a consolidação do assentamento, o MLST-MTL foi um grupo que contribuiu em grande medida para os sujeitos ali envolvidos. Fez estudos das propriedades em desacordo com a norma da função social da terra, articulou famílias interessadas e dispostas na ocupação com trabalho de base, organizou a ocupação, liderou aquele grupo que chegou a 700 famílias em 1999, garantiu a reprodução social de centenas de pessoas ao longo de anos, sustentou juridicamente o acampamento.

A respeito do período de consolidação do assentamento, que foi de 2004 a 2018, as tornaram-se paulatinamente menos precisas nos relatos. Compreendi, nas metáforas, nas frases pela metade e até mesmo nos não-ditos em momentos-chave nas entrevistas, enfim, nas entrelinhas de meus/minhas interlocutores/as, que houve cisões no MTL, tanto do ponto de vista do movimento que se organizava além do PA Nova Tangará, como também dentro da Associação Terra Trabalho e Liberdade que, essa sim, organizava o grupo do MTL dentro do Assentamento. Os rchas foram motivados por todos aqueles fatores anteriormente citados, mas considero importante uma última observação sobre as características desse Movimento, talvez as mais gerais que tenho condições de produzir até o momento.

Para tanto, retomo algum grau de comparação entre MLST e MST, no sentido de estabelecer as bases de cada um, e os desdobramentos de suas origens em suas características mais prementes no cotidiano do movimento social. Primeiro sobre o MLST, seus fundadores tinham princípios ideológicos revolucionários, eram comunistas, foram do PCBR no período da ditadura militar. Tinham, no entanto, pouca permeabilidade aos conhecimentos e anseios das bases com as quais se relacionavam e buscavam organizar. E talvez tal aspecto do cotidiano organizacional do MLST fosse mesmo derivado da visão de ator histórico revolucionário,

metabolizada numa característica perturbadoramente comum em grupos comunistas: a perspectiva da inexorabilidade da revolução socialista.

Essa forma de conceber e conduzir a luta social está expressa por um forte traço teleológico em cada documento/livro (MITIDIERO, 2002) – com o perdão da vulgaridade, os textos pareciam informados por uma história pré-fabricada, contida em alguma escritura sagrada. Do ponto de vista prático, porém, havia pouca diversidade e clareza<sup>14</sup> nas orientações políticas e estratégicas. Pelo que pude compreender, faltava ao MLST repertório e, conseqüentemente, flexibilidade para lidar com as intercorrências, discordâncias, divergências, que ocorriam no acampamento na Fazenda Tangará.

O grupo do MLST formado em Uberlândia, por outro lado, não tinha exatamente as mesmas origens. Seus militantes já estavam reunidos desde antes da fundação do MLST, no início dos anos 1990, em torno da Animação Pastoral Social no Meio Rural (APR). Segundo Frei Rodrigo, coordenador da organização na década de 1990, a APR era fruto de uma cisão com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por dois motivos: primeiro, a CPT discordava de uma ocupação na região do Triângulo em 1989, por acreditar que esta ação atrapalharia o projeto de eleição de Lula naquele ano; em segundo lugar, a Igreja Católica passava por uma virada conservadora, partindo das altas cúpulas, e havia indícios de que o trabalho da CPT seria inviabilizado (MITIDIERO, 2002).

O grupo liderado por Frei Rodrigo, então, criou a APR, que tinha um perfil “menos tático e mais estratégico” na parceria com os sem-terra. Nesse ponto consta uma nota crítica à CPT, que se envolvia diretamente com as ocupações e consistia mesmo em uma agência de mediação da luta pela terra e da própria condução dos assentamentos nos quais imprimiu esforços para conquistar (BARONE et. al., 2008).

---

<sup>14</sup> Marco Antonio Mitidiero traz em sua dissertação o relato de uma ex-militante do MLST - e na ocasião do relato militante do MLST de Luta, que viria a se tornar MTL – que ouviu de outro ex-militante que viajou a Pernambuco, para conhecer um assentamento dirigido pelo MLST, e foi surpreendido pelo fato de que aquele PA foi instalado numa terra que era propriedade do irmão de Bruno Maranhão, Romero Maranhão.

A CPT surgiu nos anos 1970, sob os princípios da Teologia da Libertação, e contribuiu para proteger inúmeros/as líderes camponeses pelo país dos desmandos e violências autorizados e/ou executados pela ditadura. Após o fim da ditadura, seguiu sendo uma das balizas da luta pela terra, e foi um dos pilares da criação e consolidação do MST

Já no caso do MST, o grupo apresenta princípios políticos e estratégicos bastante sólidos, ao passo que apresentam bastante flexibilidade e diversidade nas táticas de atuação (STÉDILE E FERNANDES, 1999). Algumas de suas lideranças mais antigas, como João Pedro Stédile, falam sobre o processo de aprendizado com grupos que vieram antes de sua fundação, têm uma perspectiva de construção histórica, portanto humana, e em grande medida imponderável em seus caminhos. Apresentam também mudanças paradigmáticas – como ocorreu na definição de movimento de trabalhadores rurais sem-terra, que veio se transformando, a partir do fim dos anos 1990, no contato com a Via Campesina, em um movimento de camponeses/as. Outro aspecto que assegura maiores chances de adaptação a conjunturas e contextos regionais é a diversidade de líderes atuantes ao mesmo tempo no MST. Há pluralidade entre os núcleos regionais, estaduais, que têm orientações ideológicas, políticas, estratégicas e táticas distintas (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Ambos os grupos realizam trabalhos legítimos de estudo de propriedades rurais improdutivas, fazem trabalho de base na perspectiva de convencer populações periféricas - em grande parte desenraizadas da vida no meio rural para viver em cidades à espera de trabalho - a reivindicarem seu direito à terra, à renda, ao trabalho e à dignidade. Essas pessoas transitam entre o trabalho precarizado em culturas agrícolas prósperas nas suas regiões e os serviços temporários, sem vínculo, muitas vezes. Dependem de diárias de serviço pesado e buscam manter a reprodução social própria e de familiares como autônomos/as, com tentativas de empreender a partir de habilidades conquistadas. O enfoque nesta seção foi sobre as formas de reação e diferenças de organização dos movimentos sociais de luta pela terra – agências mediadoras, como dizia José de Souza Martins (2004) - envolvidos nesta dinâmica complexa entre as periferias do campo e da cidade na região.

Na pesquisa de campo, foi possível identificar pessoas bastante refratárias à vinculação a um Movimento, à continuidade da luta coletiva pela reforma agrária. Ainda que todas as melhorias que suas organizações pleiteiam estejam no escopo

daquela definição de Fernandes (2008) de luta pela reforma agrária, como acesso a tecnologia, a educação, a saúde, a mercados, em contraponto ao modelo da agropecuária exportadora de commodities que se alega produtora de alimentos, a disposição no assentamento para a organização coletiva é pequena.

Em entrevistas e nas situações coletivas em que propunha perguntas sobre estes assuntos e sobre as organizações presentes no assentamento à comunidade, pareceu latente a conflitualidade entre o caminho histórica e estrategicamente mais profícuo, a organização coletiva, de um lado, e os anseios individuais por liberdade e autonomia sobre o lote conquistado, de outro lado; uma ambivalência presente em praticamente todas as interações que vivenciei.

No próximo capítulo, trato dessa chamada ambivalência entre a organização do trabalho coletivo, que proporcionou conquistas à comunidade, e a autonomia experimentada na condição objetiva e subjetiva de dono da terra, no lote e no trabalho familiar. Na perspectiva que adoto, essa autonomia é idealizada como a realização máxima do homem no contexto rural e é reforçada pela forma como a terra vem sendo tratada ao longo da história brasileira. Abordo esse desejo por autonomia como a consumação cultural da visão de que a terra é uma propriedade absoluta que eleva seu dono à condição de plenitude existencial no contexto rural (WOORTMANN, 1990; FIDELIS JR., 2014).



### **3. PROPRIEDADE E AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO os olhares dos sujeitos e seus horizontes de possíveis**

Até aqui produziu-se uma construção do que se avalia serem as características gerais do movimento social comprometido na conquista do PA Nova Tangará e das percepções de lideranças atuais da comunidade do assentamento com relação a essa organização. Buscou-se refletir sobre as bases dos conflitos vividos desde o acampamento, tendo em vista as propriedades da dinâmica da reforma agrária como tem sido feita no Brasil – por demanda, a partir de ocupações, Estado desonerando-se de desenhar, programar e realizar a política pública. Ainda no segundo capítulo, estão embates políticos e divergências estratégicas que desgastaram a liderança do MTL desde o acampamento, e alguns aspectos deste em comparação com outro importante movimento de luta pela reforma agrária, o MST.

O problema da propriedade da terra e do nível de autonomia a ser experimentado por cada família foi desde o começo o assunto chave que se desdobrou em diversos conflitos. O MLST-MTL buscava “formar” politicamente as pessoas acampadas para garantir a legitimação de sua proposta de coletivização da terra, do trabalho, do comércio, dos custos e dos lucros, quando eventualmente a fazenda fosse conquistada para assentamento.

Essa proposta vinha com um custo óbvio e benefícios sólidos, ainda que a serem auferidos em médio e longo prazo. O custo seria revisar o objetivo de se tornarem “donos” da terra, ceder ao modo comum de trabalhar, produzir e gerar renda, em uma significativa quebra das expectativas alimentadas desde as primeiras reuniões para aglutinar pessoas em torno da ocupação. O benefício, por outro lado, seria um ganho de produtividade na terra e a satisfação da construção de um empreendimento – a Empresa Rural Comunitária, ou outro nome que se quisesse dar - maior do que qualquer um sozinho poderia criar.

Esse esforço de convencimento e formação política que o MLST/MTL fez não convenceu as pessoas acampadas, contudo. Segundo os relatos ouvidos sobre esse tempo, diga-se de passagem, muitas pessoas não só repudiavam a proposta de Empresa Rural Comunitária como a consideravam incompatível com as atitudes dos coordenadores do Movimento no acampamento – havia reclamações sobre a falta de

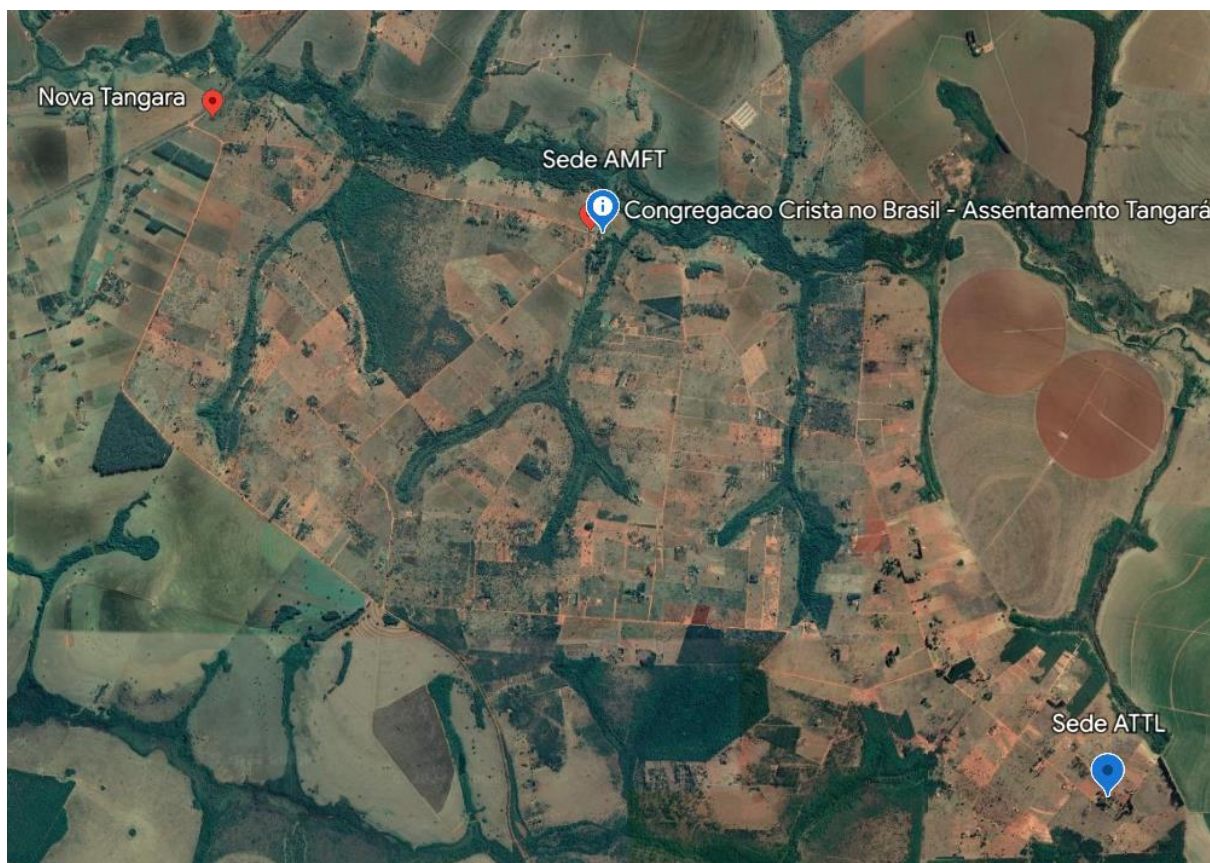
transparência com o uso dos recursos da venda do eucalipto e sobre o andamento das tratativas do Movimento com o INCRA e os proprietários da Fazenda Tangará (LOBATO, 2004).

Há consonância entre os relatos de Carlos, Rita e Edmilson, que estiveram na ocupação e no acampamento na Fazenda Tangará, em posições políticas distintas, ao se tratar sobre a tentativa do MTL de assegurar a coletivização da terra e a socialização dos custos iniciais de implantação da Empresa Rural Comunitária. Poucas pessoas aceitaram tal proposta, e o assentamento já foi implantado com aquela divisão entre as associações descrita no capítulo anterior, com lotes individuais/familiares de 15 a 17 hectares e Contratos de Concessão de Uso. A homologação das famílias deu-se no ano de 2004. Contudo, a entrada definitiva para os lotes demorou mais de um ano para acontecer<sup>15</sup>.

A divisão dos lotes foi feita somente em 2006, e a comunidade já se encontrava dividida entre dois grupos, a AMFT e a ATTL, que rivalizavam constantemente e viviam de modo semi-acampado em pontos diferentes da antiga fazenda Tangará, no entorno das “sedes” do que desejavam que fossem os respectivos assentamentos – conforme mapa a seguir.

---

<sup>15</sup> Os responsáveis por essa tarefa do georreferenciamento e divisão dos lotes de forma igualitária e equilibrada, contratados pelo INCRA, eram técnicos da Universidade Federal de Lavras, coordenados pelo professor Edilson Lopes Serra. Essa informação foi obtida inicialmente através das entrevistas de Edmilson e Carlos - que falaram da demora da divisão dos lotes, de responsabilidade “da Universidade Federal de Lavras” - e conferida no currículo lattes do referido coordenador.



*Figura 8: Assentamento com marcações da sede da AMFT e da sede da ATTL. Obs.: onde se lê "Congregação Cristã do Brasil", encontra-se o Posto de Saúde do PANT.*

Entre 2000 e 2006, considerando essa animosidade, corria entre os grupos uma ideia compartilhada por muitos de que seria impossível que convivessem como uma única comunidade de assentamento. Nesse sentido, a AMFT e o MTL buscavam, cada um por suas próprias vias políticas e institucionais, dividir a terra conquistada em dois assentamentos independentes. Entretanto, isso não aconteceu, e pelo que contam os/as entrevistados/as, o documento do INCRA consultado (PDA, 2004) e os trabalhos relacionados à história do assentamento (SILVEIRA, 2008; SILVA, 2010), o INCRA não chegou a considerar essa hipótese.

Desse modo, as famílias foram definitivamente distribuídas ao longo da terra do assentamento por dois sorteios: a AMFT fez um sorteio para a disposição de seus/suas associados/as em uma região do assentamento e a ATTL sorteou a localização dos lotes de seu grupo em outra região, na intenção de que os grupos não ficassem divididos-misturados. O grupo da AMFT, mais numeroso e politicamente mais forte neste contexto, ocupou o espaço próximo à rodovia MGC-497 e ao córrego

Douradinho; já o grupo da ATTL ficou próximo ao córrego Panga, distante da rodovia, na porção sul da fazenda.

Foi quando perceberam essa situação que passariam a viver, em um único assentamento, portanto necessariamente em uma única comunidade, que as duas associações – AMFT e ATTL - se puseram a revisar toda a história do acampamento, reunindo-se para discutir os conflitos vividos e reiniciar as relações de modo mais pacífico. O substantivo comunidade é requerido, também, pelo fato de que é utilizado com frequência para designar os conjuntos de famílias que convivem em um espaço rural – como os/as moradores de uma antiga usina, ou os/as posseiros/as que ocupam uma terra sem destinação, ou os/as ribeirinhos/as -, mas não apenas pelo seu uso corrente.

Necessariamente viriam a se tornar uma comunidade porque, compulsoriamente, passariam a lidar com o compartilhamento de recursos, ou melhor dizendo, bens, comuns: aqueles que não podem ser privatizados, como reservas, rios, nascentes. Em uma reflexão sobre esse princípio de necessidade elementar da convivência, Pierre Dardot e Christian Laval, os autores da obra “Comum – Ensaio sobre a revolução no século XXI” (2017) defendem a força da ampliação do debate sobre os bens comuns para que se promova a imaginação de novos ambientes comunais de socialização e para a reinvenção de outros. Em um sentido contra-hegemônico do ponto de vista das ideologias que predominam nas sociedades ocidentais, elaboram a tese de que é necessário que se (re)criem instituições, iniciativas, tecnologias sociais inovadoras, de comuns, para que se possa encarar e tratar as emergências que se impõem à humanidade nessa quadra histórica com a devida atenção (DARDOT & LAVAL, 2017).

No próximo tópico, apresentam-se dados e relatos sobre as condições em que as famílias entraram nos lotes e alguns dos desdobramentos experimentados. Em um ambiente de entusiasmo, mas também de incerteza, cada família assumiu seu pedaço de chão com o objetivo de trabalhar e produzir suas condições de existência a partir daquela terra. A proposta da Empresa Rural Comunitária foi esquecida, e tanto a escolha sobre o que produzir, quanto a estruturação dos equipamentos produtivos, como também o financiamento desses projetos individuais/familiares de produção, ficaram a cargo dos indivíduos.

### 3.1. Cada lote uma sentença

Os desafios “da porteira para dentro” ou

Temos a terra, e agora, somos livres?

Naquele ano de 2006, cada família se viu diante da realização do sonho de ter sua terra, como resultado de sua luta. Foram celebrados os Contratos de Concessão de Uso, os/as assentados/as começaram a se instalar nos lotes designados a partir do estudo e da delimitação da equipe da UFLA, e os créditos para instalação habitacional foram parcialmente distribuídos.

Conforme o relato de Maria, que chegou ao assentamento em 2007, depois que seus pais já tinham “entrado para o lote”, o que estava fixado para que cada família pudesse começar construindo uma casa ou estruturando as áreas produtivas era o valor de R\$14 mil. O valor entregue foi, por sua vez, de R\$7 mil para cada lote. Esse valor, presumivelmente, não era compatível com as necessidades de construção de casa ou instalação de estruturas produtivas nos lotes. Maria conta que a venda do único imóvel que sua família tinha na cidade foi fundamental para a permanência da família no assentamento, pois foi o que permitiu que fizessem suas cercas, construíssem minimamente uma casa para morar e começassem a organizar os ambientes produtivos no lote.

Segundo José, da AUTT, todos/as os/as titulares de lotes receberam inicialmente uma parcela de R\$2.400 para manutenção da família. Depois vieram outra de 2.400 para manutenção de novo e mais uma de R\$5.000 “para construir a casa”, segundo o INCRA. Indagados sobre a viabilidade realização desse objetivo com tais recursos, José e Nara até riram, e foi então que José disse que, se a pessoa “*não tinha dinheiro ou aquela cabeça de fazer as coisas, não dava certo*”. As verbas que vieram do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram essas. Depois veio o PRONAF, em 2008, e o casal começou com R\$20.000. Depois desse recurso, pegaram o PRONAF Mais Alimentos, que foi R\$60.000, então compraram gado e estruturaram a produção.

Trabalhavam até o ano de 2021 com gado de leite e de corte e, pelo perfil de uso da terra dessa cultura, que a propósito é incomum nesse assentamento, eles aproveitam todos os 15 hectares do lote e ainda alugavam pastos de vizinhos para alimentar seu

gado. Seu José faleceu no final de 2021, com um câncer que foi diagnosticado poucos meses antes de sua partida. Poucos meses depois, Dona Nara vendeu sua parte da propriedade para um enteado, que era vizinho da terra do casal, e voltou para a cidade com sua filha de dezoito anos.

Nesse sentido, cada família articulou como pôde as condições para fazer uso da terra. Muitos/as não tiveram condições de dispor de bens na cidade, pelo fato de não ter nenhum ou por não poder renunciar ao que tinham, para viabilizar a construção nas terras concedidas. Ocorreu ainda, portanto, de pessoas se instalarem em barracões por alguns anos, dentro mesmo do lote destinado. Nesse período, as dificuldades foram bastante significativas, ainda que tendo por base e comparação um período de sete anos em acampamento.

José foi talvez o mais preciso nesse ponto do relato, depois da pergunta se o casal pensava que as pessoas do acampamento estavam preparadas para os desafios que viriam, se tinham noção dos desafios para produzir, para construir a casa, além do mais imediato, que era conquistar a terra, e se expressou da seguinte forma:

*Não estavam preparadas, ninguém aqui tinha noção, esse conhecimento. Muita gente se perdeu nesse começo, vendeu o lote, antes...tem gente que vendeu o lote com pouco prazo, vendeu os lotes baratinho, uns R\$15.000, vendeu a terra dele e foi embora. Gente que não dava conta, porque não tinha dinheiro pra conseguir, ou às vezes **a pessoa não tinha aquela mente também de fazer as coisas**, e aí vendeu, **a maior parte - um bocado de gente vendeu no início. E tá vendendo até hoje, hoje tá pior ainda.***

Os grifos feitos são para analisar os trechos em destaque com maior profundidade, uma vez que são sinais de concepções importantes do interlocutor. No primeiro fragmento em destaque, José comenta que muita gente vendeu o lote porque não tinha dinheiro e porque não tinha “aquela mente de fazer as coisas”. Outro entrevistado, Edmilson, disse algo muito semelhante. Em algum ponto tratava de sua diferença de origem, de trabalhador urbano autônomo, com relação a outras famílias de assentados que tinham origem camponesa. Afirma que estes, quando chegaram ao assentamento, acharam que teriam alguma facilidade para produzir e viver do lote, mas o que aconteceu foi o contrário – muitos que tinham essas origens camponesas não resistiram às dificuldades para viver e produzir no assentamento e venderam seus lotes.

Edmilson, por seu lado, conta que manejou seus recursos equilibrando-se entre serviços como autônomo em manutenção de eletroeletrônicos na cidade e o trabalho de instalação de sua produção agropecuária; “deixou” o controle financeiro com sua esposa, que era aposentada da educação de Minas Gerais – na sua concepção, explicitada na entrevista, mulheres são mais responsáveis administrando dinheiro. A construção de seu raciocínio busca demonstrar que quem tem origem camponesa não necessariamente terá a experiência completa da responsabilidade, da iniciativa, do pensamento prospectivo e, portanto, a mesma capacidade de gestão - dos recursos e das dificuldades – que tem um dono de terra. Basicamente, em suas palavras, “o peão não é um administrador”.

Sobre esse tema levantado pelos interlocutores, “daquela mente de fazer as coisas”, Jessé Souza disserta na obra *Ralé Brasileira*, na Introdução - e colaboradores dessa pesquisa aproximam mais as lentes da análise no caso da educação - que crianças pobres não são instadas a fazer planejamentos, poupanças, adiar prazeres imediatos para acumular benefícios maiores ao longo tempo, a pensar e agir em nome do futuro, enfim, pois, de maneira muito simplificada, o futuro é por demais incerto. Já as crianças da classe média tradicional e das classes mais ricas são constantemente estimuladas a desenvolver esse raciocínio prospectivo, incentivadas pela possibilidade alta de um futuro promissor (2011).

Essa construção tem raízes epistemológicas em Pierre Bourdieu, quando faz uma crítica da educação reprodutora de distinções, desigualdades, e discrepâncias relacionadas ao capital cultural e intelectual acumulado desde cedo (2015). Tal análise é, aliás, antes mesmo de Bourdieu, inspirada no pensamento de Max Weber, para quem a posição de classe não é definida apenas pela renda familiar ou pelas posses, mas também pelas oportunidades de vida (WEBER, 1999).

Pierre Bourdieu, aliás, aborda o problema da posição de classe de modo sintético dos autores Marx, Durkheim e Weber. Sua forma de interpretar a problemática das classes sociais parece pertinente para o caso do assentamento Nova Tangará. Sua abordagem está inscrita em diversas obras, como *A Distinção* (2017) e *Economia das Trocas Simbólicas* (2015) - obra que organiza diversos escritos publicados em diferentes canais e organizada por Sergio Micelli para contribuir com o debate teórico

brasileiro. É também descrita de maneira sistemática por Louïc Wacquant no artigo “Poder Simbólico e Fabricação de Grupos” (2013), e defende que a existência, as fronteiras e o grau de coesão das classes sociais, tanto das classes dominantes quanto das dominadas, são produzidas de diferentes formas, reconstituídas, adequadas a determinadas conjunturas, e devem ser objeto de indagação, curiosidade, em suas características e limitações enquanto chaves explicativas.

Segundo Louïc Wacquant, Bourdieu avançou sobre as acepções de Marx, Durkheim, Weber e alguns outros autores sobre classes sociais e as melhorou. Ao invés de abandoná-las e elaborar nova conceituação, o sociólogo francês agrupou aspectos preciosos de cada uma delas e as atualizou, realizando uma abordagem sintética do conceito.

Deriva daí que a abordagem de classe feita por Bourdieu é genuinamente sintética em dois sentidos. Inicialmente, ela entretence tradições teóricas que, geralmente, são percebidas como antagônicas, se não incompatíveis, uma vez que retém a insistência de Marx em assentar a classe em relações materiais de poder, mas a remete aos ensinamentos de Durkheim sobre as representações coletivas e à preocupação de Weber com a autonomia das formas culturais e a potência do status como distinções sociais percebidas. Em seguida, e de forma relacionada, ela revoga a oposição perene entre concepções objetivistas e subjetivistas de classe, visões realistas para as quais a classe é uma entidade-coisa “lá fora”, e abordagens nominalistas, que a constroem como um conceito nativo ou uma ferramenta heurística do sociólogo. WACQUANT, 2013. p. 90-91

Distante da intenção de afirmar que a existência das classes sociais esteja em questão, o que se busca é retomar na análise do espaço social pesquisado a característica relacional e resultante de um trabalho de formação de grupos que as classes sociais têm. Ou seja, classe social não é uma informação sobre um(a) agente que a/o pesquisador(a) possa identificar como um dado bruto. Não é, pois, semelhante à idade da pessoa que responde à pesquisa, por exemplo, ou à quantidade de cabeças de gado bovino que são sua propriedade. Classe social tem existência relacional, e é constituída por duas camadas de objetividade, por assim dizer: a primeira, a da distribuição de propriedade e oportunidades; a segunda camada se refere às classificações e representações que a/o agente produz sobre o mundo, com base em um conhecimento prático que é típico de seu estilo de vida (WACQUANT, 2013).



captei que, ainda que houvesse um processo de educação popular relacionado aos desafios que seriam enfrentados a partir da entrada no lote, o grupo responsável por essa formação enfrentaria condições hostis. Em um primeiro momento, a barreira do letramento, do déficit generalizado de capital cultural e intelectual na população adulta mais pobre no final do século XX, na qual se encontrava o grupo acampado.

Num segundo plano de dificuldade, esse processo formativo passaria, em algum nível, por uma descontinuidade em relação às representações sociais dos sujeitos naquela comunidade recentemente criada, atravessando as referências anteriores. Um trabalho de afirmação propositiva, em busca de recompor o quadro de classificações para criar a possibilidade de organização de classe, ou ao menos uma identificação de pontos de partida e objetivos comuns no que se refere à organização do trabalho e da produção. Esse esforço seria necessário, com maior ou menor aprofundamento, para criar disposições a agir diferentes das antigas, convencendo da necessidade do trabalho coletivo para garantir a produtividade e, conseqüentemente, a renda e a dignidade das famílias.

Trabalho coletivo, em qualquer perspectiva organizacional, passa por coordenação, por instâncias decisórias que são vinculantes para todos os envolvidos, por metas de produção, socialização de custos, ganhos e prejuízos etc. Nesse contexto formativo, de recomposição das representações sociais e dos horizontes de expectativas, aquele conflito com a ideologia dominante do individualismo, somada à tese da propriedade absoluta da terra, teria vindo à tona da maneira mais expressiva. Isso porque ali, os sujeitos estariam sendo interpelados em seus sonhos, suas aspirações legítimas, em um ambiente formativo, mas também político, onde todos estariam em condições de igualdade na prática, já que ninguém ainda era dono de terra alguma.

Evidentemente, isso são apenas conjecturas contrafactuais; um processo pedagógico sistemático com esse objetivo não aconteceu no acampamento, de acordo com as respostas a essa pergunta específica nas entrevistas, e não é possível saber o que teria sido o resultado concreto dessa iniciativa. Interpretei, dentro do quadro de referências que conheço, que aqueles pontos de vista e argumentos conflitantes estavam presentes na maior parte das interações que presenciei ou nas entrevistas, mas expressos de forma diluída em falas e atitudes. Por seu lado, representantes do

MTL relataram terem buscado conversar acerca dos desafios da vida no lote, informar sobre outras lutas que vinham ocorrendo, mas seus relatos são acompanhados de algum tipo de ressentimento, talvez por sentirem que não foram “ouvidos” naqueles contextos de reuniões. Uma citação longa do relato de Rita, no segundo capítulo, denota bem esse sentimento.

A maioria dos titulares homologados para o Assentamento Nova Tangará viveu a maior parte da vida na zona rural, segundo o PDA da própria comunidade, feito pelo INCRA (2004), e ainda de acordo com a pesquisa por questionários que aplicamos no ano de 2023. Considerando as respostas dos questionários, são raros os indivíduos que têm origem rural e que viveram em terras da própria família. As condições de moradia variavam entre meeiros, arrendatários, caseiros, enfim, trabalhadores que tinham relações de moradia e ao mesmo tempo trabalho em terras alheias, de modo semelhante àquele com que Martins descreve a vida de trabalhadores das lavouras de café do fim do século XIX até aproximadamente a década de 1930, em “relações não-capitalistas de reprodução do capital” (2010). Todos esses contextos são desfavoráveis à formação de indivíduos com formação administrativa, ou mesmo com autonomia produtiva.

Nesse sentido, tenho uma concordância crítica com os dois interlocutores citados, que trataram desse assunto de maneira semelhante; apresento uma diferença de “valor”, apenas. Isso porque a forma como elaboraram seus raciocínios - mais Edmilson do que José, uma vez que esse último fez apenas um comentário sobre a disposição adquirida ou não para se saírem bem na administração do lote - denota uma avaliação crítica destes em relação àqueles que não lograram uma produção suficiente e satisfatória, como se coubesse a cada indivíduo reconstruir-se para se adaptar ao novo contexto de proprietário de uma terra e não mais de “peão”. Esse discurso justifica uma perspectiva meritocrática, sem considerar as condições econômicas, sociais, simbólicas que formam os *habitus*, as disposições de agir dos sujeitos, e suas estratégias de reconversão diante dos novíssimos desafios que se lhes apresentam.

Sem dúvida, quando chegam em um assentamento as pessoas passam por um período de compreensão do cenário e do contexto, e de adaptação em relação à nova

situação. Além desse entendimento inicial, e considerando o isolamento pelo qual muitos optaram, o distanciamento físico dos colegas do acampamento, e as dificuldades que se impunham a qualquer forma de organização coletiva da produção e/ou da venda dos produtos do lote no começo do assentamento, o aprendizado solitário pode ter sido custoso em demasia para alguns/as.

As dificuldades da organização coletiva relacionada à produção e venda a que me refiro têm a ver com a estruturação e organização do trabalho de produção no lote sem financiamento, sem crédito. Passaram-se mais de cinco anos antes que qualquer um na comunidade conseguisse acessar o PRONAF, por exemplo, segundo Carlos, da AMFT. Desse modo, organizar a produção a ponto de ter alguma previsibilidade e colocá-la à disposição de um grupo maior não era viável nos primeiros anos, a menos que a comunidade tivesse sido formada a partir desse princípio, pois, nesse caso, os lotes, os créditos iniciais, tudo teria sido distribuído em acordo com esse projeto coletivo de origem.

É consenso no campo das ciências humanas em geral, e da Sociologia em particular, com muitas diferenças de escala, que a autonomia que um sujeito tem diante de sua história e de seu contexto é relativa, nunca absoluta. Uma frase muito conhecida de Karl Marx, no primeiro capítulo d'O 18 Brumário de Louis Bonaparte (1969), tem justamente essa relação entre ação e estrutura no centro de sua elaboração: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Marx desenvolve, a partir dessa formulação sintética, a concepção de que o comportamento e a ação dos indivíduos são condicionados historicamente e socialmente pelos acontecimentos e contradições que ocorrem na sociedade em que vivem. Nesse sentido, e relacionando essa contribuição com o trabalho de campo em tela, há ideologias, tradições, forças sociais e instituições que limitam a expansão dos horizontes de possíveis dos sujeitos. Esses fatores são mais decisivos quanto maior for o desamparo social e econômico do grupo em questão. Isso porque, quando falta o pão, a carne, o teto, o remédio, dificilmente haverá condições objetivas e subjetivas para que os indivíduos avancem sobre a tradição “de todas as gerações mortas [que]

oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Será um trabalho hercúleo desenhar, a partir de suas referências e representações sociais, possibilidades históricas alternativas àquelas já sonhadas, desejadas e criadas, a partir de lugares sociais diferentes dos seus, de modo a cercear sua liberdade de pensar e agir.

Essas novas possibilidades históricas têm tido menores chances ainda de ocorrerem quando falta a esse grupo um suporte público, não só de crédito, como de assistência técnica, formação técnico-científica. Um suporte público que abriria espaço de ação e de elaboração a movimentos sociais que atualmente, devido à precariedade das políticas públicas de reforma agrária, são devidamente compreendidos como agências de mediação (MARTINS, 2004), realizando boa parte do serviço do Estado nessa matéria, e não necessariamente como forças coletivas criadoras e propagadoras de alternativas.

Desse modo, a tradição da terra como propriedade absoluta, que passou a ser um valor não apenas econômico, mas também simbólico desde a Lei de Terras de 1850 - conforme a elaboração de José de Souza Martins n’O Cativo da Terra -, e suas consequências à mentalidade dos que são assentados atualmente na reforma agrária brasileira, são notórias. Com essa lei de 1850, mesmo ano e mesmo mês do fim do tráfico negreiro, a terra se tornou cativa dos antigos senhores de escravos e aqueles não-proprietários tornaram-se servos dos primeiros, no que Martins chama de “problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção” (2010).

O anseio pela liberdade, que é traduzida na propriedade privada da terra arduamente conquistada, para os trabalhadores das lavouras de café do início do século XX (MARTINS, 2010), para os moradores dos engenhos da metade do século passado (GARCIA, 1989), e para os assentados da reforma agrária do século XXI no assentamento Nova Tangará, tem sido uma barreira significativa a projetos coletivos mais amplos de organização da vida social e produtiva no PANT. Especialmente formulações como a Empresa Rural Comunitária, que se propunha, desde o acampamento, como empreendimento radicalmente coletivista.

Por outro lado, o real não é unidirecional, não existe “um fio” que se possa “puxar” para compreender tudo – não há um único novelo, mas sim vários, amalgamados, inseridos na história em momentos diferentes. Em função do tempo limitado de

qualquer trabalho acadêmico atualmente, faz-se necessário tomar decisões sobre a direção para a qual se olha com mais atenção para investigar, e em alguns casos esse olhar direcionado é tratado como a apreensão do que precisa ser entendido. A intenção, porém, é que aqui se possa estudar o fenômeno das transformações sociais no assentamento em busca de captar suas contradições e complexidades.

Propostas e iniciativas de recomposição das experiências coletivas têm se engendrado, avançando sobre a vicinalidade das relações camponesas mais convencionais (WOORTMANN, 1990). Esse fenômeno, porém, acontece de formas inusitadas para os padrões institucionais dos movimentos sociais, adaptadas ao perfil da comunidade e principalmente das lideranças das organizações, como a AMFT e a Cooperativa. Trato dessas estratégias de produção e reprodução inovadoras de algumas famílias, com a criação de disposições de ação em direções diferentes das que são conhecidas e reproduzidas em maior medida no assentamento, e de algumas mudanças sociais já percebidas, na próxima seção.

### 3.2. As decisões isoladas e os impactos comuns

Como vinha tratando, há situações em um assentamento rural de reforma agrária que têm a comunidade como imprescindível, tais como o compartilhamento dos bens naturais que já citei, mas também as relações de confiança entre vizinhos/as que permitem a uma família sair e deixar o lote sozinho por algumas horas, ou mesmo dias, a depender do grau de proximidade e solidariedade que se estabelece; as redes de distribuição de água potável para vários lotes a partir de poços artesianos; a manutenção de estradas vicinais; a compra conjunta de insumos como fertilizantes etc. E a clareza sobre tal interdependência se fez presente em todos os diálogos, individuais ou coletivos, que tive a oportunidade de travar ou de presenciar. Por isso as preocupações eram visíveis em suas expressões quando tratavam das dificuldades para permanecer na terra ou das vendas dos lotes, que em 2021 vinham crescendo.

Em relação a isso, outro trecho destacado na citação da entrevista de José é “*a maior parte – um bocado de gente* vendeu [o lote] no início”. O interesse por analisar esse pequeno trecho em particular está associado à forma como foi dito e desdito, algo que fica mais claro no áudio. O entrevistado disse primeiro “a maior parte”, parou e

desdisse, reformulando para “um bocado de gente”. O ponto aqui não é se José sabia exatamente a proporção de assentados/as que venderam seus lotes antes mesmo da titulação; o mais interessante foi captar a *impressão* que ele teve nesse contexto. Da forma como construiu e desmontou o raciocínio, parece ter tido uma impressão forte de que muitas pessoas venderam os lotes nos primeiros anos do assentamento, mas também não queria se comprometer ou implicar à comunidade tamanha problematização. Disse ainda que “hoje” isso está pior. Esse “hoje” tem o marco inicial na titulação definitiva dos lotes, no ano de 2018, conforme fica claro mais à frente na entrevista.

Essa propriedade (Titularidade de Domínio) da terra em assentamento de reforma agrária, embora fosse um desejo da maior parte das famílias no acampamento, ensejou também a abertura de um dilema: quando se tem o título da terra, pode-se vendê-la, ou perdê-la de diversas formas - inclusive vendendo o lote e não logrando boas condições de vida depois disso. A titulação, que foi o objeto de concentração com relação à reforma agrária desde o governo Temer até o governo Bolsonaro<sup>16</sup>, promove a devolução das terras para o mercado. Considerando as condições precárias em que boa parte das famílias ainda vivem nos assentamentos, é até mesmo esperado que vendam seus lotes para garantir a reprodução social da família. Nos últimos anos este, a venda dos lotes, tem sido um motivo de inquietação no assentamento Nova Tangará, segundo os/as interlocutores/as deste trabalho: falava-se em desmonte do PANT. E era uma preocupação comum a todos/as porque, por mais que todos tenham sido titulados, e que vender a terra toda ou uma parte dela seja uma escolha de cada família em seu lote, essa decisão impacta toda a comunidade de diversas maneiras. Em 2021, parecia haver uma certa desolação em relação ao curso da vida social no assentamento.

Há diversos recursos-bens que são comuns no assentamento. A água e as reservas são os mais evidentes, mas as estradas, o ar e tudo que se propaga através deles

---

<sup>16</sup> Jair Bolsonaro, em 2022, alegrava-se em declarar que seu governo tituló 350 mil famílias de assentados/as da reforma agrária. Afirmava que a reforma agrária feita pelos governos anteriores, “todos comunistas”, desde Sarney, tinha sido feita pela metade, pois, a maior parte dos lotes de assentamentos ainda eram do Estado, e os/as assentados/as estavam sob a ordem da Concessão de Uso e ainda não eram proprietários/as.

são também compartilhados. Nesse sentido, ao se venderem os lotes que foram planejados para serem individuais, com uma estrada passando na porta de cada um, por exemplo, e transformá-los em chácaras de 2 a 5 hectares, acontece uma mudança importante na configuração socioespacial do assentamento. Essas chácaras recém-formadas muitas vezes são utilizadas como casas de veraneio, onde se instalam piscinas, realizam-se churrascos aos fins de semana, ouve-se música alta, chegam pessoas convidadas. Nessa situação, as perspectivas de previsibilidade, de reconhecimento das pessoas que circulam nas estradas e através dos lotes, de tranquilidade, enfim, na perspectiva de uma comunidade rural camponesa convencional, tornam-se progressivamente mais distantes.

Em 2021, todas as entrevistas tinham relatos de que muitas famílias têm vendido lotes inteiros, ou partes deles, o que é mais comum, nesse modelo de chácaras. A preocupação com a integridade do assentamento enquanto uma comunidade de agricultores familiares era patente. Um dos principais fatores desse processo que se acentuou recentemente está associado à titulação, claramente, que tem como maior diferença em relação à CCU justamente a legalidade da venda do lote. Há outros fatores, contudo, como o de que a faixa de idade mais frequente dos titulares de lotes do assentamento é de pessoas que já têm mais de 50 anos de idade, conforme a pesquisa feita por questionários no assentamento. Em 2023, o assentamento faz 20 anos, e muitos dos que já eram adultos com filhos no final dos anos 1990 tinham então, já em 2021, seus descendentes fora do assentamento, realizando outras atividades ou mesmo atuando como trabalhadores da agropecuária, mas em funções distantes do lote da família.

Ainda tratando da venda dos lotes, finalmente, vimos placas de venda de lotes de 1 hectare, e os/as entrevistados/as também falaram nisso, porque nesse modelo a venda cria um problema mais complicado no nível institucional para o assentamento: para que uma propriedade seja considerada rural em Uberlândia, ela precisa ter no mínimo 2 hectares; considerando essa regulamentação, em alguns anos haverá lotes urbanos no meio de uma comunidade rural no PANT.

Pensando sobre a relação entre idade dos titulares e venda dos lotes, é provável uma maioria de titulares dos lotes com idade acima dos 50 anos, com seus/suas filhos/as

já adultos/as vivendo em outras propriedades ou mesmo na cidade, sem perspectiva de retornar para passar pelo ciclo da sucessão. Posso afirmar algo assim com alguma tranquilidade porque estive no assentamento em algumas reuniões, nas quais quem participava era em geral um público acima de 50 anos – a diretoria da cooperativa, em que quase todas são mulheres, é uma parte importante do público com menos de 50 anos nas reuniões.

Em uma dessas ocasiões, quando estive no assentamento para aplicar os questionários da pesquisa, ouvi, no momento da leitura de questões de escala de preocupação sobre a perspectiva destas pessoas com relação à sucessão no lote<sup>17</sup>, veio um primeiro comentário: *“iiih, morreu vendeu”*, e no jogo comum em grupos sociais assim, com alguma familiaridade entre os participantes, outro replicou *“morreu?! Fica doente pra você ver!”*, ao que se seguiram risadas e assentimentos em concordância. Essa situação foi muito importante para minha apreensão deste fenômeno, a ausência de um processo de sucessão no assentamento. Entre aqueles participantes, pelo menos entre os mais vocais, estava implícito que a próxima geração não desejaria assumir os lotes. Nas entrevistas individuais, somente em um dos casos a entrevistada garantiu que uma de suas filhas tinha sim o desejo de permanecer e trabalhar no lote da família.

As terras foram tituladas em 2018, e quando estive no assentamento fazendo as primeiras entrevistas, no primeiro semestre de 2021, todos/as os/as interlocutores/as me pareceram descrentes com relação ao destino da comunidade do assentamento. Falava-se em projetos coletivos que não deram frutos, em desmanche do assentamento.

A pandemia de COVID-19 pode ter sido um importante fator gerador de desânimo e desolação, mas também eram relevantes as dificuldades com relação ao crédito, à capacidade de geração de renda nos lotes e ao descolamento dos/das jovens em

---

<sup>17</sup> Questão 41) Numa escala de 1 a 5, o quanto a relação das próximas gerações (crianças e jovens) com a terra te preocupa?  
Questão 42) Numa escala de 1 a 5, quanto te preocupa o destino de sua família e da terra que

conquistou?



relação à terra e à atividade agropecuária em conjunto com seus pais. Não há escolas próximas e a maioria desses/as crianças e adolescentes precisavam passar os dias escolares na cidade e voltar apenas aos finais de semana. Além disso, pelo fato de não haver perspectivas de trabalho bem remunerado na roça, o relato comum a todos/as que ouvi é que os jovens não querem ficar na terra.

Uma questão que não pude investigar, mas que desperta curiosidade, é se os filhos dos titulares dos lotes confirmariam que não querem ficar na terra e querem vendê-la imediatamente quando for possível, como seus pais relatam, ou se, por outro lado, percebem pouca margem de ação para se realizarem como sujeitos e como profissionais naquele espaço. Paulilo (1987) demonstrou, no texto “O peso do trabalho leve”, que jovens e mulheres são mais abertos às inovações tecnológicas de todos os tipos, inclusive na perspectiva das tecnologias sociais, como a agroecologia, que vem sendo retomada nas práticas produtivas camponesas.

A partir da interação com comunidades tradicionais e do esforço das mulheres pela conversão das pequenas propriedades a essa atividade, que tem uma estrutura hierárquica mais horizontal e envolve saberes mais diversos, tornando praticamente inviável o protagonismo de uma única pessoa na produção, a agroecologia vai arrebanhando adeptas/os. Inclusive nas conversas e nos eventos dentro do assentamento Nova Tangará, recebi respostas da presidenta da cooperativa nesse sentido, e notei em outras atitudes esse desejo pela conversão da produção. Na entrega do trator, com a deputada, a cooperada indicada para representar o conjunto dos/as cooperados/as foi uma assentada de outra comunidade, do Assentamento Dom José Mauro, que falou longamente sobre seu diferencial, que era justamente a produção agroecológica.

### 3.3. As contradições da reforma agrária “por demanda”

Até aqui explorei algumas das características da vida social, dos conteúdos da autonomia individual dos proprietários e suas adversidades, e da autogestão pela cooperativa com suas conquistas, tais como vi representadas no assentamento.

Acredito que, para tornar o cenário mais claro, seja importante tratar mais detidamente de três contradições que se apresentam no processo de reforma agrária

tal como tem sido feito no Brasil e que, particularmente estas, têm uma influência importante na comunidade do assentamento Nova Tangará. São incompatibilidades entre os objetivos comumente supostos de uma reforma agrária – redistribuição de terras, desconcentração fundiária, estabelecimento de condições para que quem quiser possa trabalhar, produzir e viver dignamente da vida no meio rural - e os desdobramentos dessa iniciativa tal como tem sido conduzida no Brasil, que vão em direções opostas, e que a história e o cotidiano do assentamento revelam e metabolizam, gerando impasses políticos e sociais.

Diversos autores exploram os assuntos de que trato aqui, como os já citados no primeiro capítulo Fidelis Jr (2014), Bernardo Fernandes (2014), Guilherme Delgado (2014), mas penso que o espaço de tempo que existiu entre a última grande leva de assentamentos de reforma agrária, que foi nos governos Lula, a avaliações desses autores, e as turbulências e crises vividas na conjuntura brasileira entre 2015 e 2023, trazem mais elementos de complexidade para a necessária análise da reforma agrária tal como realizada.

Sobre as crises vividas nos últimos anos, foi um período marcado pela necessidade e urgência de impor limites à destruição das políticas públicas e das instituições que se constituíram e se fortaleceram ao longo de todo o período de redemocratização do país. Todo o debate em torno da formulação, da avaliação e da reformulação necessárias em diversas áreas, inclusive na questão agrária, foi interdito pelas circunstâncias de ataque às mínimas conquistas de até então. O novo momento que passamos a viver no ano de 2023 talvez seja uma oportunidade para que as análises possam se aprofundar em problemas mais específicos, como o da relação entre propriedade e autonomia/liberdade em um assentamento rural da reforma agrária.

Nesse sentido, de exercitar a reflexão crítica sobre um fenômeno tão complexo quanto os assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, ambas as circunstâncias que chamo de contradições se dão pela falta de um plano nacional de reforma agrária. Planos que já foram elaborados, como tratei no primeiro capítulo, articulando vigilância trabalhista, ambiental e produtiva, com rigor na aplicação do regramento acerca da função social da terra; levantamento de demandas por terras a partir do Estado e definição de áreas prioritárias para a reforma agrária; e ainda criando atribuições novas na arquitetura institucional pré-existente para promover a

assistência técnica, estruturação da produção e da agroindústria nos assentamentos, promovendo também o escoamento da produção (BRASIL, 1964; BRASIL, 1988; MEDEIROS & STÉDILE, 2023).

Leonilde Medeiros, na palestra com João Pedro Stédile, chama atenção para uma contradição elementar que restava sem tratamento então, quase 20 anos após ter sido publicado o II PNRA: lá se retomava o objetivo de criar áreas reformadas, ou seja, com um elemento planejador; por outro lado, o instituto da desapropriação para reforma agrária, que vinha sendo utilizado desde o fim da década de 1970 permanecia como o principal instrumento para a obtenção de terras. A contradição que a autora identifica aqui é que desapropriação não é por área, é feita terra por terra, em processos bem diferentes do que precisaria ser mobilizado em nome das áreas reformadas prioritárias.

Nesse sentido, ainda que tenham sido feitos planos, o I PNRA de 1985, liderado por José Gomes da Silva, e o PNRA 2, liderado por Plínio de Arruda Sampaio, tudo que constava nos Planos não se estruturou como políticas públicas, diferentes das que já vinham sendo praticadas “no varejo” desde o fim da ditadura, nos anos 1970. Ou seja, os elementos do planejamento no tempo e no espaço, das áreas prioritárias para serem reformadas, e dos recursos financeiros e humanos a serem disponibilizados para a reforma agrária, não tiveram consecução prática.

As contribuições que faço aqui são patrocinadas, portanto, pelas reflexões desta e de outros autores envolvidos com o tema. A primeira contradição destas de que trato especialmente sobre o meu estudo de caso foi percebida quando entrei em contato com as dificuldades que a comunidade do PANT passa em relação à água. Soube, nesse mesmo contexto, que muitas outras comunidades vivem circunstâncias de escassez hídrica semelhantes ou mesmo piores do que as desse assentamento (NEDER, 2012).

Em resumo, uma vez que a regulação ambiental não é acompanhada de vigilância e controle suficientes, muitas propriedades de grande porte exploram bens naturais à exaustão sem que isso gere uma justa aplicação de multa e/ou obrigatoriedade de reparações ambientais – ou ainda desapropriação para reforma agrária, uma vez que uso ambientalmente responsável dos recursos naturais consta entre os critérios de

cumprimento do preceito da função social da terra, segundo o Estatuto da Terra. Quando essas terras, que não cumprem sua função social, justamente por serem predadoras ambientais, são finalmente descobertas por movimento social, como o MLST-MTL, e a desapropriação para a reforma agrária acontece, quem ficará com os custos dos passivos ambientais de responsabilidade dos antigos proprietários? Os/as assentados/as, que chegaram depois da depredação ambiental feita - e talvez também por ela -, que são pobres, precisam lidar com a herança das limitações da terra. Já os antigos proprietários terão sido indenizados com Títulos de Dívida Agrária em valor de mercado, e com dinheiro, pelas benfeitorias na propriedade.

Na entrevista com Rita, representante da ATTL e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, o assunto da escassez hídrica surgiu e captei uma visão crítica e pouco otimista com relação ao futuro do assentamento. Diferentemente de representantes da AMFT e da Cooperativa, tratou a questão ambiental do assentamento como um assunto urgente. Enquanto os/as demais entrevistados/as diziam que as adaptações necessárias para a manutenção das nascentes e dos cursos d'água já tinham sido feitas, ela dizia que não, que os mesmos problemas do começo ainda ocorriam em 2021: *“O pessoal compra mais gado que poderia com a terra que tem. Aí cria o gado à larga, o gado vai na reserva”*.

Rita também comentou que a preocupação ambiental não é uma prioridade para a maior parte das pessoas, nem no PANT, nem em outros que visita pelo MTL. Sobre a água, recorda que já era um problema desde a chegada na terra, mas que tem piorado. Afirma que faz 3 anos, aproximadamente, que a água tem ficado muito escassa. Indagada sobre quais seriam os motivos que ela encontraria para essa situação, respondeu que há muitos poços artesianos, que chegam aos lençóis freáticos, e que isso tem explorado sobremaneira esse bem natural. Para exemplificar o que dizia, fez o seguinte relato: *“eu tenho uma cisterna e a minha cisterna de primeiro em 2 dias ela enchia mais de 12 mil litros; agora ela gasta uns 4-5 dias para tirar esse tanto de água. Porque já tá prejudicando os lençóis, as nascentes”*.

Por outro lado, captei em reuniões de que participei, como em um curso introdutório de produção de queijo minas artesanal, um interesse genuíno das pessoas em permanecer na terra, mesmo frente às dificuldades estruturais em realizar esse desejo. Esse empenho se expressou em 2023, em uma fala que, à primeira vista,

poderia parecer pragmática ou despolitizada, ao dizer que a história do assentamento era passado, que não importava, que importava sim olhar para frente, para logo em seguida cobrar da servidora da prefeitura municipal o retorno dos envios de calcário para corrigir o solo. Essa e outras intervenções neste mesmo sentido podem ser compreendidas, por outro lado, como o desenvolvimento de novas disposições de agir sobre a realidade, um novo *habitus* como resistência à tendência de “desistir”, essa reforçada pelas circunstâncias da conjuntura e da própria ideologia individualista dominante (HOWARD, 2002).

Interessante como as contribuições de Rita e desse último membro da comunidade citado se relacionam. Ela afirmou que o problema da água, que já era importante quando entraram para os lotes, ficou pior nos últimos anos; ele disse que a história do assentamento não importava porque, inadvertida e indevidamente eu, que estava ali com a tarefa de aplicar os questionários e observar, intervim em sua fala - quando disse que “*a terra da Nova Tangará é a pior terra da região, do Brasil, talvez do mundo*”. Afirmei que essa baixa qualidade da terra era um passivo ambiental da plantação de eucalipto, que deixa a terra com um importante déficit hídrico, e que estava ali antes do assentamento; e então, considerando esse histórico, defendi que seria importante que se discutisse o papel das autoridades federais também, talvez com uma contribuição indenizatória pelos passivos que a comunidade enfrentou desde seu início.

A segunda contradição é a forma de aglutinar um grupo suficientemente grande em torno do movimento pela ocupação e acampamento em terras privadas para exigir reforma agrária. A ideia de que as famílias contempladas terão cada uma o “seu pedaço de chão” é a imagem que os movimentos sociais mais utilizam para convencer trabalhadores/as - que enfrentam cotidianamente serviços informais e mal remunerados em nome do dinheiro que garantirá a sobrevivência da família, em favor da ocupação. Importante destacar que esses/as trabalhadores/as em geral não tinham no seu horizonte de possíveis, antes de conhecer o movimento, uma disposição a ocupar uma fazenda particular – esse não é o *habitus* de classe mais comum entre os trabalhadores mais precarizados do capitalismo (SIGAUD et. al., 2008; BOURDIEU, 2021b).

Eles/elas se lançaram na ocupação e no acampamento assumindo riscos diversos, tais como: 1) de seguir orientações tidas no senso comum como contraventoras, emanadas de pessoas mais ou menos desconhecidas; 2) de ter dificuldades de sustentar familiares em um novo contexto imprevisível; 3) de sofrer violência, que pode ser uma das reações dos proprietários da fazenda ocupada ou da própria polícia; 4) de ser expulso/a da propriedade e precisarem retornar aos serviços anteriores, talvez em condições ainda piores.

Considerando os relatos ouvidos sobre esse momento, sobre os anseios que os motivaram, e considerando também que os/as ocupantes conheciam todos esses riscos, pode-se depreender que essa chance de conseguir uma terra - para viver, trabalhar com dignidade e assegurar condições de vida melhores para suas famílias - foi apanhada como uma boia de salvação e, com sucesso, um horizonte promissor diante das formas de vida, das sociabilidades, que se faziam possíveis na cidade para aquelas pessoas.

Ou seja, a despeito da concepção socialista ou no mínimo coletivista do movimento social MTL, seus militantes faziam o trabalho de base - das reuniões com interessados/as em conquistar uma terra em associações em bairro - com um discurso diferente de seus valores fundamentais. Não por qualquer questão moral, mas por terem consciência da mentalidade e dos valores mais comuns na sociedade, por extensão presentes também entre os grupos periféricos que esse movimento buscava convencer da luta. O capitalismo em geral e o capitalismo brasileiro em particular socializa todos e todas em uma ideologia que atribui enorme valor à propriedade privada da terra.

Mitidiero (2002) tem uma análise que dialoga com essa, a partir de outro ponto de vista, demonstrando que o discurso das lideranças de base do MTL era idêntico ao conteúdo mais típico da argumentação do MST. Naquele momento do final dos anos 1990, com caráter reformista, fiéis aos dispositivos da legislação fundiária brasileira, as lideranças do MTL não pregavam revolução socialista nas reuniões de arregimentação e convencimento do grupo que faria a ocupação. Fosse pelo passado de muitas delas no MST, fosse pela palatabilidade do discurso, a defesa era de que todo trabalhador deveria ter sua terra para viver, trabalhar e criar sua família dignamente (MITIDIERO, 2002).

Tendo isso em vista, o movimento também reconhecia que mobilizar centenas de pessoas em torno da ocupação e do acampamento é tarefa elementar para conseguir a visibilidade e a força política necessárias para negociar com o Estado a desapropriação de uma fazenda avaliada pelo movimento como improdutiva. Diante disso, o grupo tem diante de si duas possibilidades discursivas para avaliar e escolher. Reunir um grupo grande assim em condições de incerteza e insegurança, em nome da conquista de uma terra para cada família, já é uma tarefa desafiadora, ao mesmo tempo que contraditória com os valores e interesses do Movimento.

Já a outra possibilidade, de se aglutinar centenas de pessoas em nome do objetivo coletivo de criar um assentamento como agrovila, onde ninguém será dono/a – mas algumas pessoas serão dirigentes -, ou mesmo um assentamento com lotes pequenos de propriedade das famílias e uma grande área comum, na qual todos/as trabalharão em torno da proposta de uma Empresa Rural Comunitária, é mais difícil. Ainda que coerente com os princípios do movimento, e legal diante do regramento brasileiro da reforma agrária, essa última possibilidade é inviável diante do tempo disponível para a formação e o convencimento das pessoas no trabalho de base e da ideologia individualista e privatista profundamente enraizada nas mentalidades.

O tempo do trabalho de base é curto porque o movimento corre um risco de que a informação de qual fazenda será ocupada, em que dia, saia do controle dos/as dirigentes, e vaze. Esse risco, de propagação da informação crucial, e da perda do elemento surpresa, torna-se maior à medida que o período entre a tomada de decisão e o dia da ocupação aumenta. Conforme Lucimeire Cardoso descreve em sua dissertação de mestrado sobre o caso do assentamento cuja ocupação foi dirigida pelo MTL, o movimento mantinha o segredo sobre o dia e o local da ocupação até o dia – a noite, mais precisamente - da ocupação. Havia rumores na cidade de Tupaciguara, onde foi feito esse trabalho de campo sobre o Assentamento Fazenda São Domingos, semanas antes da ocupação da referida propriedade, mas os boatos eram incertos, uma vez que o movimento vinha realizando vistorias em cinco propriedades da região, sem publicizar em nenhuma conversa aberta qual seria a escolhida (2012).

No caso da Fazenda Tangará, ela vinha sendo vistoriada ao mesmo tempo que outras três propriedades suspeitas no município de Uberlândia, e esse período de vistorias

e construção do grupo a ocupar durou aproximadamente um ano – com o trabalho de base sendo feito em bairros diferentes das periferias da cidade, ao longo dos últimos meses desse ano –, segundo Edmilson em conversa posterior à sua entrevista de 2021, por Whatsapp.

E por que o vazamento dessa informação seria uma preocupação, se a ação é legítima e legal do ponto de vista constitucional? Porque donos das terras a serem ocupadas têm seus meios de inviabilizar a ocupação e talvez a própria continuidade do movimento em um determinado território. Tanto com instrumentos de coação física, como ameaças, atentados, sequestros, assassinatos, quanto com estratégias de deslegitimação, criminalização e desgaste do movimento que coordena os esforços da ocupação, os proprietários de terras que não cumprem função social sabem dessa situação que é sua responsabilidade, e de posse da informação da data e do local da ação, podem se antecipar de diversas formas.

Somados esses fatores: a construção da disposição à ocupação para obter terras como um horizonte de possíveis, como solução à precariedade da vida na cidade (SIGAUD et al., 2008); a percepção da propriedade privada da terra como valor social da maior relevância (DELGADO, 2014; FIDELIS JR, 2014); a necessidade de aglutinar um grupo grande o suficiente para que não possa ser ignorado política e midiaticamente; enfim, os desafios de uma formação político-ideológica e simbólica de envergadura e profundidade suficientes para converter *habitus*, ideologias e mentalidades de sustentação do capitalismo no tempo do trabalho de base, forma-se um caldo político-cultural complexo e contraditório.

O movimento cria um programa e forma a militância em uma direção, no caso do MLST-MTL, socialista, mas encaminha as reivindicações e bandeiras dentro do possível. Constroi um grupo que em sua maioria deseja que a conquista se dê em outra direção para conseguir a desapropriação e o assentamento nos marcos da reforma agrária por demanda do Brasil.

Esses movimentos, que José de Souza Martins (2004) define como agências de mediação, fazem um trabalho multidimensional, estudando documentos e vistoriando propriedades suspeitas de serem elegíveis à desapropriação por reforma agrária, organizando os/as interessados/as e a estrutura das ocupações e acampamentos,



representando e defendendo o acampamento diante da opinião pública, dos agentes públicos e da justiça. Entretanto, essa é a terceira contradição que considero fundamental discutir nesse trabalho, sofrem um desgaste político demolidor em função do assédio judicial e midiático sobre sua coordenação. No caso em tela, dirigentes do MTL foram indiciados, julgados e condenados à prisão. Não permaneceram presos, já que contavam com a defesa de uma boa equipe jurídica, mas seus nomes e suas histórias foram depreciados diante de todos/as que eram seus/suas conhecidos/as e aliados/as nas reivindicações pela reforma agrária<sup>18</sup>.

O movimento coordenou a ocupação de outras fazendas, liderou outros acampamentos, e tem no caso Nova Tangará uma conquista muito importante, segundo o relato da coordenadora da ATTL no assentamento, pois foi capitalizada favorecendo que organizassem mais ocupações e tivessem outras vitórias; enfim, o trabalho no caso “cacifou” o Movimento como liderança na luta pela terra na região. Por outro lado, o MTL não pôde continuar o trabalho de formação e convencimento em torno da organização coletiva e suas vantagens no PANT. E isso se tornou impossível em grande medida por conta da execração pública que seus líderes sofreram e das desconfianças e cisões que essa depredação de sua imagem gerou. Não detinha a maior parte dos lotes sorteados sob sua influência, perdeu associados

---

<sup>18</sup> Este trabalho não teve o objetivo e nem teria tido condições objetivas de realização de qualquer investigação criminal, ou algo que o valha, como uma avaliação moral, a respeito do mérito do julgamento dos dirigentes condenados. No contexto brasileiro, da reforma agrária como foi feita, de todas as suas dificuldades e contradições, aliás, fazer especulações nesse sentido é despropositado. Havendo ou não ilegalidades da parte das coordenações dos movimentos, a reação dos proprietários de terras ocupadas, da maior parte da mídia hegemônica, e da maior parte dos agentes públicos, é semelhante. Para efeito de ilustração, João Pedro Stédile, em entrevista recente ao canal do UOL no Youtube (2023), informou que, graças ao aprendizado respeitoso e produtivo que tiveram com lideranças de movimentos de luta pela terra que vieram antes de sua fundação, o MST não funcionava com militantes posicionados em funções individuais, como presidente, tesoureiro, por que se os tivessem eles seriam assassinados muito rápido. Nesse sentido, a despeito do que os dirigentes possam ter feito no caso Tangará, os julgamentos prévios e jurídicos teriam sido feitos de qualquer modo, e ainda que não tivessem havido, o objetivo principal aqui não é “passar a limpo” a história, encontrar “a verdade”, mas tratar das condições de vida e das mudanças sociais que foram percebidas no trabalho de campo à luz dos estudos teóricos apresentados.

ao longo dos primeiros 5 anos do assentamento, e passou mais de 10 anos “em baixa” naquela comunidade.

No maior assentamento criado na cidade, a partir de sua articulação, o MTL era tido como uma liderança ostracizada quando fiz minhas primeiras incursões de campo. A situação começou a mudar no fim de 2021, quando o Movimento colaborou com a cooperativa no pleito e na conquista de uma emenda parlamentar que beneficiaria a comunidade um trator.

Tive a oportunidade de acompanhar, nas conversas que tive com o pessoal das associações e da cooperativa, as tratativas relacionadas a essa emenda, e notava muita esperança e ao mesmo tempo algum receio de que não tivesse bom termo nas conversas com Maria, da COOPERTANG, e ao mesmo tempo alguma descrença nas falas de Carlos e Edmilson a respeito dessa possibilidade. Felizmente, a emenda deu certo, e presenciei a reunião e o momento da entrega desse trator, pela Deputada estadual Andreia de Jesus, com mediação da EMATER. Nesse evento e em alguns posteriores, pude perceber uma retomada do protagonismo do MTL no cenário político do assentamento, conforme as imagens a seguir ilustram. A bandeira do Movimento ao centro, a disposição das pessoas presentes em ouvir o líder do MTL no Assentamento. Posteriormente, em outra assembleia de que pude participar, o mesmo Leandro, representante do Movimento, finalizou a reunião com um convite à organização da luta pela reforma agrária em conjunto com outros movimentos na cidade, assim como fez uma reflexão livre acerca do poder e da “essência” da mulher – aproveitando o ensejo de que a assembleia ocorria no Dia Internacional da Mulher, 8 de março.



Figura 9: Cerimônia de Entrega do Trator, em 23 de setembro de 2021. Diretoria da COOPERTANG, produtos de cooperadas/os; ao fundo, o banner da Cooperativa e a bandeira do MTL – posicionada em enquadramento privilegiado. Data: Foto: Inaê S. de Vasconcellos.



Figura 10: Cerimônia de Entrega do Trator, em 23 de setembro de 2021. Deputada Estadual Andreia de Jesus. Bandeiras do PSOL, da COOPERTANG e do MTL ao fundo. Foto: Inaê S. de Vasconcellos

Esse momento da cerimônia da entrega do trator foi, em minha visão, um divisor de águas na história do assentamento. Não foi um raio em céu azul, evidentemente, e a COOPERTANG precisou demonstrar um acúmulo de serviços e melhorias para a comunidade na chamada pública de projetos para pleitear a emenda parlamentar de

Andreia de Jesus, e logrou sucesso justamente por ser uma organização competente e eficaz em diversos aspectos. Ou seja, a Cooperativa do assentamento tem sido um ambiente de mobilização e de mudanças sociais no PANT, e essa cerimônia foi o divisor de águas porque todos/as os que estiveram lá puderam presenciar um dos resultados de todo trabalho ao longo dos anos de 2016 a 2021. Nesse sentido, essa organização saiu fortalecida na configuração sociopolítica da comunidade, assim como o MTL, que contribuiu no caso do trator, e garantiu uma espécie de reposicionamento político e aumento de seu prestígio naquele território.

Interessei-me por uma ausência específica, sobre a qual tratei em capítulo anterior; ao mesmo tempo que o MTL voltava à cena, outra liderança importante, o coordenador da AMFT, não estava nessa cerimônia. Todos/as os/as oradores na ocasião - exceto a deputada, que não o conhecia - lembraram e agradeceram por todas as suas contribuições à comunidade em geral e à cooperativa em particular. Carlos foi um dos idealizadores e fundadores da COOPERTANG.

Em uma oportunidade posterior, no primeiro semestre de 2022, estive no assentamento novamente, encontrei seu Carlos na sede da Cooperativa, que era também sede da Associação que dirigia. Nos eventos de 2023 que presenciei, entretanto, não encontrava mais esse interlocutor naquele local, que centralizava praticamente todos os eventos do assentamento. Perguntei a algumas pessoas conhecidas nas reuniões de que participei, no início de 2023, sobre o que teria acontecido com este agente importante do assentamento, que não era mais tão frequente nos encontros, mas não recebi nenhuma resposta substantiva, apenas evasivas, como *“Ele tá meio sumido, né...sei não”*, e logo o assunto era outro

Esse personagem também não respondeu a essa pergunta, que fiz a ele por WhatsApp. Convidou-me, por sua vez, porque eu havia ficado sabendo e comentei nessa troca de mensagens, para a Assembleia da AMFT, que ocorreria poucos dias adiante. Não pude comparecer, por razões familiares, mas a assembleia aconteceu na sede da AMFT e da COOPERTANG, e foi presidida por seu Carlos. Acredito que este seja um ponto relevante, já que leva a crer que suas ausências em eventos da COOPERTANG podem não ser apenas por impossibilidades de saúde ou por um afastamento da vida política do assentamento.

Seu Carlos não me respondeu sobre o não-comparecimento nos eventos a que me referi, mas me convidou para outro. Considerando esse dado e a forma como me relatou sua trajetória no acampamento e seus embates da época com o MTL, penso que a permanência das divergências e desconfianças em relação àqueles/as coordenadores/as da Associação Terra, Trabalho e Liberdade pode ser um fator provável para tal afastamento em relação à cooperativa. Essas mesmas pessoas que passavam a ser reconhecidos pela presidenta e pela maior parte da diretoria da Cooperativa como parceiros/as. Para que se tenha dimensão da memória que carrega do período, trago aqui um trecho de seu relato. Talvez seja notável que o assunto do embate com o Movimento foi a primeira coisa sobre a qual quis falar na entrevista.

*Inaê: Seu Carlos, me conta um pouco da sua história aqui, da sua família, com o Nova Tangará.*

*Carlos: Bom, no começo a gente...a família ficou na cidade, né, que era uma época de ocupação. E a gente veio, acampou, né, ficamos quatro anos acampados e nesses quatro anos houve uma revolução. Da associação com o movimento social. Que era o MTL, vocês já conhecem eles, né.*

*I: Conheço, o Emanuel, né...*

*C: Sim, o Emanuel, o Leandro, ali, né, aquela turma toda. Houve uma revolução, né, que nós tínhamos um objetivo, a Associação tinha o objetivo de pegar a terra. O Movimento...Tinha o objetivo de pegar a terra e ser assentado na terra, né, nos lotes.*

*I: Vocês, né.*

*C: Isso, e o Movimento, ele tinha uma outra versão que era...o eucalipto, aqui dentro tinha muito eucalipto, né. E...estruturar o movimento com esses eucaliptos, só ficava com eles, com a turma do movimento, e os trabalhador – então nisso aí, começou a mandar gente embora, expulsar com tiro, e...guerra mesmo, do Movimento com a Associação. Mas aí...foi uma parte pra cidade. Aí ficamos acampados na praça da prefeitura, aí vocês lembram...vou ser bem rápido nisso, só pra ir adiantando, né, pra nós chegarmos lá. É...ficamos lá 100 – 100 dias certinho. Com 100 dias criaram outra revolução aqui no assentamento. Eles estavam mandando gente embora demais, porque...o interesse do movimento era só os eucalipto. Quanto mais – menos gente ficasse dentro do assentamento, do acampamento, eles tinham que dividir nada dos eucalipto com o povo, então eles iam pegando gente nova, colocando, né, e os mais velhos iam saindo, perdendo seus direitos.*

*I: E o senhor é um dos primeiros...*

*C: Eu fui um dos também, que fui expulso...na verdade eu não fui expulso. Mas eu fiquei na cidade e...dois meses antes começou a expulsão mais violenta. Né. É...mas eu comecei a criar um movimento*

*também na cidade. Comecei a criar um...uma... um povão, até eles queriam na época... “vamo atacar, vamo invadir a fazenda...” – eu “não, a fazenda tá invadida. Se nós entrarmos lá, vai brigar trabalhador com trabalhador. Não é o sentido, nós brigamos trabalhador com...capitalista”, né. Então a gente segurava nessa parte, e no fim voltamos, conseguimos voltar pra trás, né, e a associação tomou conta (AMFT, dirigida pelo Sr. Carlos), nós tiramos o movimento daqui de dentro, aí eles ficaram lá no fundo, né.*

*I: O MTL?*

*C: O MTL. Nós tiramos eles daqui de dentro e eles entraram no fundo e no fundo eles ficaram, com algum...aí no fim depois vou te passar. Então eles ficaram de lá e nós de cá. Né. Mas sempre havia uma briga, aquela rivalidade, aquela coisa, né. E veio passando um tempo, passando um tempo, a Associação veio batalhando em cima e a gente conseguiu fazer o assentamento. Mas através da Associação.*

Desse modo, ainda que Edmilson tenha relatado a pacificação das relações, como visto no capítulo anterior, e Carlos também o tenha feito mais à frente nessa mesma entrevista, o relato de memória tem tintas de intensidade que sugerem não ter havido a total superação das diferenças do período.

#### 3.4. Considerações finais do capítulo

Busquei trazer nesse capítulo relatos em primeira mão das experiências vividas pelos/as assentados/as, suas origens, seus conflitos, e suas perspectivas sobre o futuro. Inevitavelmente, os conflitos e as perspectivas são atravessados por condições históricas e/ou estruturais, e esse também foi um assunto abordado. Notei que as formas como as categorias propriedade e autonomia, ou propriedade e liberdade, aparecem nos relatos das pessoas como um par complementar. Ou seja, o anseio e o desejo por liberdade - mobilizados no trabalho de base do movimento, para organizar a ocupação - traduziram-se, de acordo com a maior parte das respostas sobre o assunto, na propriedade do lote, na conquista de uma terra para a família.

Entretanto, as limitações e os desafios no contexto dessa comunidade impediam que se pudesse considerar que aquele par de propriedade do lote na terra do assentamento e autonomia individual/familiar estivesse satisfazendo as necessidades de existência e reprodução social dos sujeitos. Tanto é verdade que um grande volume de assentados/as vendeu suas terras, logo nos primeiros anos ou, principalmente, depois da titulação dos lotes.

Tratei também das contradições da reforma agrária por demanda, aquela ocorrida principalmente entre os anos de 1985 e 2010, e considero tais incongruências decisivas para o ambiente sociopolítico e produtivo altamente desafiador que se estabeleceu no assentamento.

Essas situações são também percebidas pelos sujeitos na comunidade, e anotei nesse capítulo algumas das iniciativas que tiveram êxito em promover melhorias em âmbitos variados para o PANT. A AMFT contribuiu para a melhoria das condições de saúde para a comunidade, com o PSF; a liderança dessa associação, assim como as/os associadas/os da COOPERTANG desde o início das operações, em 2017, algumas das quais depois se tornaram dirigentes, também trabalharam por proporcionar maior capacidade produtiva, logística e de rentabilidade para as famílias, com essa cooperativa.

Na próxima seção, faço um aprofundamento sobre algumas experiências coletivistas e comunitárias que são possíveis, algumas das quais já têm sido realizadas, dentro do regramento institucional da reforma agrária brasileira e, do lado de cá, aquelas que foram realizadas ou iniciadas até o ano de 2022 e que têm sido construídas como estratégias de permanência, de promoção da dignidade e da renda, e de construção de autonomia no assentamento Nova Tangará.

#### **4. A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE E SEUS DESAFIOS**

##### **O comum avançando lentamente sobre os horizontes de possíveis**

Dez anos depois da criação do PA Nova Tangará, oito anos depois da efetiva instalação do assentamento com a entrada das famílias nos lotes e a assinatura dos Termos de Concessão de Direito Real de Uso, em 2014 a coordenação da AMFT iniciou os trâmites para a criação da COOPERTANG. A história percorre caminhos surpreendentes, graças à inventividade de quem a constrói, os sujeitos.

A AMFT é aquela associação que foi criada ainda no contexto do acampamento por sujeitos que consideravam a condução do MLST-MTL insatisfatória. Tanto do ponto de vista financeiro quanto político e ideológico, discordavam fortemente das ações e propostas do movimento que coordenava aquele grupo desde a ocupação da Fazenda Tangará. Eram contra a coletivização da terra e da produção do que viria a ser o assentamento em nome de uma Empresa Rural Comunitária.

O MTL, atento a essa oposição ao seu projeto, lutou para manter seu espaço no acampamento, mas a execração pública de suas lideranças, a partir de diversas fontes, de fato surtiu efeitos negativos na apreciação dos/das acampados/as da Fazenda Tangará sobre o movimento. Não sem perdas, no entanto, o Movimento resistiu a esses ataques, garantiu a manutenção de 113 famílias sob sua área de influência no assentamento, inicialmente, e investiu em outras iniciativas de ocupação de terras.

Nesse contexto, iniciou a construção de um projeto de assentamento coletivo, em Tupaciguara, na Fazenda São Domingos. Administrado por uma empresa rural comunitária desde o começo, a COERCO (CARDOSO, 2012), esse PA seria o representante mineiro de um processo de reformulação da política brasileira de reforma agrária. O MTL empregou muitos recursos nesse projeto, inclusive “passando”, do PA Nova Tangará para o PA São Domingos, a escola que havia sido construída no primeiro<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Retomando essa história, contada com mais detalhes no segundo capítulo, não é verdade que a criação de assentamentos rurais de reforma agrária coletivos esteja vedada pela legislação brasileira, conforme argumento dado pelo INCRA para atravancar a homologação do PA São Domingos.



O grupo da AMFT tinha uma perspectiva de liberdade, dada por todo aquele histórico demonstrado ao longo dos últimos capítulos, vinculada fortemente à propriedade privada e absoluta da terra. Isso não significa, entretanto, que não houvesse nessa organização uma disposição à percepção dos pontos em comum, como os interesses de classe, e à ação pela preservação de algum respeito mútuo. Na última citação de Seu Carlos, no capítulo anterior, em um trecho destacado ele demonstra que trabalhou pela manutenção das relações entre os grupos rivais em um nível de disputas políticas, sem, no entanto, brigarem *“trabalhadores com trabalhadores, que a gente tem que brigar é com capitalista, né”*.

Carlos assumiu a AMFT em algum ano no início da década de 2010 e afirma que, diferentemente dos outros presidentes anteriores da Associação, ele não queria só que pegassem a terra e pegassem o dinheiro do eucalipto. Queria ajudar a comunidade a crescer, e com a ocasião de se juntarem os governos Lula, no plano federal, e Gilmar Machado, no município de Uberlândia, em 2014, viu a oportunidade de se criar algo que fosse perene e bom para elevar a renda das famílias. Identificou a cooperativa como o caminho mais pertinente para aproveitar as políticas públicas do governo federal e a abertura ao diálogo do governo municipal. Contou que sofreu com a descrença da maior parte da coordenação da Associação, mas seguiu articulando, contanto com ajuda de muitos amigos, os procedimentos necessários e, em 2015, a COOPERTANG (Cooperativa de Produtores Rurais do P. A. Nova Tangará) estava fundada.

Oito anos depois, no ano de 2023, a COOPERTANG conta com um grupo de 120 cooperados/as, que não estão apenas no assentamento Nova Tangará, mas também

---

Associações ou cooperativas podem assumir a coordenação de um assentamento, caso essa seja a proposta feita pelo conjunto das famílias homologadas como novas titulares da terra direcionada para reforma agrária (BRASIL, 2019, Cap. I, Art. 5º). Acontece que nesse caso houve divergências internas no acampamento, depois de feita a proposta de titulação coletiva ao INCRA, e o impasse perdurou por mais de 10 anos. Nesse sentido, há uma Ação Civil Pública que o Ministério Público Federal de Uberlândia iniciou contra o INCRA no ano de 2017, no sentido de obrigar esse órgão a realizar a titulação individual dos lotes, e o processo restava inconcluso até abril de 2023 (JUSBRASIL, 2023).

no P.A.s Dom José Mauro, Valcir dos Santos e Zumbi dos Palmares, em Uberlândia, e Cachoeirinha, do município de Prata. A condição para cooperar é ser assentado/a; a partir dessa condição básica, a direção avalia os pedidos de entrada de assentamentos diferentes e decide a depender de critérios logísticos.



*Figura 11: Fachada da COOPERTANG, no PA Nova Tangará. Foto: Vítor C. de Castro*

Estive presente em uma assembleia dessa cooperativa em 8 de março de 2023, e foi interessante o foco dado ao Dia da Mulher nessa ocasião. A diretoria é predominantemente feminina, a presidenta e a secretária de finanças são mulheres, algumas características dessa liderança sempre são louvadas, como a resistência aos momentos difíceis, a resiliência, a dedicação, o cuidado, o desprendimento com que elas se dedicam a esse projeto, e a escolha da data da assembleia não foi coincidência. Maria, a presidenta, tinha a intenção de que o balanço do ano de 2022 da cooperativa fosse apresentado tendo esse aspecto, da liderança feminina, em destaque.



*Figura 12: O público da Assembleia da COOPERTANG, na sede da cooperativa. Foto: Inaê S. de Vasconcellos*

Nesse ano, em julho de 2022, a cooperativa abriu uma loja agropecuária e, no início de 2023, abriu uma agroindústria de classificação de ovos e começou a fornecer esses ovos nos mercados da cidade, de maneira independente do PNAE, com a marca da Cooperativa. E esse é o sonho da diretoria, a autonomia diante dos (programas de) governos.



*Figura 13: A loja agropecuária, aberta em julho de 2022, que veio a se tornar um ambiente de socialização e troca de ideias e informações para a comunidade. Foto: Inaê S. de Vasconcellos*

O PNAE ainda é a maior fonte de receitas até o ano de 2023, e oferece um faturamento interessante, porque, ainda que desatualizadas, a tabela de preços do Programa e sua cota de compras da agricultura familiar são condições mais compensatórias do que a concorrência no CEASA. Nesse sentido, ainda não se tornaram independentes ou autônomos em relação ao governo. O que está diretamente exposto na entrevista com Anália e no subtexto das expressões de vitórias, diluído nas celebrações a cada conquista - por fora do Programa Nacional de Alimentação Escolar -, contudo, é que a Coopertang se torne forte e autônoma ao ponto de não mais ficar sujeita a abalos institucionais e econômicos estruturais como os que sofreu com a Pandemia de COVID-19, com o consequente fechamento das escolas, a redução de vendas para o PNAE, e com o congelamento da tabela de preços no governo Bolsonaro.

#### 4.1. Inclusão produtiva e outras formas de projetar autonomia

De modo a aprimorar a análise dessa situação, para que se possa ter uma abordagem mais próxima do real multifacetado que envolve o objeto, é necessário falar sobre as formas como alguns indivíduos na comunidade do PANT têm trabalhado de maneira a organizar interesses, necessidades, demandas, em benefício da coletividade. Pierre Bourdieu, na obra recentemente traduzida no Brasil, *O Baile dos Celibatários*, mais especificamente na terceira parte, aborda a complexidade das relações entre a autonomia dos indivíduos e os constrangimentos da estrutura social no contexto das trocas matrimoniais na sociedade bearnesa. Para tanto, o autor se utiliza de maneira mais didática das noções de estratégia e de *habitus*, segundo as quais os sujeitos se guiam em um diálogo criativo com o real.

Como em boa parte de sua obra, o autor está apresentando essas noções em um contexto de pesquisa, sem elevá-las à condição de constructos genéricos, ou ferramentas universais, com encaixe ótimo em qualquer contexto. Tendo essa consideração em vista, sua presença se justifica nesse estudo, pois *habitus* e estratégia são conceitos que auxiliam na percepção de reações, e de modulações das disposições a agir, em escala diferente e em relação de negociação com a história social, ou com as tradições e tendências econômicas e culturais hegemônicas. Esses ajustes, negociações entre sujeitos e sua história, são tão relevantes porque podem ser percebidos na comunidade como formas de gestarem o novo, seja em provocações à ideologia dominante, ou em iniciativas promissoras e economicamente mais interessantes do que as formas convencionais. Inovações que vêm sendo paulatinamente percebidas, legitimadas e incluídas no cotidiano da comunidade.

Foram quase dois anos em contato com a comunidade, entre 2021 e 2023, e pude observar algumas situações em que as pessoas se colocaram para elaborar e operar estratégias de adaptação e reconversão de sua realidade diante dos desafios e estruturas enferrujadas da história. Diante de tudo que já foi elaborado e demonstrado em outros trabalhos e mesmo neste, é possível constatar que a reforma agrária realizada até o ano de 2022, com governos mais à esquerda ou mais à direita do espectro político-ideológico, não foi feita para reestruturar a propriedade fundiária no

país, ou para reverter o seu padrão concentrador, que ainda não foi explorado em todo seu potencial<sup>20</sup>.

Essas desapropriações e assentamentos individuais, por demanda, cumpriram um papel importante ao proporcionarem terra e, do modo mesmo como esse bem da natureza é tratado no Brasil, reserva de valor para uma parte desamparada e vulnerável da população. Nesse sentido, nota-se que a venda dos lotes tem sido empregada como uma estratégia para reforçar a produção das famílias em alguns lotes. Nas primeiras entrevistas, a preocupação com a venda dos lotes parecia forte, mas em 2022 e 2023, nas oportunidades que tive de conversar pessoalmente com alguns/as dos/as entrevistados/as da primeira rodada do trabalho de campo, esse tema passou a ser abordado de formas diferentes, principalmente pelas pessoas mais jovens.

Edmilson, coordenador da Tangará do Cerrado, e Maria, da COOPERTANG, já tinham dito algo a respeito do fato de os lotes serem muito grandes para quase todas as atividades agropecuárias que se podem realizar em uma terra de 15 hectares com a renda e a força de trabalho disponíveis nos lotes do assentamento. Ou seja, a terra é grande para hortas, criação de galinhas, porcos, no nível de capacidade financeira e produtiva que as famílias têm; por outro lado, é pequena para criar gado, plantar soja, além do fato de que essas atividades têm um custo de manutenção, com insumos e implementos, muito grande.

Nesse sentido, algumas pessoas vendem partes dos lotes como duas chácaras de 4 hectares, por exemplo, e ficam com 7 hectares. Com essa terra menor, têm o suficiente para produzirem para o autoconsumo e ainda incrementar a estrutura do lote para produzirem mais para a cooperativa, melhorando a horta, ou criando porcos, ou galinhas poedeiras, ou plantando mandioca para fazer polvilho, de modo a complementar a renda com a venda desses itens “caipiras”, com algum valor agregado, nas feiras da cidade.

---

<sup>20</sup> Ver reportagem “Quando a Faria Lima encontra a Boiada”, do site de jornalismo investigativo dos sistemas alimentares, O Joio e o Trigo (2021)

Afrânio Garcia, na sua descrição etnográfica contida em “O SUL: caminho do roçado”, tem uma contribuição fundamental nesse sentido, demonstrando que a racionalidade econômica das estratégias de produção e reprodução social dos camponeses do Brejo paraibano não se traduz necessariamente em renda monetária. Tem mais sucesso no equilíbrio sazonal da utilização de recursos como energia, água, na mobilização das energias e das habilidades dos membros da família que, a depender das condições climáticas e materiais vividas pelo grupo, os destinaria a fazer negócio nos municípios próximos ou migrar para o sul e retornar com dinheiro para reforçar a produção familiar etc. Enfim, os sujeitos que viviam naquele contexto elaboravam equações tão complexas para garantir a utilização ótima dos recursos de que dispunham que os formuladores de estatísticas do IBGE as interpretaram errado, como antieconômicas (GARCIA JR., 1989, p. 20).

Outra amostra de reformulações das práticas a partir da negociação com a história e com o contexto foi uma espécie de reaglutinação da comunidade do PANT por meio da cooperativa. A COOPERTANG tem sua loja agropecuária, que vende insumos agropecuários e produtos de mercearia com preços mais baixos para cooperados/as. A partir dessa estratégia, incentivam não só a adesão à organização como a convivência naquele espaço que passa a ser mais povoado ao longo dos dias – tomam um café, trocam informações, atualizam temas relevantes, brincam, constroem laços -, tornando-se assim um eixo de formação e formulação da comunidade.

Do ponto de vista das perspectivas para os próximos anos e décadas no assentamento, a questão ambiental certamente passará a ser mais urgente e, nesse sentido, prioritária para aquele grupo. Isso porque, do ponto de vista de produtores/as locais, a questão do solo “ruim” tem mobilizado atenções e exigido correções que têm um custo alto, que a maior parte não tem condições de pagar. Esta situação reduz a produtividade e conseqüentemente a capacidade de viver da terra, como já foi mostrado em algumas passagens desse trabalho.

Do ponto de vista dos/as consumidores/as também tem sido constante a mudança nos hábitos de consumo, a busca por conhecer a origem dos alimentos e entender a forma como são produzidos. Inicialmente uma preocupação ambiental das classes

médias, mobilizada por movimentos como “slow food”, veganismo, vegetarianismo, a iniciativa de conhecer quem produz e como são produzidos aqueles alimentos consumidos tem sido ampliada para o conjunto maior da população brasileira.

Nesse sentido, é fundamental que se compreenda que a reforma agrária como tem sido praticada pode reforçar a desigualdade ambiental. Isso acontece porque as terras que são destinadas à reforma agrária são aquelas que já não cumpriam requisitos de produtividade e ambientais, e justamente por isso são desapropriadas – com seus proprietários indenizados – e transformadas em assentamentos de reforma agrária. Observe-se o caso da Fazenda Tangará: seus proprietários já não empregavam pessoas como poderiam e já exploravam indiscriminadamente os recursos hídricos daquele território havia décadas. Plantava-se o eucalipto, e essa cultura é altamente exigente do ponto de vista hídrico, gerando problemas não só com relação à disponibilidade de água, mas também com relação à qualidade do solo, que se tornou mais arenoso e menos fértil com os anos de exploração ininterrupta para o monocultivo de eucalipto.

Quando vieram a ser assentadas as famílias naquela terra, foi feito um diagnóstico detalhado da qualidade do solo e de outros aspectos ambientais e geomorfológicos da Fazenda Tangará. Foram identificados e registrados os processos erosivos que o manejo inadequado produziu, e situações como esta: “na área situada no local do antigo canteiro de mudas da Fazenda Tangará, existe um canal artificial construído com intuito de abastecer o sistema de irrigação do viveiro”, demonstrando inclusive com fotos a severidade dessa realidade de degradação ambiental, conforme imagens a seguir (PDA, 2005, p. 26-32).





*Figura 14 - Canal artificial construído para abastecimento de viveiro de mudas.  
Autor: Silvio Carlos Rodrigues (Out/2004). FONTE: PDA, 2004.*



*Figura 15: Ravina em estágio inicial localizada no leito de estrada vicinal abandonada.  
Autor: Frascoli, A. C. Data: 02/05/03. FONTE: PDA, 2004.*

Desse modo, é fundamental compreender que, do ponto de vista do Estado, sem a observância dos passivos ambientais herdados pelos assentamentos em terras com

manejo inadequado, a política de reforma agrária pode ter como resultado a produção e reprodução de desigualdade ambiental.

Nesse sentido, faz-se necessário a observância desses aspectos da reforma agrária, tanto no debate público quanto no campo acadêmico, com o propósito de produzir avanços políticos e teóricos. As experimentações associativas, cooperativas, comunitárias, com atenção voltada para a resolução de conflitos políticos e para a solução de problemas estruturais de comunidades de assentamentos - tais como esses dos passivos ambientais deixados nas propriedades desapropriadas para reforma agrária - também precisam ser compartilhadas no sentido de uma educação popular voltada à prática cotidiana.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **“O PERTENCIMENTO É CONSEQUÊNCIA, E NÃO CAUSA, DA PARTICIPAÇÃO”**

Pierre Aubenque, em *Problèmes aristotéliens*, por Dardot & Laval, em *Comum* (2017).

Considerando a hipótese desenhada na introdução, de que os indivíduos buscam resguardar sua autonomia de proprietário, de forma individualista e pouco afeita às propostas coletivistas, é importante definir que ela não foi integralmente confirmada. Pôde-se constatar, sim, um desejo por autonomia e liberdade, e uma resistência sutil, mas cada vez menos resiliente, à organização coletiva e comunitária, mas menos pelos motivos inicialmente considerados, quais sejam, aqueles relacionados ao individualismo do sujeito no paradigma ultra liberal, e mais pela trajetória ancestral de privações e violências que a sociedade brasileira, o próprio Estado e em alguns momentos o movimento social, se lhes impôs até o momento da conquista dos lotes.

Pôde-se compreender nesse estudo sobre a organização social e política no PANT que os sujeitos constroem seus laços e suas coletividades a partir de arranjos próprios e mais ou menos próximos de seus horizontes de possíveis, sendo pouco afeitos a institucionalidades pré-concebidas. Essa compreensão se alinhou com muita força à frase acima, a despeito de que o *apud* possa ser execrável nesse ambiente em que nos encontramos. O que se captou é que não adianta e, a bem da precisão, não ajuda, que se apresente um projeto pronto, como o de Empresa Rural Comunitária, pela pertinência da ideia ao contexto histórico-social-político de seu suposto grupo de interesse, e contar com a adesão automática. Entende-se que há algum tipo de violência nessa forma de impor a escolha pela adesão à proposta do Movimento ou a expulsão da terra e/ou exclusão do grupo. “O pertencimento é consequência da participação, e a comunidade política é consequência de se pôr ideias em comum” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 251).

Do mesmo modo, há uma violência ainda maior, nos termos teóricos a que esse trabalho se alinha, na imposição pelo Estado de uma categoria genérica e sem atenção às especificidades das diferentes populações rurais que hoje se encontram sob essa definição extremamente abrangente de agricultura familiar. Sobre este aspecto especificamente, há questões em programas de compras institucionais do

Estado que são em grande medida pouco escrutinadas pela academia justamente por ter-se assumido acriticamente a aceção de agricultura familiar para contextos sociais os mais diversos.

Por exemplo, no PNAE e no PAA – este que no ano de 2023, desde 2019, continua sem orçamento -, define-se como obrigatória a compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar. Porém, há agricultores/as familiares que têm suas propriedades, implementos e insumos altamente tecnificados, cujo crédito é facilitado, pois podem consignar sua produção como garantia dos empréstimos, enquanto há outros/as, também definidos/as desse modo, como os/as assentados/as da reforma agrária, que têm grande dificuldade ou mesmo estão impossibilitados/as de obter as mesmas vantagens.

O individualismo está na base de toda competitividade, na grama ou na horta que é mais verde, no gado que é mais gordo, no louvor à propriedade, nos “scores” de estudantes, de professores/as, nos “rankings” de qualidade dos programas de pós-graduação, nos prêmios artísticos, enfim, “na água” das sociedades capitalistas, dos centros e das periferias. Os indivíduos assumem posicionamentos político-ideológicos a partir de representações sociais, de *habitus*, de disposições a agir introjetadas desde gerações anteriores, que não são imediatamente desconstruídos quando uma proposta racionalmente conveniente se lhes apresenta.

Nesse sentido, as contribuições do estudo de Dardot & Laval sobre a construção das comunidades políticas, e porque não dizer, de Bourdieu, a respeito da construção do posicionamento de classe, oferecem boas pistas para compreender o caso com que estive envolvida nos últimos anos. Quando me dei conta de algumas das divergências que enfraqueceram aquele assentamento por tanto tempo, quando lia e ouvia falar sobre o projeto da EAC, segundo uma liderança do MTL, uma marca do Movimento, “desperdiçada”, quando percebi as ausências de uma figura importante como seu Carlos, inquietava-me aquilo que identificava como incapacidade de trabalho coletivo.

Percebeu-se, com as leituras e principalmente com a observação do engrandecimento da COOPERTANG no contexto sociopolítico do assentamento, entretanto, que a comunidade está sendo construída enquanto escrevo. Ela não veio

pronta quando se definiram as 250 famílias que ocupariam os lotes do Projeto de Assentamento Nova Tangará, como uma comunidade-pacote.

A liberdade da propriedade é tão importante por dois motivos concretos e objetivos, que já foram explorados nesse trabalho: por conta do histórico de subalternização dos milhões de trabalhadores/as sem-terra que nosso modelo de abolição e colonização produziu, como ensinaram Martins e Rangel, e por conta de toda a sorte de humilhações e privações que esses mesmos e outros trabalhadores com origens diversas sofriam em serviços urbanos de baixa qualificação e remuneração, como Rangel também ensina, assim como José Graziano da Silva. O conteúdo subjetivo dessa liberdade/autonomia, nesse sentido, pelo que pude compreender, está mais associado à liberdade em relação à própria humanidade, à dignidade, do que ao Estado. Desse modo, não se trata, nesse caso, de uma “liberdade liberal”, mas de uma liberdade humana, elementar, um direito civil primário que a vida social no Brasil tem negado a tantas pessoas, desde antes de ser Brasil.

Acredito que a sociologia das relações no mundo rural tem um caminho importante pela frente na discussão sobre as perspectivas atuais da reforma agrária tendo em vista os desafios do contexto histórico, político e ambiental, e especialmente no que tange os passivos ambientais deixados pelos antigos proprietários das terras, e esses apresentados aqui no que se refere à construção de comunidades colaborativas e não concorrentes. A modernização agrícola, ou revolução verde, já resta fracassada, ao menos do ponto de vista da ciência, em seu discurso de que vai alimentar a população. A população, por sua vez, vive à procura da comida mais barata no ponto mais próximo de onde transita todos os dias, e o que encontra não é alimento, mas composições químicas hiper palatáveis e ricas em sal, açúcar e gordura – os produtos alimentícios ultraprocessados.

Por outro lado, a emergência climática exige que se consumam menos combustíveis e outras fontes de energia de origem fóssil. Qual seria, nesse sentido, a contribuição dos assentamentos de reforma agrária nesse momento em que é necessário encontrar alimentos mais baratos e mais próximos das casas da maior parte das pessoas? Qual seria a disposição dos movimentos sociais em aderir a um modelo de reforma agrária que contemple outros parâmetros de sociabilidade, e não apenas a

campesinidade, mas também aqueles muitos que vivem de em ORNAs (ocupações rurais não agrícolas) e outros demais que trabalham com turismo rural e ambiental, entre outras estratégias de ocupação e uso da terra?

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIC, Associação Brasileira das Indústrias de Café. A Crise de 1929. Publicação do site em 28 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/a-crise-de-1929/>

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão – 3 ed. – São Paulo : Edusp, 2007.

AGÊNCIA FOLHA, Redação. Líderes do PSOL e de sem-terra são condenados. Folha de São Paulo, Belo Horizonte, 3 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310200904.htm>. Acesso em 8 de janeiro de 2023.

BARONE, L. A.; MACIEL, M. C.; SILVA, M. E. S.; FERRANTE, V. L. S. B. O associativismo como estratégia de ressocialização e gestão nos assentamentos rurais em São Paulo. In: Retratos de Assentamentos. Araraquara-SP, N. 11, 2008. 325p. P. 45-70.

BERGAMO, M. MST contabiliza 5.000 toneladas de alimentos doados desde o início da epidemia de Covid-19. Folha de São Paulo, 7 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml>. Acesso em 3 de maio de 2023.

BOURDIEU, P. O baile dos Celibatários – crise na sociedade camponesa do Béarn. Tradução, apresentação e notas: Carolina Pulici. – São Paulo, SP : Editora UNIFESP, 2021a.

\_\_\_\_\_. O desencantamento do Mundo – estruturas econômicas e estruturas temporais. Tradução Silvia Mazza, [Marcio Honorio de Godoy]; apresentação Elisa Klüger. 2ª ed. rev. e aumentada. – São Paulo, SP : Perspectiva, 2021b. Título original: *Travail et travailleur em Algérie*.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J-C. PASSERON, J-C. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 de fevereiro de 1993, pág. nº 2349.

BRASIL, Presidência da República. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília : Imprensa Nacional, 2006.

BRASIL, Presidência da República. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019. Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Brasília: Imprensa Nacional, 2019.

BUAINAN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: Revista de Política Agrícola. Ano XXII – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2013.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito - estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 12ª ed. - EdUSP : São Paulo, 2017.

CARDOSO, L. F. ASSENTAMENTOS RURAIS: desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG). Monografia de graduação apresentada ao Instituto de Geografia da UFU. 2009.

CARDOSO, L. F. A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo, Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG). Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geografia da UFU. 2012.

CARIO, S. A. F., BUZANELO, E.J. Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. Revista de Ciências Humanas. v. 5, n. 8 – 1986.

CARVALHO E SOUZA, L. Políticas públicas, desenvolvimento agrário e desafios no pós-conquista da terra: a criação de assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba (1986-2009). Monografia de graduação apresentada no Instituto de Geografia da UFU. 2010.

CAPITAL, Carta. Operação resgata mais de 200 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves. 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/operacao-resgata-mais-de-200-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-vinicolos-gauchas/>

CHONCOL, J. A soberania alimentar. Dossiê América Latina. Estudos avançados 19 (55). Dezembro de 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TqycPKkHRYBndLqJ7bPGMdg/?lang=pt> . Acesso em 18 de outubro de 2018.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Insumos Agropecuários – pesquisa de preços ao longo dos anos. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaInsumo.do?d-6983528-p=3&uf=MG&anoFinal=2023&ano=2010&method=acaoListarConsulta&idSubGrupo=71&btnConsultar=Consultar&jcaptcha=w8j5&idGrupo=27> Acesso em 10 de março de 2023.

COSTA, M. C. L. & PORRO, R. Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação. Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 22 N.2 de 2019.

DARDOT, P. & LAVAL, C. COMUM – ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução Mariana Echalar. 1ª ed – São Paulo : Boitempo, 2017.

DELGADO, G. Questão Agrária hoje. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Ano 35, Vol. 01 No 02, Ed. Outubro 2014.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo: agentes e conjunturas políticas. NUPEDOR - RETRATOS DE ASSENTAMENTOS. Volume 19, Número 1, 2016. UNIARA, Araraquara – SP.



FAVARETO, A.; MARTINS, R. C (Orgs.). Introdução à Seção Temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230207, 7dez. 2022.

FAVARETO, A. Prefácio. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3. Ed. – São Paulo: Edusp, 2007.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: dezembro de 2008.

FERNANDES, B. M.; FREDERICO, S.; PEREIRA, L. I. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. Revista NERA, Presidente Prudente. V. 22, n. 47, pp. 173-201. Dossiê – 2019.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura Vozes, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187014/mod\\_resource/content/0/1-%20brasil\\_500\\_anos\\_de\\_luta\\_pela\\_terra\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187014/mod_resource/content/0/1-%20brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf) Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

FONSECA, J. B. Reforma Agrária e Sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

G1. MP pede que vereador de Caxias do Sul pague indenização de R\$ 300 mil por ofensas a baianos. 6 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/06/mp-pede-que-vereador-de-caxias-do-sul-pague-indenizacao-de-r-300-mil-por-ofensas-a-baianos.ghtml>

GARCIA, A. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189

GARCIA, A.; Mário Grynszpan. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: S. Miceli (org.). O que ler em ciências sociais. São Paulo: ANPOCS, 1999.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

GOMES, R. M. Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: A Nova economia7(1):43-81. Belo horizonte, Maio de 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Reforma agrária não essencialmente agrícola. In: SANTOS, R. & COSTA, L. F. C. (Orgs.). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro : Mauá, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos avançados 15 (43) - Dez 2001.

INCRA-CORI-MG. Incra prepara atividades em assentamentos de Uberlândia/MG. Disponível em: <https://corimg.org/incra-prepara-atividades-em-assentamentos-de-uberlandia-mg/>

INCRA, S. R. 6. Relatório De Gestão Exercício 2017 INCRA – SR 06. 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr06-mg\\_2017.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr06-mg_2017.pdf). Acesso em 14 de outubro de 2022.

JAIME, Clóvis da Silva. Vulnerabilidade social, qualidade de vida e saúde no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Nova Tangará, Uberlândia, Minas Gerais. 160 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/=jufu.di.2021.267>

JABBOUR, E. K. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 561-583, dez. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3564/02JABOOUR.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2022.

JUSBRASIL. Processo nº 0002665-65.2017.4.01.3803. Ministério Público Federal (Procuradoria) (Autor) Procuradoria da República NOS Estados e No Distrito Federal x Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/146436138/processo-n-2665-6520174013803-do-trf-1>. Acesso em 14 de abril de 2023.

LEITE, P. D. Diferença entre MST e MLST é só teórica, diz especialista. Folha de São Paulo, Sucursal de Brasília, 11 de junho de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1106200618.htm> Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

LENZ, M. H. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. Encontro Nacional de Economia Política. Anais. João Pessoa: 2008.

LOBATO, E. SEM TERRA X SEM TERRA - Grupos disputam área e trocam acusações. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de abril de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1804200416.htm>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

Bem Viver na TV: Por que a merenda escolar piorou tanto? Brasil de Fato, São Paulo, 10 de dezembro de 2022. Seção Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/10/bem-viver-na-tv-por-que-a-merenda-escolar-piorou-tanto> Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

MARIANO, A. J. F; TEIXEIRA, J. C. A reforma agrária nos governos pós regime militar no brasil: avanços e retrocessos. Revista de Geografia (Recife) V. 38, No. 1, 2021.

MARTINS, J. S. O Cativo da Terra. 9. ed. Revista e ampliada – São Paulo : Contexto, 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4407994/mod\\_resource/content/2/MARTINS-Jose%20de%20Souza\\_O-Cativo-da-Terra\\_cap-1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4407994/mod_resource/content/2/MARTINS-Jose%20de%20Souza_O-Cativo-da-Terra_cap-1.pdf)

MARTINS, J. S. Reforma Agrária – O impossível diálogo. São Paulo, SP : Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325.

MEDEIROS, L. S. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

MEDEIROS, L. S. & STÉDILE, J. P. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Palestra on-line promovida no canal do YouTube do NEPP-DH UFRJ, em 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rOGVIHtK-ss>. Acesso em 30 de setembro de 2023.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. NUPEDOR - RETRATOS DE ASSENTAMENTOS. Volume 19, Número 1, 2016. UNIARA, Araraquara – SP.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. MST: 38 anos lutando pela democratização da terra no Brasil. Site do MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/> Acesso em 30 de setembro de 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia. Site do MST, 12 de setembro de 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/#:~:text=Durante%20o%20auge%20da%20pandemia,50%20mil%20m%C3%A1scaras%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 3 de maio de 2023.

NEDER, R. N. O uso da água em projetos de assentamentos rurais no município de Uberlândia: políticas públicas, conflitos e controle na gestão dos recursos hídricos. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

NOGUEIRA, L. M. A questão agrária brasileira em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel. In: *Formação (Online)*, 29(54), 83–99, 2022.

NOVAES, E. D. & RIBEIRO, N. S. Consciência jurídica dos assentados da reforma agrária: direito, justiça e legitimidade no assentamento de Serra Azul-SP. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara-SP, N. 11, 2008. 325p. Publicação Periódica do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) em parceria com INCRA-SP.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional no Brasil. A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. Site Olhe para a Fome. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

PERES, J. O passo a passo da união entre mercado financeiro e agronegócio. O Joio e o Trigo, 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/mercado-financeiro-e-agronegocio/> Acesso em 20 de março de 2022.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282.

\_\_\_\_\_. A construção do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro do desenvolvimento capitalista internacional (1940-81). *História Unisinos* 25(1):77-93, Janeiro/Abril 2021.

PÉTRIN, A. Preço da Terra: saiba tudo sobre o mercado imobiliário rural nesta série especial. Canal Rural, 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/especial/preco-da-terra-saiba-tudo-sobre-o-mercado-imobiliario-rural-nesta-serie-especial/> Acesso em: 20 de março de 2022.

RANGEL, I. M. A questão da terra. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 6, nº 4, outubro-dezembro de 1986.

RANGEL, I. M. A questão agrária brasileira. In: *Obras reunidas. Volume II*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2005. p. 23-80

REINHARDT, N. & BARLETT, P. The persistence of Family farms in United States Agriculture. *Sociologia Ruralis*. XXIX (3/4): 203-225.

SAUER, S. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: sonho que se tornou dívida. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 98-126.

SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M. *Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos*. IN: *AGROTRÓPICA*, v. 19, Jan-Dez de 2007.

SCOLESE, E. Lei antiinvasão de FHC não é eficaz, diz governo. *Folha de São Paulo*, sucursal de Brasília, São Paulo, quinta-feira, 15 de abril de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200416.htm>. Acesso em 3 de fevereiro de 2023.

SILVA, J. S. *Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social*. In: EMBRAPA. *Ciência como instrumento de inclusão social*. / editores técnicos, Ivan Sergio Freire de Sousa, José Renato Figueira Cabral. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

SILVA, J. *Relações entre história e direito - O direito como campo de pesquisa histórica e a história como contribuição ao avanço do direito*. *História, Historiadores, Historiografia*. Projeto História no 41. Dezembro de 2010.

SILVEIRA, C. R. *LEGALIDADE VS LEGITIMIDADE: Representações sobre a democracia no movimento de luta pela terra (Assentamento Nova Tangará, Uberlândia, 1999-2005)*. 133f. Dissertação (Mestrado em História – UFU). Uberlândia, MG, 2008.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo : 1ª Edição de 1999, 3ª Reimpressão de 2005.

STÉDILE, J. P. João Pedro Stedile fala de CPI do MST, relação com Lula e mais | UOL Entrevista. Transmitido por canal do YouTube do UOL, em 25 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BaaJCGhhy9s&t=2346s>.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

TOLEDO, C. N.. O Governo Goulart e o Golpe de 64. Coleção tudo é história, Vº 48, Brasiliense 14ª ed. São Paulo - SP. 1ª edição 1982.

TOMAZELA, J. M. Merenda escolar sem reajuste faz com que crianças dividam até ovo. Estadão, São Paulo, 16 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/merenda-sem-reajuste-de-verba-da-uniao-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo/> Acesso em 7 de dezembro de 2022.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57), p. 333-353, 2006.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos - Como Bourdieu reformula a questão das classes. In: Novos Estudos CEBRAP, n. 96. Julho 2013. P. 87-103

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. LTC, 5ª edição. São Paulo – SP.

WOORTMANN, K. A. A. W. Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1987.

## ANEXO 1

### ROTEIRO - ENTREVISTA COM LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO

Qual era sua atividade de trabalho, a sua fonte de renda principal, antes do acampamento e do assentamento?

Poderíamos começar com encontro de sua história de vida com a história do Assentamento Nova Tangará? Como o senhor conheceu o movimento MLST/ MTL?

Nos trabalhos que li sobre o Nova Tangará, tem a história de uma plantação de eucalipto que deu trabalho para vocês no começo. Como se deram essas disputas, quais eram os lados e o que propunham?

Como aconteceu a formação da associação de que o senhor faz parte? O que une os membros e o que os difere dos demais assentados?

O senhor diria que a questão da água (disponibilidade, acesso para produção e qualidade) é um problema no assentamento?

E o saneamento básico?

Qual é a situação das nascentes e córregos que passam pela terra de vocês?

Quando vocês conseguiram o PRONAF?

Vocês recebem assistência técnica de órgãos públicos, como a EMATER? Fazem cursos do SENAR? Como é essa relação com o poder público no assunto da aprendizagem rural?

Na sua opinião, as pessoas acampadas e aquelas que conseguiram o assentamento tinham ideia dos desafios a serem enfrentados, além do mais imediato que era conquistar a terra?

Houve algum tipo de formação, sobre os passos burocráticos a serem seguidos (como por exemplo o CAR), as linhas de crédito que estariam disponíveis aos assentados, pelo INCRA ou mesmo pelas instituições de assistência técnica?

Qual é a importância da cooperativa para a sua produção e reprodução aqui na terra? Sua vida melhorou?

Qual é a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a sua produção e renda? Vocês aqui passaram a diversificar mais a produção para atender à demanda do PNAE?

Quem trabalha com o quê nas glebas, em geral? Quero dizer, como funciona a divisão do trabalho/produção nas glebas? Quais são as produções mais comuns?

Como funciona a divisão de trabalho entre você e sua esposa? Mudou alguma coisa nesse sentido quando passaram a trabalhar com o PNAE?

## ANEXO 2

### PESQUISA SOBRE PROPRIEDADE E AUTONOMIA NO ASSENTAMENTO NOVA TANGARÁ

Pesquisadora responsável: Inaê Soares de Vasconcellos

Instituição: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia

#### ESCLARECIMENTO

Você está sendo(a) convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Temos a terra, e agora somos livres? Um estudo sobre a relação entre propriedade, autonomia e comunidade em um assentamento de reforma agrária”, sob a responsabilidade da pesquisadora Inaê Soares de Vasconcellos.

Buscando-se contribuir para a produção científica e para o debate público em torno do tema, será feita uma incursão empírica e analítica na intenção de compreender a visão dos(das) produtores(as) do Projeto de Assentamento Nova Tangará (PANT) e cooperados(as) na COOPERTANG a respeito da vida no campo e dos benefícios e desafios vividos por sua família desde quando chegaram nesta terra. Temos um interesse especial sobre as opiniões e impressões em torno de temas como liberdade, autonomia e propriedade. Assim, o problema que esta pesquisa visa responder é quais as percepções, ações e estratégias dos grupos familiares do PANT no sentido de garantir sua produção, renda e manutenção na terra? Ainda pretendemos responder, como um pano de fundo da questão anterior, qual a relevância dos valores da liberdade e da propriedade sobre tais percepções, ações e estratégias.

Na sua participação o(a) senhor(a) responderá a um questionário digital que lhe perguntará sobre sua experiência com a luta pela terra, com a produção e reprodução da sua família e com a organização coletiva no assentamento. As informações serão obtidas através de sua resposta digital, que será gravada e tratada em conjunto com as demais, mantendo seu anonimato e a discrição sobre sua escolha de responder ao questionário. Os resultados da pesquisa serão publicados. O(A) senhor(a) não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Participando desta pesquisa o(a) senhor(a) não corre nenhum risco físico, pois ela garante o seu anonimato e visa um diálogo aprofundado sobre a forma como diversos atores sociais e institucionalidades públicas e privadas lidam com o objeto em análise e também disputam seus destinos. Logicamente, as questões de ordem emocional são imprevisíveis, mas não é o objetivo deste trabalho incitá-las.

Escolhendo responder ao questionário, o(a) senhor(a) colaborará para uma melhor compreensão das dimensões econômica, política, social cultural deste assentamento e da luta pela terra, cujos antecedentes, presente e futuro contam com sua contribuição direta.

O(A) senhor(a) é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Existindo qualquer dúvida a respeito da pesquisa, por favor entre em contato com: Inaê Soares de

Vasconcellos pelo endereço eletrônico [REDACTED], ou pelo telefone/whatsapp

[REDACTED]

Poderá também entrar em contato com a Profa Dra Rosemeire Aparecida Scopinho, orientadora desta pesquisa, através do endereço eletrônico [REDACTED]

Uberlândia, 23 de fevereiro de 2023.

Inaê Soares de Vasconcellos

Termo de Consentimento, após esclarecimento

Eu li/ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a qual procedimento serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não terá nenhuma implicação em minha relação como cidadão(cidadã) ou como cooperado(a). Sei que meu anonimato está assegurado e que não terei despesas e nem receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo “Temos a terra, e agora somos livres? Um estudo sobre a relação entre propriedade, autonomia e comunidade em um assentamento de reforma agrária” citado acima, e receberei uma via assinada deste documento.

Você consente em participar da pesquisa?

a) Eu consinto em participar da pesquisa

b) Não concordo

Contato para confirmação. Seu nome não será solicitado em nenhum momento, e confirmarei sua

participação pelo whatsapp. Qual é o seu número de whatsapp?

\_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO

Perfil do grupo familiar

1) Quantas pessoas existem no seu grupo familiar (morando no lote)? \_\_\_\_\_

2) Quantos homens adultos tem no seu grupo familiar? \_\_\_\_\_

3) Quantas mulheres adultas tem no seu grupo familiar? \_\_\_\_\_



4) Quantos meninos tem no seu grupo familiar? \_\_\_\_\_

5) Quantas meninas tem no seu grupo familiar? \_\_\_\_\_

6) Quantas pessoas idosas tem no seu grupo familiar (acima de 65 anos)?  
\_\_\_\_\_

7) Quantas pessoas da família trabalham na terra? (Serviços de manejo de  
plantações, trato de  
animais) \_\_\_\_\_

8) Quantas pessoas da família trabalham no quintal e na casa? (Serviços domésticos,  
cozinha,  
cuidado das crianças e dos idosos, pequenas culturas para consumo da família)  
\_\_\_\_\_

9) Quantas pessoas estudam ou trabalham fora do assentamento? \_\_\_\_\_

10) Quantas pessoas são assistidas pela previdência social? (Aposentadoria, pensão,  
abono,  
BPC, Auxílio Brasil...) \_\_\_\_\_

11) Quantas pessoas estão desocupadas? (Procurando serviço) \_\_\_\_\_

12) Quantas pessoas passam parte da semana ou do mês fora da terra? (Para  
estudar,  
trabalhar) \_\_\_\_\_

Origens do grupo familiar

13) Você já tinha vivido na zona rural antes de conquistar a terra?

a) Sim, a vida inteira.

b) Sim, maior parte da vida foi na zona rural.

c) Sim, por um curto período (infância, serviço temporário, situação familiar)

d) Não.

14) Quando viveu no campo, a situação do seu grupo familiar em relação à terra onde  
viviam

era de que tipo?

a) Não se aplica, nunca vivi no meio rural antes daqui.

b) Proprietários

- c) Parceiros
- d) Arrendatários
- e) Agregados
- f) Assalariados
- g) Ocupantes
- h) Outro: \_\_\_\_\_

15) De que forma você obteve acesso à terra?

- a) Vim após a conquista por um familiar.
- b) Arrendei do primeiro proprietário (que conquistou em 2003).
- c) Adquiri por compra (após titulação).
- d) Arrendei de um segundo proprietário.
- e) Herdei no todo ou em parte.
- f) Outro: \_\_\_\_\_

16) Quando eu era criança e jovem, meus pais (responsáveis) tinham um padrão de vida

- a) igual ao que minha família tem atualmente.
- b) mais baixo do que o de minha família atualmente.
- c) mais alto do que o de minha família atualmente.
- d) não sei. / não quero responder.

17) Qual era a renda média da sua família nos 5 anos anteriores à sua vinda para o assentamento?

- a) Menor do que um salário mínimo
- b) Entre 1 e 2 salários mínimos
- c) Entre 2 e 4 salários mínimos
- d) Entre 4 e 6 salários mínimos
- e) Maior do que 6 salários mínimos
- f) Não sei / não quero responder

18) Alguém do seu grupo familiar se casou aqui na comunidade, com vizinho/a ou amigo/a?

a) Sim

b) Não

#### Produção e Comercialização

19) Qual é a finalidade principal da produção agropecuária no seu estabelecimento?

a) Não temos produzido na terra no momento

b) Consumo de quem produz e das pessoas da família/agregadas

c) Comercialização, escambo ou troca diretos a outros consumidores

d) Entregas para a Cooperativa (PNAE)

20) Contratam mão-de-obra de fora para produzir?

(Vizinhos, amigos, prestadores de serviço da cidade, para atividades agropecuárias)

a) Sim

b) Não

21) Qual é a principal produção na terra de seu grupo familiar?

a) Não temos produzido no momento

b) Hortaliças

c) Leite

d) Ovos

e) Pecuária de corte

f) Queijo

g) Doces, biscoitos, conservas, compotas, quitandas

h) Outros: \_\_\_\_\_

22) Seu grupo familiar aproveita quantos hectares do lote, aproximadamente?

\_\_\_\_\_

23) Qual é a idade do titular do lote do seu grupo familiar? \_\_\_\_\_

24) Seu grupo familiar possui veículo automotor?

- ( ) Motocicleta
- ( ) Carro de passeio
- ( ) Caminhonete
- ( ) Caminhão Baú

Percepções sobre as condições de vida no assentamento

25) Numa escala de 1 a 5, o quanto você considera que sua família está bem atendida, tem

tudo de que necessita para viver saudável e com dignidade?

Sendo que 1: Falta muito ainda para vivermos saudáveis e com dignidade.

Sendo que 5: Temos tudo de que necessitamos para ter saúde e dignidade.

---

26) Num escala de 0 a 5, o quanto está satisfeito/a com sua capacidade de investimento e

melhorias na sua terra?

Sendo que 1: Não tenho nenhuma capacidade de investimento, na verdade tenho dívidas.

Sendo que 5: Satisfeito, tenho conseguido melhorar as condições de vida e de trabalho de

minha família, aumentar a produtividade e a lucratividade do trabalho na terra.

---

Água, esgoto e saneamento rural

27) Tem disponibilidade permanente de água (o ano todo) no estabelecimento?

a) Sim

b) Não

28) Há poços ou cisternas no estabelecimento?

a) Sim, poço convencional.

b) Sim, posso tubular jorrante.

c) Sim, posso tubular não jorrante

d) Sim, cisterna para captura de água da chuva.

e) Não.

29) Há rios ou riachos na sua terra?

a) Sim, protegido por mata

b) Sim, não protegido por mata

c) Não

30) Faz irrigação no estabelecimento?

a) Sim

b) Não

31) Como é tratado o esgoto?

a) Fossa negra

b) Fossa séptica

c) Fossa séptica biodigestora

d) Despejado no rio/riacho/curso d'água

e) Outro: \_\_\_\_\_

32) Saberria dizer o que é saneamento básico rural?

a) Sim

b) Não

Terra e vida na terra

33) Numa escala de 1 a 5, o quanto de importância você daria para o evento da conquista da

terra neste assentamento em sua vida?

Sendo 1: mais um passo em minha trajetória,

e sendo 5: uma das conquistas mais importantes, se não a mais importante

\_\_\_\_\_

34) Você considerou a entrega dos títulos de propriedade (maior parte em 2018) algo de

importância semelhante ao momento de entrar para o lote (maior parte em 2003)?

- a) Sim, na verdade mais importante.
- b) Sim, de igual importância.
- c) Não, a conquista da terra desde 2003/2004 foi o mais importante.
- d) Não

35) Você vendeu alguma parte do seu lote?

- a) Sim
- b) Não
- c) Comprei a terra aqui

36) Você venderia parte de sua terra?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

37) Você acredita que os títulos de propriedade, conquistados em sua maior parte em 2018,

contribuíram para a melhoria das condições de vida na comunidade do Assentamento?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

38) Você acredita que os títulos de propriedade abriram novas oportunidades (desde financiamento da produção, assistência técnica, posicionamento no mercado)?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

39) Numa escala de 1 a 5, você diria que se sente melhor após a conquista do título de

proprietário da terra?

Sendo que 1: está pior

Sendo que 5: melhorou muito

---

40) Você considera que a vida na terra é boa para as crianças?

a) Sim

b) Não

c) Não sei

41) Numa escala de 1 a 5, o quanto a relação das próximas gerações (crianças e jovens) com a

terra te preocupa?

Sendo que 1: Não me preocupa.

Sendo que 5: Preocupa muito.

---

42) Numa escala de 1 a 5, quanto te preocupa o destino de sua família e da terra que conquistou?

Sendo que 1: Não me preocupa, sei que farão as melhores escolhas quando eu faltar.

Sendo que 5: Preocupa muito, temo que meu esforço se desmanche na próxima geração.

---

43) Numa escala de 1 a 5, o quanto você considera que a conquista da terra lhe trouxe mais

liberdade?

Sendo que 1: Isso não mudou, pois hoje meu trabalho e renda são dependentes de outros do

mesmo jeito.

Sendo que 5: Conquistei minha liberdade quando conquistei essa terra, hoje não tenho patrão e

não devo satisfações.

---

44) Numa escala de 1 a 5, o quanto você se considera autônomo/a na condução de seus

negócios e do seu trabalho com a terra?

Sendo que 1: Não tenho autonomia para definir preços, tipo de produtos, quantidade de

trabalho.

Sendo que 5: Trabalho no que quero, o quanto quero e quando quero.

---

Relações com outras esferas de poder e instituições

45) Numa escala de 1 a 5, o quanto você está satisfeito com a assistência técnica prestada

pela EMATER?

Sendo que 1: Não estou satisfeito, na verdade nunca tive acesso direto à EMATER.

Sendo que 5: Estou satisfeito, consegui melhorar produtividade com ajuda da EMATER e

consigo contato sempre que preciso.

---

46) Numa escala de 1 a 5, o quanto está satisfeito/a com o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) em relação à sua frequência e aos preços praticados nestas compras?

Sendo que 1: Insatisfeito/a.

Sendo que 5: Muito satisfeito/a.

(Caso você não faça entregas para o PNAE, passe para a próxima questão, não precisa

responder)

---

47) Numa escala de 1 a 5, qual grau de liberdade você sente que tem em relação ao governo?

Sendo que 1: Nenhuma liberdade



Sendo que 5: Total liberdade

---

48) Numa escala de 1 a 5, qual grau de liberdade você sente que tem em relação aos bancos?

Sendo que 1: Nenhuma liberdade

Sendo que 5: Total liberdade

---

49) Numa escala de 1 a 5, qual grau de liberdade você sente que tem em relação ao mercado

(PNAE, feiras, CEASA, vendas diretas a consumidores), na estipulação dos preços, no tipo da

sua produção?

Sendo que 1: Nenhuma liberdade

Sendo que 5: Total liberdade

---

Organizações e coletividade

50) Você é membro de alguma das associações/movimentos da comunidade Nova Tangará?

a) Não.

b) AMFT

c) AUTT

d) MTL

e) Tangará do Cerrado

f) Outro: \_\_\_\_\_

51) Na sua opinião, quais fatores poderiam trazer mais famílias da comunidade da Nova

Tangará para participar da COOPERTANG?

(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

a) ( ) Divulgação

- b) ( ) Trabalhar com mais produtos
- c) ( ) Vender para outros mercados e pessoas
- d) ( ) Garantir ao produtor que ele continuará tendo liberdade na sua terra e produção
- e) ( ) Apresentar a direção da cooperativa e suas realizações para a comunidade
- f) ( ) Garantir assistência técnica e ajuda para produzir
- g) ( ) Criar agroindústria(s)
- h) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

52) Na sua opinião, quais são os motivos que fazem uma família deixar de estar na Coopertang?

(Pode marcar mais de uma opção)

- a) ( ) Desconhecimento
- b) ( ) Dificuldade para produzir
- c) ( ) Produtos comercializados pela cooperativa não são do interesse
- d) ( ) Exclusividade com o PNAE (Merenda escolar)
- e) ( ) Acharem que vai diminuir autonomia/liberdade
- f) ( ) Desconfiança em relação à diretoria
- g) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

53) Você acredita que ser sócio/a da cooperativa é melhor do que não ser?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei
- d) Prefiro não responder

54) Você é cooperado/a na COOPERTANG? Se sim, desde quando?

- a) Não.
- b) Sim, desde o começo (2015-2017).
- c) Sim, cooperado/a desde 2018-2019.

d) Sim, cooperado/a desde 2020-2021.

e) Sim, cooperado/a a partir de 2022-2023.

Para cooperados/as

55) Com relação ao que era sua vida antes da cooperativa e o que é hoje com a Coopertang,

você diria que:

a) Mudou um pouco, para melhor

b) Mudou um pouco, para pior

c) Mudou muito, para melhor

d) Mudou muito, para pior

e) Não sei

f) Prefiro não responder

56) Atualmente você faz entregas para a COOPERTANG? Com que frequência?

a) Não.

b) Sim, toda semana.

c) Sim, duas vezes por mês.

d) Sim. Varia bastante.

57) Quanto da sua produção é entregue para a COOPERTANG?

a) Menos de 20%

b) Entre 21% e 50%

c) Entre 51% e 80%

d) Mais de 80%

58) Qual a participação da renda que vem da Coopertang na renda do seu grupo familiar?

e) Menos de 20%

f) Entre 21% e 50%

g) Entre 51% e 80%

h) Mais de 80%

#### AGRADECIMENTO

Obrigada por sua participação, ela será muito importante para meu estudo e para todos nós compreendermos melhor a vida no assentamento, depois de 20 anos de conquista dos primeiros lotes.

Deixe aqui um comentário, falando de algo que não foi abordado e que você considere importante ou fazendo alguma crítica construtiva que julgue necessária.